

RELATÓRIO E CONTAS

2017

Índice

Nota Introdutória	5
Principais Indicadores	6
1. Caracterização do Instituto	8
2. Síntese do ano	19
3. Enquadramento Regulamentar	20
3.1. Quadro Regulamentar	20
3.1.1. Instituto da Construção e do Imobiliário, I. P.	20
4. Estratégia de Desenvolvimento e Atividade Regulatória do Instituto	25
4.1. Estratégia de Desenvolvimento do Instituto	25
4.2. Atividade Regulatória em 2017	26
4.3. Projetos e Atuação de Gestão	32
5. Recursos Humanos	39
6. Análise Económica e Financeira	44
6.1. Análise da Receita na ótica Orçamental	44
6.2. Análise da Despesa na ótica Orçamental	47
6.3. Situação Económica na ótica do POCP	48
6.4. Situação Financeira	53
7. Perspetivas Futuras	55
8. Demonstrações Financeiras	56
8.1. Balanço	57
8.2. Demonstração de Resultados	58
8.3. Controlo Orçamental - Despesa	59
8.4. Controlo Orçamental - Receita	65
8.5. Fluxos de Caixa	67
8.6. Anexos às Demonstrações Financeiras	71
Anexo 8.1 – Caracterização da Entidade	72
Anexo 8.2 - Notas ao Balanço e à Demonstração dos Resultados	80
Anexo 8.3 – Notas sobre o processo orçamental e respetiva execução	91
Anexo 8.3 – Notas sobre o processo orçamental e respectiva execução	92
8.3.1 - Alterações Orçamentais	92
8.3.2 - Contratação Administrativa	105
9. Legislação em vigor em 2017	111
9.1. Contratação Pública	111
9.2. Construção	112
9.3. Mediação Imobiliária	115
9.4. Ficha Técnica da Habitação	116
9.5. IMPIC, IP	116



Índice de ilustrações

Ilustração 1 - Organograma funcional do IMPIC, I.P.....	17
Ilustração 2 - Princípios Orientadores da Gestão do IMPIC, I.P.....	25
Ilustração 3 - Títulos Habilitantes válidos (2010-2017).....	26
Ilustração 4 - Alvarás emitidos (2010-2017)	27
Ilustração 5 - Certificados (ex Títulos de Registo) emitidos (2010-2017).....	27
Ilustração 6 - Licenças de Mediação Imobiliária emitidas (2010-2017).....	28
Ilustração 7 - Evolução das Receitas Orçamentais (2017/2011)	44
Ilustração 8 - Receitas Orçamentais (2017/2016)	45
Ilustração 9 - Peso da receita por setor (2010/2017)	45
Ilustração 10 - Execução do Orçamento da Receita (2017)	46
Ilustração 11 - Evolução das Despesas Orçamentais (2017/2011)	47
Ilustração 12 - Despesas Orçamentais (2017/2016)	48
Ilustração 13 - Execução do Orçamento da Despesa (2017)	48
Ilustração 14 - Proveitos (2017/2016).....	49
Ilustração 15 - Proveitos Operacionais por tipo de atividade (2017/2016)	49
Ilustração 16 - Estrutura de custos (2017/2016).....	50
Ilustração 17 - Fornecimentos e Serviços Externos (2017/2016).....	51
Ilustração 18 - Resultado Líquido (2017/2016).....	51
Ilustração 19 - Evolução do Resultado Líquido (2017/2016).....	52
Ilustração 20 - Estrutura Financeira (2017 a 2011).....	53
Ilustração 21 - Ativo (2017 a 2011).....	53
Ilustração 22 - Fundos Próprios e Passivo (2017 a 2011).....	54



FICHA TÉCNICA

Título:

RELATÓRIO E CONTAS 2017

Elaborado em abril de 2018

Edição:

Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I.P

Av. Júlio Dinis, 11

1069-010 Lisboa

Telefone: 21 794 67 00 | Fax: 21 794 67 90 | Página da Internet: <http://www.impic.pt> | Correio Eletrónico: geral@impic.pt



Nota Introdutória

O “Relatório de Actividades - 2017” e o presente “Relatório e Contas – 2017” são dois documentos que, ao completarem-se, dão a conhecer toda a informação que permite caracterizar a actividade do IMPIC, I.P. ao longo do ano de 2017, demonstrando tudo o que o Instituto desenvolveu em prol dos sectores da construção, do imobiliário e da contratação pública.

Aquele desenvolvimento é assim, através deste documento, materializado em valores, cujas peças contabilísticas e demonstrações financeiras são o reflexo disso mesmo.

Mas este “Relatório e Contas – 2017” não se limita, unicamente, à apresentação e aos comentários explicativos daquelas mesmas contas, mas ainda apresenta um conjunto de dados sobre as principais linhas estratégicas do IMPIC, sua caracterização orgânica e resumo da atividade regulatória, com indicação dos principais indicadores da sua atividade.

Dentro das suas atividades regulatórias, queremos realçar, no ano de 2017, o trabalho desenvolvido pelo Conselho Directivo e pela Direção Jurídica e da contratação Pública, na revisão do Código dos Contratos Públicos (CCP) e, posteriormente, na sua divulgação pública, concretizando-se, através da publicação do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de Agosto e no *road show* realizado por todo o país, através de sessões públicas realizadas em todas as capitais de distrito e nas regiões autónomas.

Finalmente, a despesa realizada em 2017, cifrou-se em 8.510.229 €, representando 94,02 % em relação à despesa orçamentada, após aplicação de cativos (9.051.627 €), enquanto a receita obtida se cifrou em 13.067.297 €, diferente da receita do orçamento aprovado (13.577.231 €) e em termos de Previsões Corrigidas (14.848.351 €), como constantes do quadro da Ilustração 10 – Execução do Orçamento da Receita (2017). Estas diferenças resultam essencialmente da inclusão nas duas primeiras colunas da verba de 1.396.000 € provenientes de Transferências da União Europeia não efetuadas.



Principais Indicadores

Indicador	Fórmula de Cálculo	2016	2017	Variação 2017/2016
Indicadores Económico-Financeiros				
Património (€10 ³)	Conta 51 do POCP	11.408.184	11.408.184	-
Fundos Próprios (€10 ³)	Somatório da classe 5 e da conta 88 do POCP	20.697.176	25.794.066	24,6%
Resultado Líquido (€10 ³)	Conta 88 do POCP	7.260.900	5.096.890	-29,8%
Taxa Cobertura custos por proveitos próprios	$\frac{\text{Proveitos operacionais}}{\text{Custos operacionais}} \times 100$	207%	194%	-13p.p.
Execução do Orçamento da Despesa	$\frac{\text{Despesa Processada}}{\text{Despesa Orçamentada}} \times 100$	93%	94%	+1p.p.
Execução do Orçamento da Receita	$\frac{\text{Receita gerada}}{\text{Receita Orçamentada}} \times 100$	105%	96%	-9p.p.
Relação da Receita e Despesa	$\frac{\text{Receita Cobrada}}{\text{Despesa Processada}} \times 100$	183%	154%	-29p.p.
Número de Empresas com Alvará	Número de empresas com Alvará válido a 31 de dezembro.	20.497	22.445	+9,5%
Número de Empresas com Título Registo	Número de empresas com Certificado válido a 31 de dezembro.	29.554	28.401	-3,9%
Número de Empresas com Licença de Mediação Imobiliária	Número de empresas com Licença de Mediação Imobiliária válida a 31 de dezembro.	4.471	5.414	+21,1%
N.º de Atos Regulatórios efetuados	Calculados de acordo com a Nota Explicativa abaixo	13.539	12.848	-5,1%
Total de empresas inspecionadas	Número de empresas/empresários que foram alvos de pelo menos uma ação de inspeção durante o ano.	1.187	1.056	-11,0%
Custo Operacional por Ato Regulatório	$\frac{\text{Custos operacionais}}{\text{N.º atos regulatórios}}$	469 €	562 €	+19,7%
Aferição do desempenho junto dos agentes do sector	Avaliação qualitativa com base num inquérito a realizar junto das empresas do sector da construção e do imobiliário (escala 1 a 5)	3,78	3,79	0,01p.p.



Nota explicativa:

Os indicadores, relativos ao ano de 2017 apresentados no quadro anterior deverão ser interpretados tendo em conta as seguintes designações e notas explicativas:

- **N.º de atos regulatórios** = N.º Alvarás (concedidos e reclassificados) + Certificados (novos, modificados e revalidados) + n.º Licenças de Mediação Imobiliária (concedidas e com controlo oficioso).

Para além destes atos regulatórios, a definição permite ainda contemplar a emissão de *títulos habilitantes* de qualquer outra atividade que venha a ser regulamentada pelo IMPIC, I.P..

Neste indicador são apenas contabilizados os pedidos deferidos, ficando excluídos todos os processos indeferidos cuja análise requer os mesmos recursos.



1. Caracterização do Instituto

O IMPIC, I.P. é um instituto público, integrado na administração indirecta do Estado, dotado de autonomia administrativa, financeira e património próprio, com sede em Lisboa e com jurisdição sobre todo o território nacional, sujeito à tutela e superintendência do Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, que delegou no Secretário de Estado das Infraestruturas¹.

Em outubro de 2015 foi publicada a lei orgânica do IMPIC, I.P. (Decreto-Lei n.º 232/2015, de 13 de outubro), que permite uma melhor percepção sobre a real missão do instituto nas suas áreas de atuação (contratos públicos, construção e imobiliário), renovou as atribuições e competências que o instituto já detinha na área da construção e do imobiliário, e veio consolidar atribuições e competências na esfera da contratação pública, das quais se destacam:

- i) apoiar o membro do governo da tutela na definição do modelo de contratação pública eletrónica nacional, em articulação com as demais entidades competentes em razão da matéria;
- ii) assegurar o licenciamento, a monitorização e a fiscalização das plataformas eletrónicas de contratação públicas nos termos da lei;
- iii) produzir manuais de boas práticas sobre contratos públicos de aquisição de obras, de bens e de prestação de serviços;
- iv) gerir o portal dos contratos públicos, designado «Portal Base», nos termos e para os efeitos do artigo 472.º do Código dos Contratos Públicos, incluindo os observatórios de obras públicas e de bens e serviços;
- v) produzir relatórios estatísticos sobre contratos públicos no setor da construção e do imobiliário.

¹ Despacho nº 2311/2016, de 16 de fevereiro, publicado no Diário da República n.º 32, de 16 de fevereiro de 2016

No final de 2017, o IMPIC, I.P. apresenta a seguinte caracterização:

Orgânica Estatutos	<ul style="list-style-type: none"> Decreto-Lei n.º 232/2015, de 13 de outubro Portaria n.º 378/2012, de 20 de novembro (ainda não foi publicada nova portaria decorrente da nova lei orgânica)
Natureza	<ul style="list-style-type: none"> Instituto público integrado na administração indireta do Estado Autonomia administrativa e financeira e património próprio Dependência tutelar e sob superintendência do Secretário de Estado das Infraestruturas (Planeamento e Infraestruturas)
Órgãos	<ul style="list-style-type: none"> Conselho Diretivo Fiscal Único Conselho Consultivo
Estrutura Orgânica	<ul style="list-style-type: none"> Direções: 5 Departamentos: 2
Atividade de Regulação	<ul style="list-style-type: none"> Qualificação/Licenciamento de empresas Fiscalização e Inspeção Sancionamento Produção de propostas legislativas Informação Estatística Representação do sector em organismos europeus e internacionais Defesa do consumidor
Atividades reguladas	<ul style="list-style-type: none"> Construção Mediação Imobiliária Contratos Públicos Plataformas electrónicas de contratação pública
Principais Indicadores (dezembro de 2017)	<ul style="list-style-type: none"> N.º de empresas inscritas (construção e imobiliário): 56.260 N.º atos regulatórios efetuados: 12.848 N.º empresas inspecionadas: 1.056 Total de coimas aplicadas: € 618.600 Prao médio ponderado de títulos habilitantes: 12 dias Taxa cobertura de custos por proveitos operacionais: 167%
Recursos Humanos (dezembro de 2017)	<ul style="list-style-type: none"> 3 Membros do Conselho Diretivo 5 Dirigentes Intermédios de nível I (Diretor de Serviços) 2 Dirigentes Intermédios de nível II (Chefe de Departamento) 133 elementos efetivos (97 colaboradoras e 36 colaboradores)
Recursos Financeiros (orçamento para 2017)	<ul style="list-style-type: none"> Orçamento anual no valor de ±13,1 M€, do lado da receita, e de ±12,7 M€, do lado da despesa
Localização	<ul style="list-style-type: none"> Sede na Av. Júlio Dinis, n.º 11 - 1069-010 Lisboa Delegação na Região Autónoma da Madeira (Funchal) Delegação na Região Autónoma dos Açores (Ponta Delgada) Delegação no Porto Postos de atendimento em Braga, Porto, Aveiro, Viseu, Coimbra, Lisboa, Évora e Faro

MISSÃO

Criado com o propósito da maximização da eficácia e eficiência organizativas, o IMPIC, I.P. tem por missão, regular e fiscalizar o sector da construção e do imobiliário, dinamizar, supervisionar e regulamentar as atividades desenvolvidas neste setor, produzir informação estatística e análises sectoriais e assegurar a atuação coordenada dos organismos estatais no sector, bem como a regulação dos contratos públicos.

ATRIBUIÇÕES

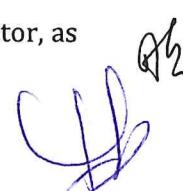
Nesse âmbito, o IMPIC, I.P. exerce as três funções principais que cabem na competência administrativa do Estado: as funções de **regulação**, de **licenciamento** e de **fiscalização**.

A par destas atribuições, a lei orgânica vem consagrar e clarificar as atribuições e competências que o Instituto já vinha exercendo no âmbito da contratação pública, de que se salienta a definição do quadro jurídico-legal da atividade (designadamente mediante a preparação de diplomas legais), a representação institucional do país junto de instâncias europeias e internacionais, o exercício do poder sancionatório no domínio da construção, do imobiliário e das plataformas eletrónicas, o reporte estatístico à Comissão Europeia e a gestão de instrumentos indutores da transparência e *accountability* em sede de contratos públicos.

No que respeita à **função regulatória**, cabe-lhe definir as regras a que têm de obedecer os agentes que pretendam aceder aos mercados da construção e do imobiliário e neles permanecer. Estas regras consubstanciam-se, designadamente, nos requisitos que se entendem imperiosos para cumprir os referidos fundamentos de segurança e de proteção do consumidor, e que consistem, no essencial, *i) na competência técnica; ii) na capacidade económica e financeira; e iii) na idoneidade*.

Entendem-se como integrando ainda a **função regulatória** do IMPIC, I.P., as seguintes competências que lhe cabem:

- A **dinamização de iniciativas estratégicas** com vista a promover a competitividade e a sustentabilidade das empresas e o desenvolvimento sustentável do sector, de que é exemplo a constituição em 25 de outubro de 2011, da Plataforma Tecnológica Portuguesa da Construção (PTPC), da qual o IMPIC, I.P. foi o grande impulsionador, aproximando as empresas do sector, as Universidades e demais entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional (SCTN);



- **A produção de informação estatística** e análises sectoriais das fileiras da construção e do imobiliário, que possam constituir referencial para os agentes do sector;
- **A representação técnica de Portugal** junto das instâncias comunitárias e internacionais relevantes para o sector;
- **A coordenação com a Autoridade da Concorrência** (AdC) na aplicação da Lei da Concorrência no sector da construção e do imobiliário;
- **O desenvolvimento de ações conducentes à promoção da mediação e arbitragem voluntária** para a resolução de conflitos emergentes das atividades do sector da construção e do imobiliário e dos contratos públicos;
- A aprovação trimestral de indicadores económicos a aplicar nas fórmulas de **revisão de preços** em contratos de empreitada de obras públicas.

No que respeita à **função licenciadora**, compete ao IMPIC, I.P., atribuir os títulos habilitantes para o exercício das atividades cuja regulação lhe está cometida. Estes títulos habilitantes são os Alvarás e os Certificados para a fileira da construção e as Licenças de Mediação Imobiliária para a fileira do imobiliário. De realçar ainda os poderes de emissão de declarações e registos para o exercício de atividade em Portugal para empresas estrangeiras.

Relativamente à **função fiscalizadora**, cabe ao IMPIC, I.P., em matéria de competências originárias, a função de **fiscalizar as atividades da construção e do imobiliário**, em termos, essencialmente, de poder averiguar:

- Da subsistência, no seio dos agentes respetivos, dos requisitos que levaram à sua habilitação e licenciamento;
- Do exercício ilegal das atividades reguladas por parte de agentes não habilitados.

No exercício dos poderes de fiscalização, o IMPIC, I.P. está investido de poderes sancionatórios, podendo aplicar coimas sempre que estejam preenchidos os pressupostos de violação da lei.

Como atribuições não originárias do IMPIC, I.P., no âmbito da aplicação das políticas públicas, passaram a caber ao instituto novas atribuições:



O IMPIC, I.P. foi incumbido de fiscalizar a **obrigatoriedade de existência e disponibilização de Livro de Reclamações** em estabelecimentos de empresas de construção civil, mediação imobiliária, promoção imobiliária, administração de condomínios, avaliação imobiliária, arrendamento, compra e venda de bens imobiliários, administração de imóveis por conta de outrem, consultadoria e mediação de obras e gestão, planeamento e fiscalização de obras. O instituto é ainda competente para instruir processos de contraordenação relacionados com o incumprimento daquela obrigatoriedade.

Foi conferida ao IMPIC, I.P. a competência de fiscalizar, em articulação com a Procuradoria-Geral da República e a Unidade de Informação Financeira da Polícia Judiciária, o cumprimento dos deveres que recaem sobre as entidades que exerçam atividades imobiliárias, nomeadamente, no que respeita às transações imobiliárias em que intervenham, com vista à **prevenção e combate ao branqueamento de vantagens de proveniência ilícita e ao financiamento do terrorismo**.

O IMPIC, I.P. é ainda, competente para instruir processos de contraordenação relacionados com o incumprimento destes deveres.

Ao nível da **contratação pública**, o Código dos Contratos Públicos e as portarias que o regulamentam vieram conferir ao IMPIC, I.P. atribuições e competências legais nesta área, competências agora clarificadas com a publicação da nova orgânica do instituto, de que se destacam:

- A apresentação de propostas legislativas e regulamentares relacionadas com os contratos públicos e a formulação de pareceres sobre quaisquer outros projetos legislativos que, neste âmbito, lhe sejam submetidos;
- A participação nas equipas de representação técnica nacional, em matéria de contratos públicos, junto das instâncias europeias e internacionais relevantes;
- A definição do modelo de contratação pública eletrónica nacional, em articulação com as demais entidades competentes em razão da matéria;
- O licenciamento, a monitorização e a fiscalização das plataformas eletrónicas de contratação pública, nos termos da lei;
- A produção de manuais de boas práticas sobre contratos públicos de aquisição de obras, de bens e de prestação de serviços;



- A produção de relatórios estatísticos sobre contratos públicos no setor da construção e do imobiliário;
- A análise de queixas e denúncias de cidadãos e empresas, assim como participações de entidades públicas sobre a aplicação das regras de adjudicação de contratos públicos no sector da construção e do imobiliário;
- A gestão do portal dos contratos públicos - Portal BASE (<http://www.base.gov.pt>);



- A gestão do Observatório das Obras Públicas (<http://www.base.gov.pt/oop/>), embora com a alteração efectuada ao CCP com o Decreto-Lei nº111-B/2017, de 31 de agosto, o Observatório deixa de existir a partir de janeiro de 2018 cf. estabelecido na alínea c) do n.º 1 do art.º 10º do CCP;



- A gestão do “call center” do Portal BASE, que dá resposta às questões colocadas por adjudicantes, concorrentes e adjudicatários relacionadas com a aplicação do Código dos Contratos Públicos;
- A instrução de processos de contraordenação e a aplicação de coimas por incumprimento das regras previstas no Código dos Contratos Públicos;
- O reporte estatístico, à Comissão Europeia, relativo aos contratos de empreitada de obras públicas celebrados pelas entidades adjudicantes.

ÓRGÃOS

Para a prossecução da sua missão e das suas atribuições, definidas no Decreto-Lei n.º232/2015, de 13 de outubro, cujo âmbito tem sido sucessivamente alargado, o IMPIC, I.P. conta com a seguinte estrutura:

- O Conselho Diretivo;
- O Fiscal Único;
- O Conselho Consultivo.



CONSELHO DIRETIVO

O Conselho Diretivo é, nos termos da lei, composto por um presidente e por dois vogais.

O Conselho Diretivo foi designado por Despacho de 12 de setembro de 2013 do então Ministro da Economia², sendo constituído pelo Presidente, Dr. Fernando José de Oliveira da Silva, e pelos Vogais, Dr. João Santiago Leão Ponce Dentinho e Dr. António Albino Pires de Andrade.

O Conselho Diretivo é o órgão colegial responsável pela implementação das atribuições do IMPIC, I.P. bem como pela direção dos respetivos serviços, em conformidade com a lei e com as orientações do membro do Governo responsável pela área do planeamento e das infraestruturas.

Desde 2 de janeiro de 2018, que o Conselho Diretivo se encontra composto pelos dois vogais referidos em virtude do Presidente, Dr. Fernando Silva, ter assumido o cargo de Juiz Conselheiro no Tribunal de Contas.

FISCAL ÚNICO

O Fiscal Único é o órgão responsável pelo controlo da legalidade, da regularidade e da boa gestão financeira e patrimonial do Instituto.

O exercício destas funções é desempenhado por uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, nomeada por despacho conjunto do Ministro das Finanças e do Ministro que tutela o IMPIC, I.P.. No caso, a sociedade de revisores oficiais de contas "Esteves & Pinho", representada pelo Dr. Rui Manuel Correia de Pinho (ROC 989)³.

CONSELHO CONSULTIVO

O Conselho Consultivo é o órgão de consulta, apoio e participação na definição das linhas gerais de atuação do IMPIC, I.P., e nas tomadas de decisão do respetivo Conselho Diretivo.

É constituído pelo Presidente do Conselho Diretivo do IMPIC, I.P., que preside, e por um representante das seguintes entidades:

² Despacho n.º 12136/2013, publicado no D.R., n.º 184, II Série, de 24 de setembro de 2013
³ Despacho Conjunto n.º 7390/2008, publicado no D.R., n.º 52, II, de 13 de março de 2008



- Autoridade da Concorrência;
- Direção-Geral do Consumidor;
- Direção-Geral do Território;
- Direção-Geral do Tesouro e Finanças;
- Gabinete Nacional de Segurança;
- Instituto Nacional de Estatística, I.P.;
- Laboratório Nacional de Engenharia Civil, I.P.;
- Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P.;
- Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P.;
- Agência para a Modernização Administrativa, I.P.;
- Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S.A.;
- Associação Nacional de Municípios Portugueses;
- Governo Regional dos Açores;
- Governo Regional da Madeira;
- Ordem dos Advogados;
- Ordem dos Arquitectos;
- Ordem dos Engenheiros;
- Ordem dos Engenheiros Técnicos;
- Confederação Portuguesa da Construção e do Imobiliário.

Ao Conselho Consultivo compete:

- Apoiar o conselho diretivo na definição das grandes linhas de ação do IMPIC, I.P.;
- Analisar a situação dos mercados do setor da construção e do imobiliário e da contratação pública, propondo soluções;
- Pronunciar-se sobre o quadro normativo nacional e europeu relacionado com o setor da construção e do imobiliário e da contratação pública.

No âmbito do conselho consultivo funciona a Comissão de Índices e Fórmulas de Empreitadas (CIFE), à qual compete:

- Propor os indicadores económicos a estabelecer para o cálculo da revisão de preços no âmbito das empreitadas de obras públicas;
- Propor as fórmulas-tipo a aplicar em contratos de empreitada.



A CIFE reúne trimestralmente, e tem a seguinte composição:

- O Vogal do Conselho Diretivo do IMPIC, I.P., Dr. António Albino Pires de Andrade, que preside;
- 1 Representante do Instituto Nacional de Estatística, I.P.;
- 1 Representante do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, I.P.;
- 1 Representante do órgão ou serviço responsável pela área de estudos e estatística do Ministério que tutela o emprego;
- 1 Representante da Associação Nacional de Municípios Portugueses;
- 1 Representante do Governo Regional dos Açores;
- 1 Representante do Governo Regional da Madeira;

O Conselho Diretivo do IMPIC, I.P. pode convidar a participar nas reuniões da CIFE até três representantes de entidades adjudicantes de empreitadas de obras públicas, a escolher, de forma rotativa, de entre as entidades públicas mais representativas consoante os temas da agenda, bem como das associações de empresas do setor da construção e dos materiais de construção.

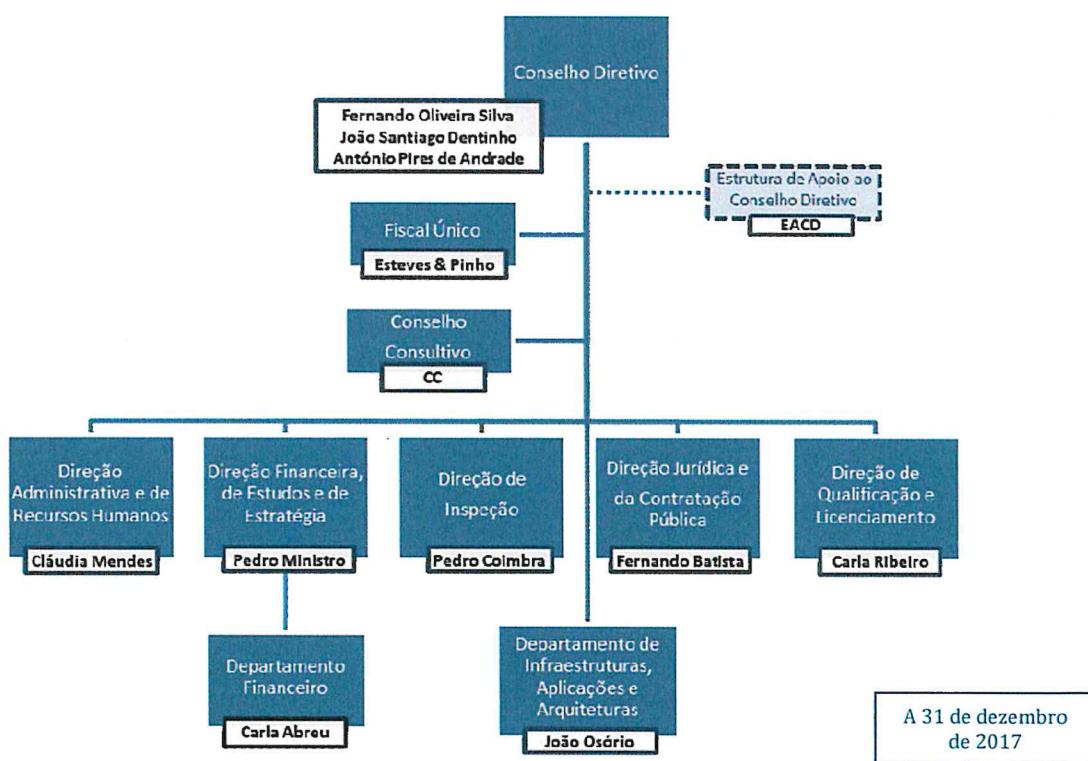


ESTRUTURA ORGÂNICA

A estrutura orgânica do IMPIC, I.P., foi estabelecida pela Portaria n.º378/2012, de 20 de novembro⁴, prevendo uma composição de 5 unidades orgânicas de nível I (direções), podendo ainda, por deliberação do Conselho Diretivo, ser criadas 2 unidades orgânicas de nível II (departamentos).

No final do ano de 2017, o Portal dos Contratos Públicos – Portal BASE – deixou de estar na dependência da Direção Financeira, de Estudos e Estratégia. No organograma funcional do instituto, a estrutura prevista na referida legislação está representada a linha contínua, estando apresentadas a linha tracejada, as estruturas funcionais criadas pelo Conselho Diretivo.

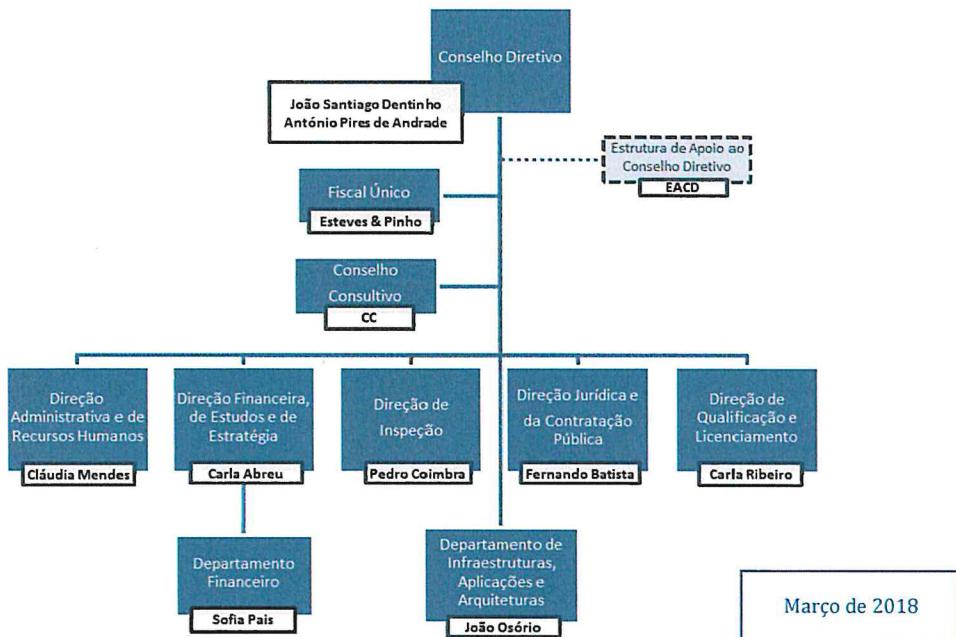
Ilustração 1 - Organograma funcional do IMPIC, I.P.



A ilustração seguinte refere-se ao novo organograma em vigor à data da elaboração do presente relatório, em que o Diretor da Direção Financeira, de Estudos e de Estratégia, Dr. Pedro Ministro, deixou de exercer funções neste instituto e, como já referido anteriormente, o Presidente, Dr. Fernando Silva assumiu novas funções como Juiz Conselheiro no Tribunal de Contas, no dia 2 de janeiro de 2018.

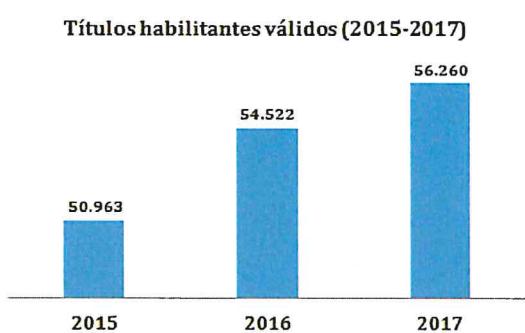
⁴ Ainda não foram aprovados os novos estatutos desde a publicação da nova lei orgânica (Decreto-Lei n.º232/2015, de 3 de junho).

Ilustração2 - Organograma funcional do IMPIC, I.P.



2. Síntese do ano

A atividade do instituto no ano de 2017, foi marcada pela prossecução da recuperação já verificada em 2016 comprovando a evolução da conjuntura económica do país que se iniciou em meados de 2015. Do lado da contratação pública o valor gasto em contratação pública, em 2017, foi superior ao verificado em 2016.



alvarás reclassificados (-62%), mais novas licenças de mediação imobiliária (+35%) e mais 38,5% licenças revalidadas (com controlo oficioso).

Ao nível da **fiscalização**, em 2017 foram desencadeadas 464 ações de inspeção, abrangendo 70 concelhos e visando 1.056 empresas. Comparativamente com o ano anterior, em 2017 verificou-se uma diminuição de cerca de 11% no número de empresas fiscalizadas.

Relativamente ao **sancionamento** dos agentes do sector, foram instaurados 1.236 processos de contraordenação e concluídos 467. Destes, resultou a aplicação de 138 coimas, no valor total de 618.600€, o que corresponde a um acréscimo de 5,8% do seu valor, face a 2016.

Ao nível da gestão interna, já no final de 2017, o portal BASE deixou de estar sob dependência da Direção Financeira, de Estudos e Estratégia passando para a responsabilidade do Departamento das Infraestruturas, Aplicações e Arquiteturas.

Num ano em que se verificou uma intensa movimentação de pessoal (entraram 22 novos colaboradores, tendo saído 10), no inquérito de opinião realizado em 2017 junto dos colaboradores, registou-se um índice global de satisfação de 3,67 pontos, correspondendo a uma classificação qualitativa de “Satisffeito”, superior ao registado nos últimos anos.

No âmbito da **qualificação dos agentes do sector da construção e do imobiliário**, no final de 2017, verificou-se a existência de 56.260 títulos habilitantes válidos, mais 3,2% face a 2016, e mais 10,4% face a 2015. No entanto verificou-se uma diminuição de cerca de 5,1% no número de atos regulatórios efetuados em 2017 (12.848), face a 2016 (13.539). Verificou-se também, menos

Avaliação dos Colaboradores do IMPIC, I.P.




3. Enquadramento Regulamentar

3.1. Quadro Regulamentar

LEGISLAÇÃO PUBLICADA EM 2017

3.1.1. Instituto da Construção e do Imobiliário, I. P.

Foram publicados os seguintes diplomas relacionados com o Instituto:

- Lei n.º 113/2017, de 29.12. - Grandes Opções do Plano para 2018
- Lei n.º 114/2017, de 29.12. - Orçamento do Estado para 2018
- Aviso n.º 15355/2017, de 20.12. - Conclusão do período experimental
- Aviso n.º 15356/2017, de 20.12. - Conclusão do período experimental
- Portaria n.º 379/2017, de 19.12 - Fixa o valor médio de construção por metro quadrado, para efeitos do artigo 39.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, a vigorar no ano de 2018
- Portaria n.º 371/2017, de 14.12. - Estabelece os modelos de anúncio aplicáveis aos procedimentos pré-contratuais previstos no Código dos Contratos Públicos
- Portaria n.º 372/2017, de 14.12. - Define as regras e os termos de apresentação dos documentos de habilitação do adjudicatário no âmbito de procedimentos de formação de contratos públicos
- Declaração de Retificação n.º 42/2017, de 30.11. - Retifica a Declaração de Retificação n.º 36-A/2017, de 30 de outubro, da Presidência do Conselho de Ministros, que retifica o Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, do Planeamento e das Infraestruturas, que procede à nona alteração ao Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, e transpõe as Diretivas n.ºs 2014/23/UE, 2014/24/UE e 2014/25/UE, todas do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de fevereiro de 2014 e a Diretiva n.º 2014/55/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 168, 2.º suplemento, de 31 de agosto de 2017
- Aviso n.º 13877/2017, de 21.11. - Homologação da lista de ordenação final do procedimento concursal aberto pelo aviso n.º 10714, de 2016
- Decreto-Lei n.º 138/2017, de 10.11. - Altera a Lei Orgânica do XXI Governo Constitucional
- Deliberação n.º 988/2017, de 09.11. - Lei de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo: Procedimentos atinentes ao cumprimento da obrigação de proceder à comunicação de início de atividade e das transações imobiliárias efetuadas.



- Aviso n.º 13006/2017, de 30.10. – Celebração de contrato de trabalho em funções públicas com Eugénia Maria de Almeida Neto.
- Aviso n.º 13007/2017, de 30.10. - Celebração de contrato de trabalho em funções públicas com o trabalhador José Mário Lopes Freiro de Sousa.
- Declaração de Retificação n.º 36-A/2017, de 30.10. - Retifica o Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, do Planeamento e das Infraestruturas, que procede à nona alteração ao Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, e transpõe as Diretivas n.ºs 2014/23/UE, 2014/24/UE e 2014/25/UE, todas do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de fevereiro de 2014 e a Diretiva n.º 2014/55/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 168, 2.º suplemento, de 31 de agosto de 2017
- Aviso n.º 12771/2017, de 25.10. -Prorrogação da licença sem remuneração de Pedro Miguel Carreira Bastos
- Aviso n.º 12081/2017, de 10.10. - Conclusão do período experimental do técnico superior José Luís Candeias de Almeida
- Aviso n.º 11258/2017, de 27.09. - Celebração de contrato de trabalho com Vânia Marisa Gonçalves Canhoto
- Aviso n.º 11259/2017, de 27.09. - Celebração de contrato de trabalho com Bela Clara Rocha Lamelas
- Aviso n.º 11260/2017, de 27.09. - Celebração de contratos de trabalho com as trabalhadoras Ana Filipa Correia Antunes Bento e Ana Raquel Figueira
- Aviso n.º 11261/2017, de 27.09. - Celebração de contrato de trabalho com a trabalhadora Sandra Maria Almeida Fragoso
- Aviso n.º 11262/2017, de 27.09. - Celebração de contrato de trabalho com a trabalhadora Patrícia Isabel Feio Pires Cardoso Machado Cruz
- Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31.08. - Procede à nona alteração ao Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, e transpõe as Diretivas n.ºs 2014/23/UE, 2014/24/UE e 2014/25/UE, todas do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de fevereiro de 2014 e a Diretiva n.º 2014/55/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014
- Declaração de Retificação n.º 21/2017, de 25.08. - Retifica o Decreto-Lei n.º 79/2017, de 30 de junho, da Justiça, que altera o Código das Sociedades Comerciais e o Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 125, de 30 de junho de 2017
- Lei n.º 102/2017, de 28.08. – Procede à 5.ª alteração à Lei n.º 23/2007, de 4.07, que aprova o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional



- Declaração de Retificação n.º 21/2017, de 25.08. - Retifica o Decreto-Lei n.º 79/2017, de 30 de junho, da Justiça, que altera o Código das Sociedades Comerciais e o Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 125, de 30 de junho de 2017
- Aviso n.º 9790/2017, de 24.08. - Celebração de contrato de trabalho com a trabalhadora Maria Eugénia Gomes Pinto Serina
- Aviso n.º 9791/2017, de 24.08. - Celebração de contrato de trabalho com o trabalhador Ricardo Jorge Gomes Binhã
- Decreto-Lei n.º 102/2017, de 23.08. - Implementa a medida do SIMPLEX+ 2016 «Informação ao consumidor + simples»
- Lei n.º 97/2017, de 23.08. - Regula a aplicação e a execução de medidas restritivas aprovadas pela ONU ou pela EU
- Aviso n.º 9636/2017, de 22.08. - Fixa os índices ponderados de custos de mão-de-obra, materiais e equipamentos de apoio referentes aos meses de julho, agosto e setembro de 2016, para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços a que se refere o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro
- Aviso n.º 9637/2017, de 22.08. - Fixa os índices ponderados de custos de mão-de-obra, materiais e equipamentos de apoio referentes aos meses de outubro, novembro e dezembro de 2016, para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços a que se refere o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro
- Lei n.º 92/2017, de 22.08 - Obriga à utilização de meio de pagamento específico em transações que envolvam montantes iguais ou superiores a EUR 3 000, alterando a Lei Geral Tributária e o Regime Geral das Infrações Tributárias
- Lei n.º 83/2017, de 18.08. - Estabelece medidas de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo, transpõe parcialmente as Diretivas 2015/849/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de maio de 2015, e 2016/2258/UE, do Conselho, de 6 de dezembro de 2016, altera o Código Penal e o Código da Propriedade Industrial e revoga a Lei n.º 25/2008, de 5 de junho, e o Decreto-Lei n.º 125/2008, de 21 de julho
- Portaria n.º 257/2017, de 16.08. - Regula a tramitação de procedimentos previstos na Lei n.º 42/2016, de 28.12
- Decreto-Lei n.º 96/2017, de 10.08.- Estabelece o regime das Instalações elétricas particulares
- Decreto-Lei n.º 97/2017, de 10.08. - Estabelece o regime das Instalações de gases combustíveis em edifícios.
- Decreto-Lei n.º 93/2017, de 01.08. - Cria o serviço público de notificações eletrónicas associado à morada única digital



- Aviso n.º 7801/2017, de 11.07.- Celebração de contrato de trabalho com o trabalhador Pedro Luís Dias da Silva Durand
- Decreto-Lei n.º 79/2017, de 30.06. - Altera o Código das Sociedades Comerciais e o Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas
- Portaria n.º 201-A/2017, de 30.06. - Aprova o modelo, edição, preços, fornecimento e distribuição do livro de reclamações, nos formatos físico e eletrónico e estabelece as funcionalidades da plataforma digital que disponibiliza o formato eletrónico do livro de reclamações
- Decreto-Lei n.º 74/2017, de 21.06 - Implementa as medidas SIMPLEX+ 2016 «Livro de reclamações on-line», «Livro de reclamações amarelo» e «Atendimento Público avaliado»
- Aviso n.º 6876/2017, de 21.06. – Fixa os índices ponderados de custos de mão-de-obra, materiais e equipamentos de apoio referentes aos meses de abril, maio e junho de 2016, para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços a que se refere o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro
- Decreto-Lei n.º 68/2017, de 16.06. - Cria a Certidão Judicial Eletrónica, flexibiliza a emissão de certificados no âmbito do Registo Criminal Online e aumenta a capacidade do Sistema de Informação da Classificação Portuguesa das Atividades Económicas
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 76/2017, de 5.06- Procede à criação do livro de obra eletrónico e à extinção da ficha técnica da habitação
- Aviso n.º 6286/2017, de 5.06. - Celebração de contrato de trabalho com a trabalhadora Cláudia Sofia Vieira Ortega Guerreiro da Silva
- Aviso n.º 6287/2017, de 5.06- Celebração de contrato de trabalho com o trabalhador Rui Alberto Fernandes Charneira
- Despacho (Extrato) n.º 4900/2017, de 05.06. – Autorizada a Consolidação da Mobilidade do trabalhador João Carlos Gonçalves Gomes Coelho
- Despacho (Extrato) n.º 4901/2017, de 05.06. – Autorizada a Consolidação da Mobilidade do trabalhador Carlos Manuel Lopes Pereira
- Lei n.º 25/2017, de 30.05.- Aprova o regime de valorização profissional dos trabalhadores com vínculo de Emprego Público
- Lei n.º 26/2017, de 30.05. – Facilita o reconhecimento das qualificações profissionais procedendo à terceira alteração à Lei n.º 9/2009, de 04.03.
- Despacho n.º 3746/2017, de 4.05. - Descongelamento de carreiras
- Aviso n.º 4628/2017, de 28.04.- Homologação da lista de ordenação final do procedimento concursal aberto pelo Aviso n.º 8832/2016 de 15.07
- Aviso n.º 4629/2017, de 28.04. - Homologação da lista de ordenação final do procedimento concursal aberto pelo Aviso n.º 10677/2016 de 26.08.



- Resolução do Conselho de Ministros n.º 51/2017, de 19.04 – Aprova medidas tendentes à redução do consumo de papel e demais consumíveis de impressão na A.P.
- Aviso n.º 4143/2017, de 19.04 - Homologação da lista de ordenação final do procedimento concursal aberto pelo Aviso n.º 15756/2016 de 19.12.



4. Estratégia de Desenvolvimento e Atividade Regulatória do Instituto

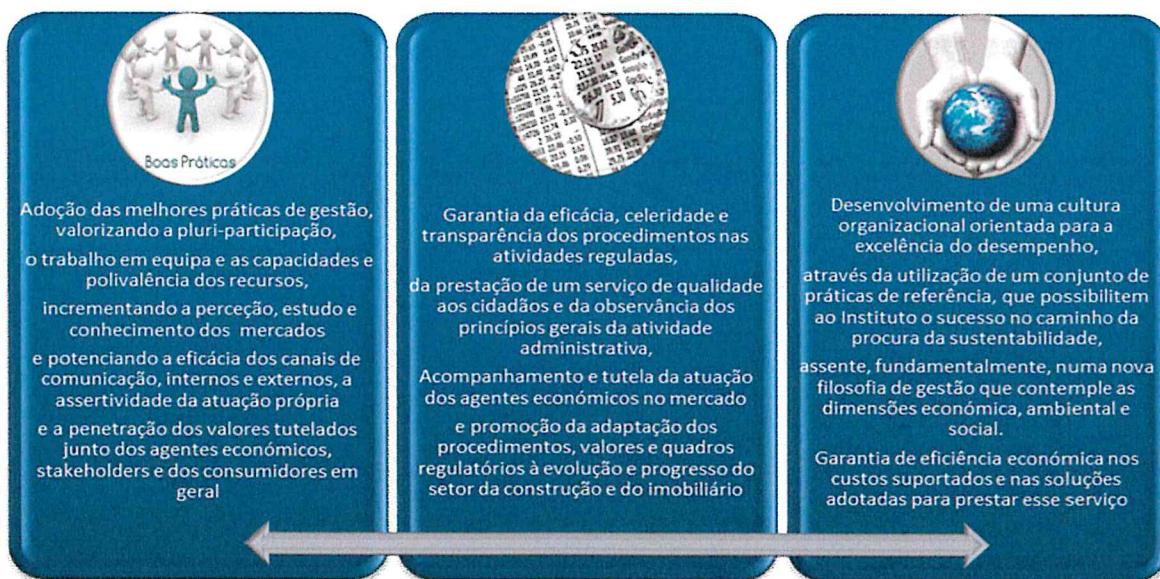
4.1. Estratégia de Desenvolvimento do Instituto

O IMPIC, I.P. rege a sua atuação pela missão e atribuições que lhe estão cometidas, mas também pela necessidade de modernizar os seus serviços, torná-los mais eficazes e eficientes e com níveis superiores de qualidade.

Tendo em conta estes objetivos e os princípios definidos na Lei-Quadro dos Institutos Públicos, foram delineados para o instituto os princípios orientadores que se materializam em objetivos estratégicos e operacionais, pretendendo reforçar a posição do Instituto no mercado, como regulador do sector da construção, do imobiliário e da contratação pública.

Estes princípios orientadores da gestão do instituto focam - para além da observância dos princípios gerais da atividade administrativa, da adoção das melhores práticas de gestão de organismos públicos e da prestação de um serviço aos cidadãos com a qualidade exigida por lei - a aposta na maximização da eficiência económica, através da implementação de uma filosofia de gestão baseada nas competências adequadas e no incremento da contribuição para o desenvolvimento do sector da construção e do imobiliário.

Ilustração 2 - Princípios Orientadores da Gestão do IMPIC, I.P.



4.2. Atividade Regulatória em 2017

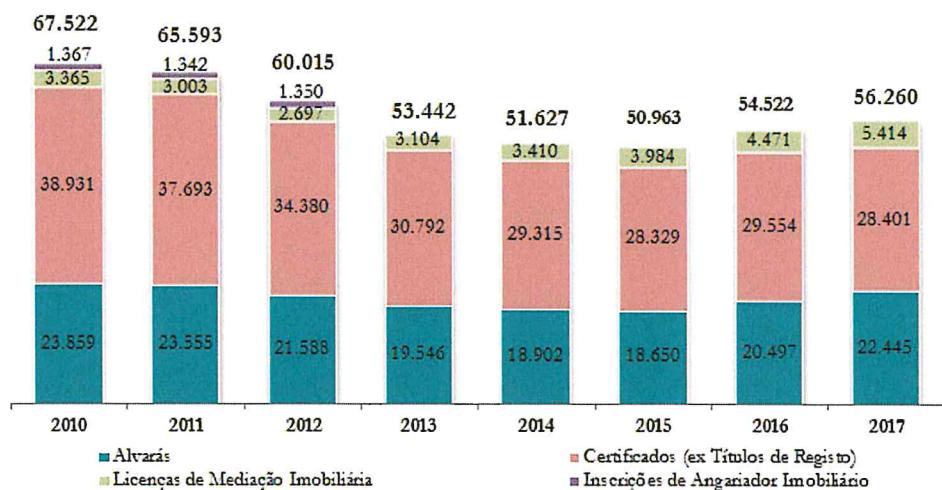
QUALIFICAÇÃO DOS AGENTES DO SECTOR

A regulação do sector da construção e do imobiliário tem inerente a qualificação dos agentes que exercem a atividade da construção e da mediação imobiliária.

Nesse sentido, cabe ao IMPIC, I.P. atribuir os respetivos *títulos habilitantes*, após a verificação das condições de acesso e permanência em cada uma das atividades reguladas.

No final de 2017, encontravam-se válidos 56.260 *títulos habilitantes*, dos quais 39,9% correspondiam a alvarás, 50,5% a Certificados (ex títulos de registo) e 9,6% a licenças de mediação imobiliária.

Ilustração 3 – Títulos Habilitantes válidos (2010-2017)



Como se observa no gráfico anterior, desde 2010, que o número de total de títulos habilitantes tem vindo a diminuir, verificando-se no ano 2016 uma inversão desta tendência que se manteve em 2017.

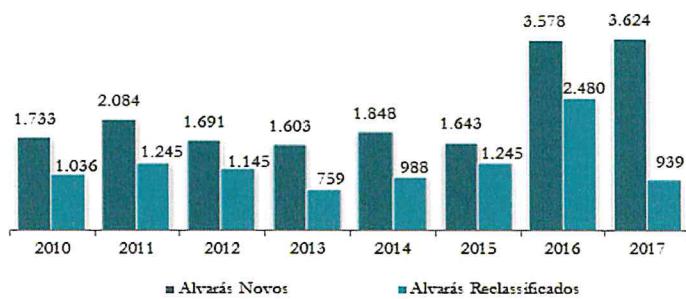
O número de licenças de mediação imobiliária tem vindo a crescer desde 2013, na sequência da entrada em vigor da Lei nº 15/2013, de 8 de fevereiro, em 1 de março de 2013, que desregulou a atividade de angariação imobiliária. Face a 2016, o número de licenças de mediação imobiliária registou um crescimento de 21,1%.



FILEIRA DA CONSTRUÇÃO

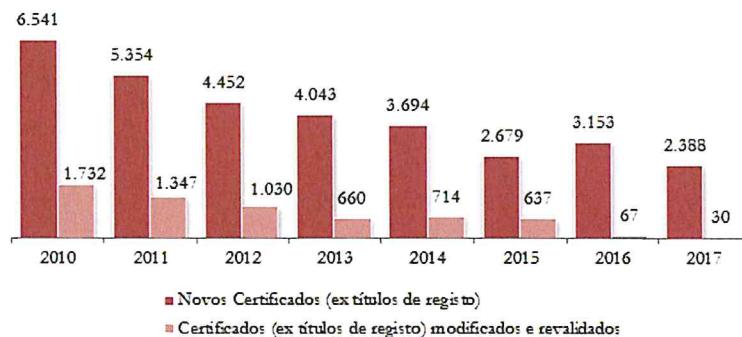
Durante o ano de 2017 foram concedidos 3.624 novos alvarás, correspondendo a um aumento de cerca de 1,3% relativamente a 2016 e reclassificados 939, correspondendo a um decréscimo de cerca de 62,1% face a 2016. Os valores observados no ano 2016, são justificados pela entrada em vigor da nova legislação da construção em junho de 2015 e da posterior publicação da portaria de taxas (Portaria n.º261-A/2015, de 27 de agosto), obrigando à alteração do sistema de informação de apoio à atividade da qualificação e resultando algum atraso conjuntural na emissão de novos títulos habilitantes, sendo ultrapassado logo no inicio de 2016.

Ilustração 4 – Alvarás emitidos (2010-2017)



O mesmo se verificou junto dos certificados (ex títulos de registo). Em 2017, verificou-se um decréscimo na procura de novos certificados, face a 2016. Foram concedidos 2.388 novos certificados, traduzindo um decréscimo de 24,3% face a 2016.

Ilustração 5 – Certificados (ex Títulos de Registo) emitidos (2010-2017)



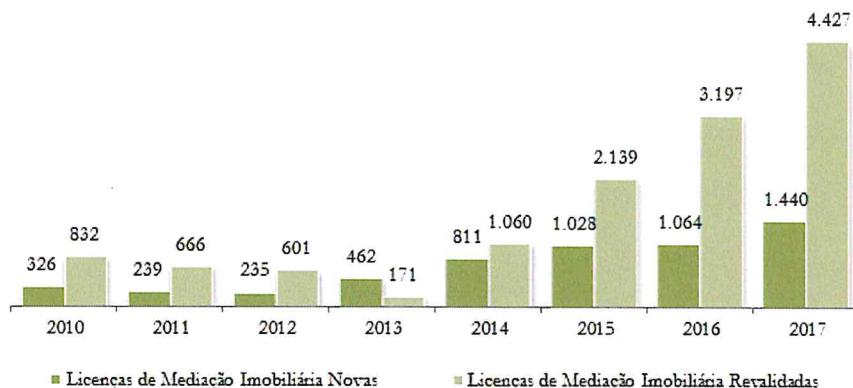
Quanto à emissão de certificados na sequência da alteração ou revalidação dos mesmos em 2017, foram emitidos apenas 30, mantendo-se a tendência decrescente na procura deste tipo de títulos.



FILEIRA DO IMOBILIÁRIO

Durante o ano de 2017 foram emitidas 1.440 novas licenças de mediação imobiliária, o que correspondeu a um aumento de 35,3% face ao número de novas licenças emitidas em 2016.

Ilustração 6 – Licenças de Mediação Imobiliária emitidas (2010-2017)



Este aumento deve-se a uma maior procura de licenças de mediação imobiliária, possivelmente, por parte de profissionais que anteriormente exerciam a atividade de angariação imobiliária, entretanto desregulada, com a entrada em vigor da Lei nº 15/2013, de 8 de fevereiro, em 1 de março de 2013, tal como já referido.

Relativamente à revalidação das licenças de mediação imobiliária existentes verificou-se um aumento de 38,5%, em virtude do novo regime jurídico da atividade de mediação imobiliária passar a prever a revalidação anual, em vez de trienal, como anteriormente.

ATOS REGULATÓRIOS⁵

Tendo em conta a emissão dos *títulos habilitantes* atrás referida, apurou-se, em 2017 um total de 12.848 atos regulatórios, menos 5,1% do que o verificado em 2016.

Atos Regulatórios	2015	2016	2017	Δ2017/2016
Alvarás	2.888	6.058	4.563	-25%
Certificados (ex títulos de registo)	3.316	3.220	2.418	-24,91%
Licenças Mediação Imobiliária	3.167	4.261	5.867	37,69%
Total	9.371	13.539	12.848	-5,10%

⁵ Considerando-se como atos regulatórios: alvarás (*novos + reclassificados*); certificados (*novos + modificados + revalidados*); licenças de mediação imobiliária (*novas + revalidadas*).

FISCALIZAÇÃO DOS AGENTES DO SECTOR

AÇÕES INSPETIVAS

Durante o ano de 2017, foram realizadas 41 operações de fiscalização, em 13 distritos de Portugal Continental, nas Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores.

No âmbito dessas operações, e comparando com 2016 foram desencadeadas 464 ações de inspeção, das quais 106 na atividade da construção (-5,4%), 353 na de mediação imobiliária (-17,1%), e 5 na atividade das plataformas eletrónicas.



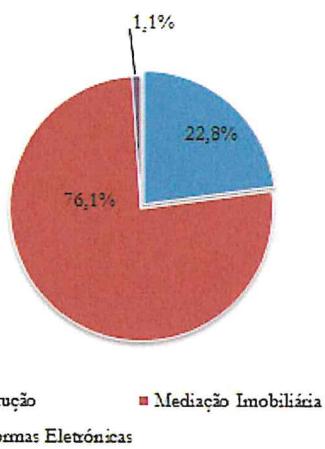
No que se refere à abrangência geográfica das 41 operações de fiscalização desencadeadas em 2017, foram realizadas operações em 57 concelhos de Portugal Continental, 3 na Região Autónoma da Madeira e 10 na Região Autónoma dos Açores, consumando um total de 70 concelhos, o que representa 23% do universo de 308 concelhos portugueses.

ILÍCITOS DETETADOS

Durante o ano de 2017, dos 512 agentes visados por ações inspetivas na atividade da construção, a infração detetada com maior frequência foi a falta de menção a título habilitante nos contratos, documentos contabilísticos e outros documentos, representando 43% do total das infrações detetadas no terreno.

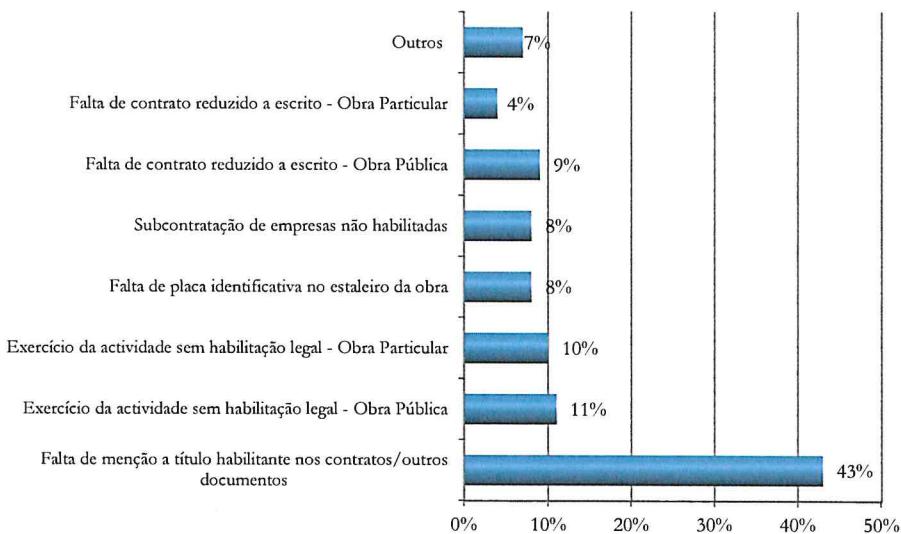
O segundo ilícito mais frequente, representando 21% do total das infrações, foi o exercício da atividade da construção sem habilitação legal.

Ações de inspeção desencadeadas em 2017

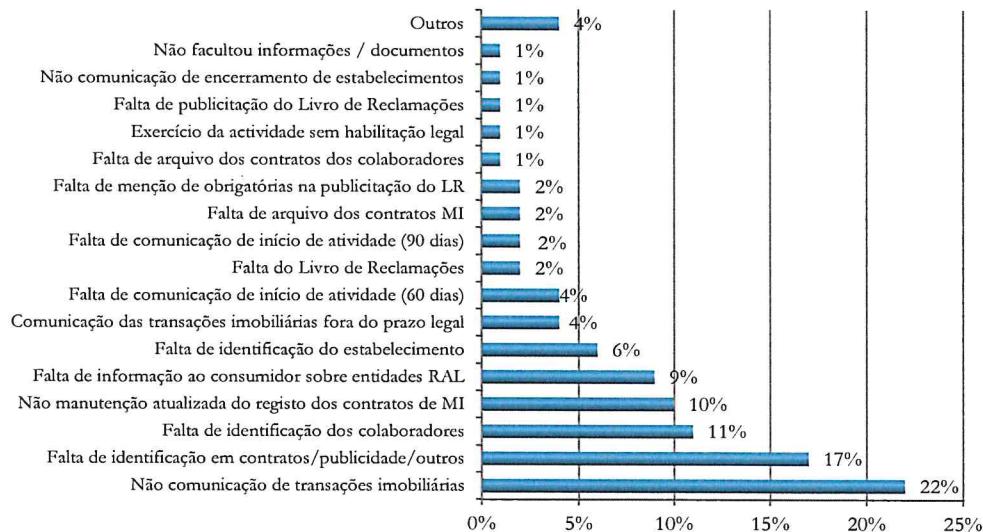


Nestas 464 ações de inspeção foram alvo de fiscalização 1.056 empresas, das quais 512 na atividade da construção (48,5%), 482 na de mediação imobiliária (45,6%), 5 na atividade de promoção imobiliária, 49 na de compra e venda de imóveis, 3 na atividade de administração de condomínios e 5 na atividade das plataformas eletrónicas.

Ilícitos detetados em 2017 - Construção



Ilícitos detetados em 2017 - Mediação Imobiliária



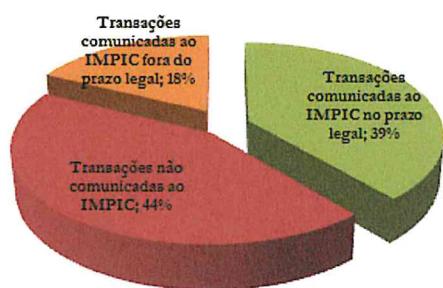
Dos 482 agentes visados por ações inspetivas nas atividades imobiliárias, verifica-se que as infrações detetadas com maior frequência são a não comunicação de transacções imobiliárias (22% do total dos ilícitos detetados), a falta de identificação na actividade externa (17% das infrações detectadas) e a falta de identificação dos colaboradores, representando 11% das infrações detectadas.



PREVENÇÃO E COMBATE AO BRANQUEAMENTO DE CAPITAIS E FINANCIAMENTO DO TERRORISMO – SECTOR IMOBILIÁRIO

No que respeita à área da prevenção e combate ao branqueamento de capitais, foi iniciado em 2014 o tratamento de dados relativos às transações imobiliárias verificadas no âmbito das ações inspetivas desencadeadas pelo IMPIC, I.P., nos termos da Lei n.º 25/2008, de 05/06.

Amostra de transações imobiliárias verificadas em ações inspetivas realizadas em 2017



Assim, no ano de 2017, analisada a amostra recolhida em sede de ação inspetiva (926 transações), verifica-se ainda uma relevante parcela de casos de transações imobiliárias não comunicadas (44%) e transações comunicadas fora do prazo legalmente estabelecido (18%), perfazendo um total de 61% no que respeita ao incumprimento desta obrigação.

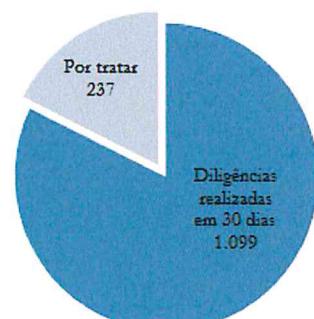
Cumpre destacar que, na sequência das ações inspetivas do IMPIC, I.P., foram regularizadas 17,9% das transações não comunicadas.

TRATAMENTO DE QUEIXAS

Em 2017, foram remetidas ao IMPIC, I.P. 1.336 queixas/denúncias/reclamações, sendo que 202 estavam relacionadas com a atividade da construção, 632 com a atividade da mediação imobiliária e 502 com a administração de condomínio.

Das 1.336 queixas/denúncias/reclamações, foi efetuada a primeira diligência no prazo de 30 dias, em 82,3% dos casos, isto é 1.099, ficando por tratar 237.

Queixas, denúncias e reclamações entradas em 2017



SANCIONAMENTO DOS AGENTES DO SECTOR

Em 2017 foram instaurados 1.236 procedimentos sancionatórios, 638 dos quais na fileira da construção, 464 na fileira do imobiliário e 134 na atividade das plataformas eletrónicas, o que correspondeu a -7,2% do que em 2016.



Ao nível da conclusão dos processos sancionatórios, foram finalizados 467 processos de contraordenação, mais 7,1% do que em 2016.

4.3. Projetos e Atuação de Gestão

A atividade desenvolvida pelo IMPIC, I.P. é anualmente compilada e sistematizada no Relatório de Atividades do Instituto, pelo que, neste ponto focará apenas as ações que se destacaram como as mais relevantes e que dão uma visão mais alargada das grandes linhas de atuação do IMPIC, I.P. no decurso de 2017.

MECANISMOS DE AUDIÇÃO E PARTICIPAÇÃO

Auscultação dos Agentes do Sector, dos Colaboradores e Colaboradoras do IMPIC, I.P. e Entidades Adjudicantes

Deu-se continuidade, em 2017, ao processo de aferição da imagem do Instituto junto dos agentes, realizado anualmente desde 2009, através de um inquérito de satisfação junto das empresas detentoras de *título habilitante*, onde os vários agentes puderam, de forma confidencial, avaliar a prestação do Instituto em várias vertentes.



Deu-se também seguimento ao processo de audição dos colaboradores e das colaboradoras do IMPIC, I.P., através da realização de um inquérito de satisfação, com o objetivo de os auscultar sobre o modo como percecionam a organização, bem como aferir o grau de satisfação e de motivação sobre as atividades que desenvolvem.

E na continuidade do efetuado pela primeira vez, em 2013, realizou-se em 2017, um inquérito de satisfação junto das entidades adjudicantes, com o objetivo de aferir a qualidade dos serviços prestados pelo IMPIC, I.P., principalmente ao nível da gestão do Portal dos Contratos Públicos (Portal BASE).

DISPONIBILIZAÇÃO DE SUPORTES INFORMATIVOS

Plataforma Tecnológica Portuguesa da Construção (www.ptpc.pt)

Após a constituição da PTPC em 2011, por impulso do IMPIC, I.P., este tem acompanhado e participado ativamente nos trabalhos desta associação, quer ao nível institucional - através da presidência da Assembleia Geral, quer nos grupos de trabalho que pretendem promover a vigilância e previsão tecnológica, identificação de oportunidades, apoio no lançamento de iniciativas e projetos de Investigação, Desenvolvimento e Inovação (IDI), designadamente, «GT-Reabilitação» e «GT-Sistemas de Informação da Construção».

CONTRIBUIÇÃO PARA A BASE DE CONHECIMENTO DO SECTOR

1 | Relatório EBITDA das empresas de construção titulares de alvará, referente ao exercício 2015

2 | Relatório da Contratação Pública 2017

3 | Relatório Anual sobre o Sector da Construção em Portugal em 2016

4 | Relatório Semestral sobre o Sector da Construção em Portugal – 2017

5 | Relatórios de Análise Financeira das empresas do sector da construção e das empresas de mediação imobiliária – 2015

6 | Publicação dos Índices trimestrais CIFE

7 | Publicação de Sínteses Mensais sobre a Contratação Pública

Todos estes documentos foram publicados no portal do IMPIC, I.P..



Destaca-se ainda a participação do IMPIC, I.P. nos grupos de trabalho europeus e nacionais a seguir discriminados:

GRUPOS EUROPEUS

1 | Comité Consultivo dos Mercados Públicos (CCMP)

O CCMP tem por objetivo dar apoio à Comissão Europeia na área dos mercados públicos. As posições tomadas neste Comité não vinculam o Estado a que pertencem, servindo, no entanto, para a Comissão Europeia elaborar documentos sobre as matérias em discussão, tendo em conta os contributos das diferentes delegações dos Estados-Membros. A representação nacional deste Comité, cuja coordenação nacional fica a cargo do Ministério dos Negócios Estrangeiros é assegurada pelo IMPIC, I.P. para as questões relacionadas com obras públicas e fornecimento de bens e serviços.

2 | Grupo *E-Procurement*

Este grupo de trabalho é resultado das atividades desenvolvidas no CCMP e destina-se a acompanhar a contratação eletrónica nos vários países e a sua adequação às diretivas sobre contratação pública, em termos de princípios e regras imperativas.

3 | Grupo Estatísticas

À semelhança do grupo de trabalho anterior, este é também o resultado da atividade desenvolvida no CCMP, e tem por objectivo acompanhar as matérias relacionadas com o cumprimento das obrigações estatísticas dos Estados-Membros junto da Comissão Europeia.

4 | Public Procurement Network (PPN)

Rede informal europeia, colaborativa na área do *public procurement*.

O objetivo desta rede é de ajudar no acompanhamento e reforço da implementação das regras comunitárias de *public procurement*, através da troca de informações e experiências e com recurso ao *benchmarking*, e criar um sistema efetivo de colaboração, incluindo a resolução de problemas transfronteiriços.

5 | Grupo 1- "Stimulating investment in buildings' renovation and innovation"

Grupo constituído no âmbito da Comissão Europeia com vista ao estímulo da atividade da construção na área da reabilitação urbana e inovação.



6 | Grupo 2-Skills & Qualifications

Grupo constituído no âmbito da Comissão Europeia com vista a promover as competências e qualificações dos operários da construção a nível europeu.

7 | Grupo 3 “Sustainable use of Natural Resources”

Grupo constituído no âmbito da Comissão Europeia com vista a promover a sustentabilidade na construção a nível europeu.

8 | Grupo 4 “Internal market for both products and services”

Grupo constituído no âmbito da Comissão Europeia com vista ao desenvolvimento do mercado interno.

9 | Grupo 5 “International competitiveness”

Grupo constituído no âmbito da Comissão Europeia com vista à promoção da competitividade internacional.

10 | Grupo 6 “Equipa Editorial e-Certis”

Grupo de Pontos de Contacto de cada país que acompanha os desenvolvimentos que a Comissão tem introduzido no sistema e-Certis. As reuniões têm sido acompanhadas pelo IMPIC, I.P.. O e-Certis é uma ferramenta que pretende facilitar a participação em procedimentos de contratação pública que decorram na União Europeia, constituindo um instrumento de apoio aos diferentes intervenientes: entidades adjudicantes e operadores económicos.

11 | Grupo 7 “Commission Government Expert Group on Public Procurement (EXPP)”

Grupo de peritos na contratação pública que se dedica à análise jurídica das normas aplicáveis à contratação pública nos vários estados membros. Recentemente dedica-se à nova geração de diretivas europeias sobre o assunto.

12 | Grupo 8 “GAFI – Grupo de Ação Financeira”

É um organismo intergovernamental que tem como objectivo desenvolver e promover políticas nacionais e internacionais de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo. O IMPIC, I.P. tem um avaliador que participa como avaliador do GAFI, nas avaliações mútuas efectuadas aos países que são seus membros.

GRUPOS NACIONAIS

1 | Grupo de Trabalho para o Reconhecimento das Qualificações Profissionais

Grupo responsável pela implementação dos mecanismos necessários para assegurar o efetivo reconhecimento de qualificações profissionais previstas na Diretiva 2005/36/CE.

O IMPIC, I.P. participa neste Grupo de Trabalho no âmbito das competências que lhe estão atribuídas relativas ao reconhecimento de qualificações profissionais – adquiridas noutras Estados Membros – nas atividades da mediação imobiliária, em virtude da exigência e da aplicação do requisito de capacidade profissional.

2 | Secção de Inscrição e Classificação da Comissão de Gestão da “Marca de Qualidade LNEC”

Secção criada no âmbito Comissão da Marca de Qualidade LNEC, que tem por objetivo qualificar as empresas como gestores gerais da qualidade dos empreendimentos, com vista à sua certificação.

A certificação de empreendimentos com a Marca de Qualidade LNEC tem carácter voluntário e é facultada aos empreendimentos da construção, públicos ou privados, para os quais, no início do processo construtivo, os respetivos donos de obra requeiram a sua concessão.

3 | Conselho Sectorial para a Qualificação - Construção Civil e Urbanismo

Grupo de Trabalho técnico consultivo, com responsabilidades ao nível da identificação das evoluções ocorridas nos correspondentes sectores de atividade e das necessidades de qualificações.

Compete ainda a este conselho sectorial apoiar a Agência Nacional para a Qualificação nos processos de atualização e desenvolvimento do Catálogo Nacional de Qualificações, nomeadamente, na construção de perfis profissionais e nas correspondentes referências de formação e de reconhecimento, validação e certificação de competências.

4 | Equipa Interdepartamental do ME para a Igualdade de Género

Equipa que tem a missão de garantir a execução das políticas públicas no âmbito da cidadania e da promoção e defesa da igualdade de género, e que detém as seguintes competências:

- Coordenar, dinamizar e acompanhar a implementação da integração da perspetiva de género em todas as políticas e programas do respetivo serviço;



- b) Promover a realização das medidas previstas em planos sectoriais para a igualdade e que respeitem à sua área de intervenção;
- c) Colaborar na concretização das medidas que comprometem o seu departamento governamental no âmbito da estratégia nacional para a igualdade.

5 | Grupo de Apoio ao Grupo de Ação Financeira da OCDE (GAFI)

Grupo de Trabalho constituído em Maio de 2008 junto do Gabinete do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, com a missão de avaliar o Sistema Português de Prevenção do Branqueamento de Capitais e do Financiamento do Terrorismo, no âmbito do GAFI, competindo-lhe preparar Relatórios de Avaliação periódicos.

6 | Grupo de Trabalho para promover a cooperação entre o IMPIC, I.P. e as Associações do Sector da Construção

Foi constituído um grupo de trabalho com vista à revisão da cooperação estabelecida entre o IMPIC, I.P. e a AECOPS – Associação de Empresas de Construção e Obras Públicas e a AICCOPN – Associação dos Industriais da Construção Civil e Obras Públicas.

7 | Comissão Científica responsável pela arbitragem dos artigos editados pelo GECoRPA - Grémio das Empresas de Conservação e Restauro do Património Arquitetónico

Foi dada continuidade à cooperação iniciada em 2011, quando o IMPIC, I.P. passou a integrar a Comissão Científica responsável pela arbitragem dos artigos editados pelo GECoRPA – Grémio das Empresas de Conservação e Restauro do Património Arquitetónico.

8 | Plataforma Portuguesa de Geotermia Superficial (PPGS)

Participação desde outubro de 2013 na Plataforma Portuguesa de Geotermia Superficial (PPGS), constituída com vista a debater as medidas necessárias a uma divulgação e credibilização da geotermia de baixa entalpia em Portugal, bem como a promover o incremento dos vários temas que interessam ao desenvolvimento sustentável do aproveitamento geotérmico por bombas de calor, a verificação da coerência legislativa e das boas práticas internacionais com as qualificações que esses normativos impõem, e as necessidades em termos de formação dos técnicos e operários que intervêm nesta atividade.

9 | Comissão de Coordenação das Políticas de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento do Terrorismo (AMLD)

Participação, desde a sua criação, em outubro de 2015, na Comissão de Coordenação de Combate ao Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo, no Secretariado Técnico



Permanente e no Comité Executivo, no acompanhamento e discussão da temática do combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo (AMLD) e na condução da avaliação nacional de riscos de Portugal.

PARTICIPAÇÃO EM FEIRAS

Em 2017 o instituto fez-se representar:

- TEKTÓNICA – Feira Internacional de Construção e Obras Públicas, FIL, em maio;
- SIL 2017 – 20ª Edição do Salão Imobiliário de Portugal, FIL, em outubro;
- Concreta 2017 – Exponor, em novembro.

5. Recursos Humanos

A caracterização dos Recursos Humanos que compõe o efetivo do IMPIC, I.P. está explanada no Balanço Social de 2017, sendo neste capítulo do presente relatório realizada uma súmula das suas principais características.

Número de Elementos Efetivos

Em 31 de dezembro de 2017, o IMPIC, I.P. contava com 97 colaboradoras e 36 colaboradores, num total de 133 elementos efetivos, com a seguinte distribuição por grupo profissional:

Pessoal ao serviço do IMPIC, I.P., em 31 de dezembro de 2017

Grupo Profissional	N.º Elementos Efetivos	%
Direção Superior	3	2%
Direção Intermédia	7	5%
Técnico/a Superior	78	59%
Inspetor/a Técnico/a	10	8%
Coordenador/a Técnico/a	3	2%
Assistente Técnico/a	30	23%
Assistente Operacional	2	2%
Total	133	100%

Registaram-se, assim, mais 12 elementos efetivos, relativamente aos verificados no final de 2016, ficando ainda bastante aquém do número de efetivos aprovados no Mapa de Pessoal para 2017 (160).

Importa referir que 18 trabalhadores/as do IMPIC, I.P. se encontravam a exercer funções noutros organismos da Administração Pública, encontrando-se ainda 4 elementos em situação de licença sem remuneração.

Vínculo Jurídico-Contratual

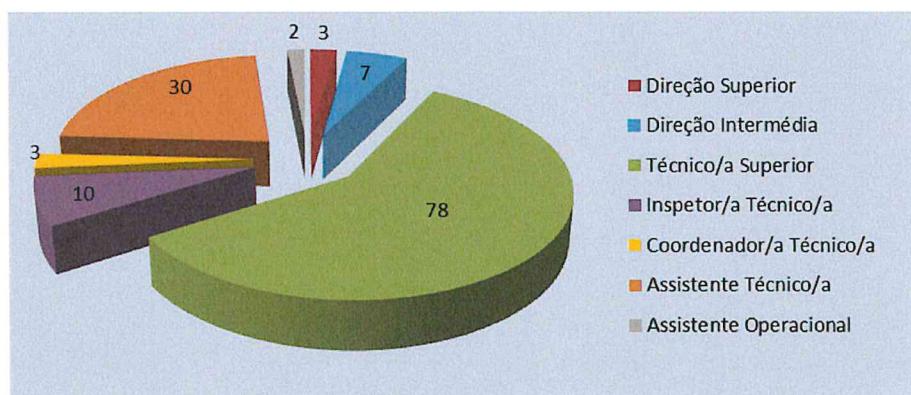
Do total dos elementos efetivos, 108 são titulares de um contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, 10 têm nomeação definitiva, 10 encontram-se em comissão de serviço no âmbito da lei geral do trabalho em funções públicas e 5 encontram-se em regime de mobilidade interna.



Grupos Profissionais

Em relação à distribuição dos elementos efetivos por grupos profissionais, verifica-se que, face ao respetivo total, os grupos técnico superior (78) e inspetor superior (10) representavam cerca de 66%, os grupos coordenador técnico (3), assistente técnico (30) e assistente operacional (2), cerca de 34% e os dirigentes cerca de 8%.

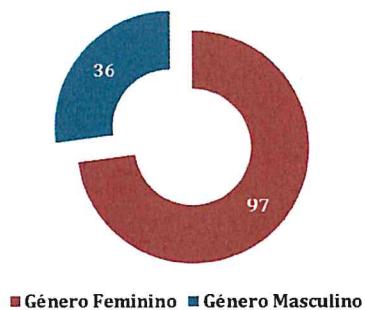
Distribuição dos Elementos Efetivos por Grupo Profissional



Género

Relativamente à distribuição dos elementos efetivos por género, existe, na maioria dos grupos profissionais, uma predominância do sexo feminino, traduzida numa Taxa de Feminização⁶ de 73% e, consequentemente, numa Taxa de Masculinização⁷ de 27%.

Distribuição dos Elementos Efetivos por Género



⁶ Taxa de Feminização = mulheres/efetivos x 100

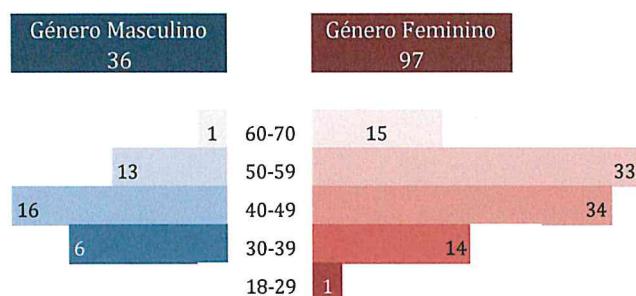
⁷ Taxa de Masculinização = homens/efetivos x 100.

Estrutura Etária

O nível etário médio⁸ dos elementos efetivos do IMPIC, I.P. situa-se nos 49 anos.

O intervalo 40-49 representado no gráfico seguinte possui um total de 50 efetivos, bem como o intervalo 50-59 representa um total de 46 efetivos, sendo predominantemente género feminino.

Pirâmide Etária



Estrutura Habilitacional

Dos 133 elementos efetivos, cerca de 64% possuem um mestrado, uma licenciatura ou um bacharelato (57 colaboradoras e 28 colaboradores).

Destes 85 elementos efetivos, 25 têm formação em Direito (30%), 17 em Economia (20%), 10 em Engenharia Civil (12%), sendo os 33 restantes formados noutras áreas.

O quadro de pessoal do IMPIC, I.P. conta ainda com 34 colaboradoras e 7 colaboradores com o 12.^º ano de escolaridade, bem como 6 colaboradoras e 1 colaborador com habilitações inferiores ao 12.^º ano.

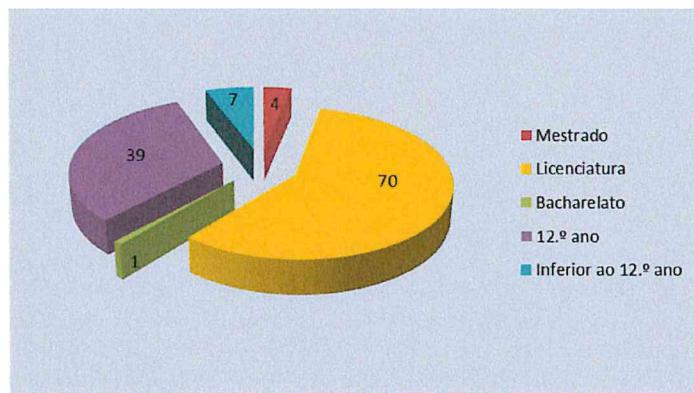
⁸ Nível Etário Médio = \sum Idades/efetivos.



Índice de Tecnicidade

O Índice de Tecnicidade (sentido estrito)⁹, conceito que procura medir o relevo das pessoas dotadas de habilitações técnicas no universo dos elementos efetivos, foi, em 2017, de 66,1%.

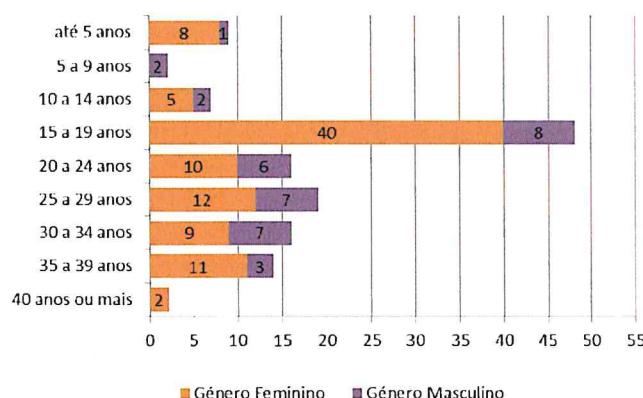
Distribuição dos Elementos Efetivos por Grau Académico



Estrutura de Antiguidade na Administração Pública

O nível médio de antiguidade na Administração Pública¹⁰ dos trabalhadores/as do IMPIC, I.P., em 31 de dezembro de 2017, era de 21 anos, destacando-se o grupo com antiguidade de 15 a 19 anos, composto por 40 colaboradoras e 8 colaboradores, que representam cerca de 36% do total de elementos efetivos.

Distribuição dos/as colaboradores/as segundo o nível de antiguidade



⁹ Índice de Tecnicidade (sentido estrito) = Técnicos Superiores/Efetivos (foram considerados para o cálculo deste indicador os 78 Técnicos Superiores e os 10 Inspetores Superiores).

¹⁰ Nível Médio de Antiguidade = \sum antiguidade/efetivos

Formação Profissional

A formação profissional tem vindo a assumir um papel cada vez mais relevante na qualificação e desenvolvimento dos/as trabalhadores/as, proporcionando-lhes formas e meios para a aquisição dos conhecimentos necessários às exigências atuais.

No âmbito do Plano de Formação Profissional para 2017 verificou-se a concretização de 28 ações de formação, 3 internas e 25 externas, que totalizaram 2.565 horas.

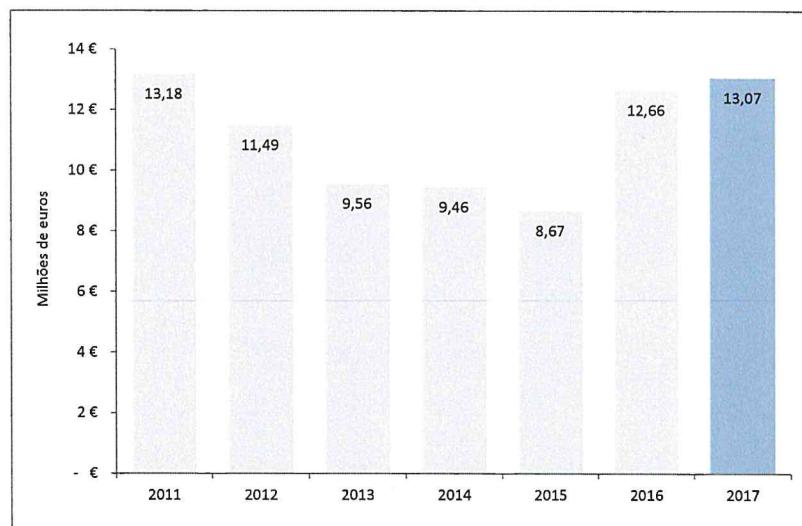
O pessoal técnico superior e de inspeção superior participou em 1.823 horas de formação, os dirigentes em 387 horas e os restantes grupos profissionais, coordenadora técnica, assistentes técnicos/as e assistentes operacionais, em 355 horas.

6. Análise Económica e Financeira

6.1. Análise da Receita na ótica Orçamental

A receita orçamental arrecadada em 2017 atingiu o valor de 13.067.297,35 €, o que representou um acréscimo de 3.2% em relação ao ano de 2016 mas ainda um valor inferior em 0.9% relativamente a 2011.

Ilustração 7 – Evolução das Receitas Orçamentais (2017/2011)



O maior volume de receita foi obtido nas taxas (+813.902,88€, traduzido numa taxa de crescimento de +6,7%, face a 2016). Este tipo de receita aumentou o seu peso relativo de 96% em 2016 para 99,3% em 2017.

Ilustração 8 - Receitas Orçamentais (2017/2016)

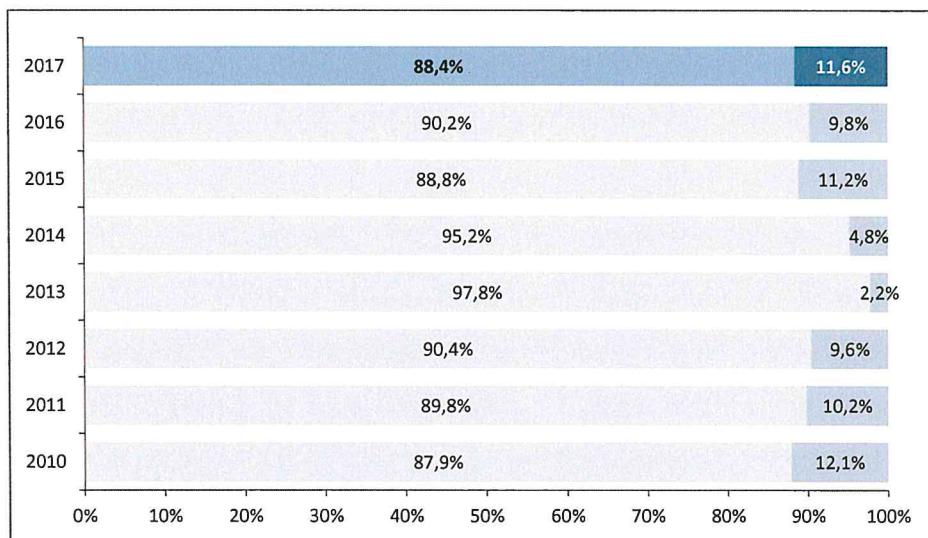
	2017	2016	Δ 2017/16
Taxas, Multas e Outras Penalidades	13.049.931 €	12.488.227 €	4,5%
Taxas	12.969.776 €	12.423.470 €	4,4%
Juros e Coimas	80.155 €	64.757 €	23,8%
Transferências	4.540 €	160.363 €	-97,2%
Transferências União Europeia	4.540 €	160.363 €	-97,2%
Venda de Bens e Serviços Correntes	9.247 €	8.711 €	6,2%
Serviços - Outros	9.247 €	8.711 €	6,2%
Reposições não abatidas nos pagamentos	3.579 €	0 €	-
Total da Receita	13.067.297 €	12.657.301 €	3,2%

Fonte: 7.2. - Mapa de Controlo da Execução Orçamental – Receita, incluído na Conta de Gerência de 2017.

Nota: O total da receita não inclui as receitas extraorçamentais, nem o saldo apurado na gerência anterior

O sector da construção representou 88,4% do total das taxas.

Ilustração 9 – Peso da receita por setor (2010/2017)



A execução orçamental da receita em 2017, foi de 88,0% face à previsão inicial. Para este resultado, contribuiram os projectos comunitários co-finaciados e as transferências da União Europeia, cuja execução, ou não se verificou ou ficou muito aquém do previsto.

Ilustração 10 - Execução do Orçamento da Receita (2017)

	Orçamento Aprovado	Previsões Corrigidas	Receita	Execução Orçamental
Taxas, Multas e Outras Penalidades	11.610.500 €	12.878.041 €	13.049.931 €	101,3%
Taxas (FF510 - Rec. Próprias)	10.431.000 €	12.087.413 €	12.969.776 €	107,3%
Taxas (FF 361 - Proj Co-Financiados)	1.119.000 €	730.128 €	0 €	0,0%
Juros e Coimas	60.500 €	60.500 €	80.155 €	132,5%
Transferências	1.962.531 €	1.962.531 €	4.540 €	0,2%
Transferências União Europeia (FF 411 - Proj Financ)	1.396.000 €	1.396.000 €	0 €	0,0%
Transferências União Europeia (FF 482 - Desloc/Estad)	7.000 €	7.000 €	4.540 €	64,9%
Subsídios - Segurança Social	559.531 €	559.531 €	0 €	0,0%
Venda de Bens e Serviços Correntes	4.200 €	4.200 €	9.247 €	220,2%
Serviços - Outros	4.200 €	4.200 €	9.247 €	220,2%
Reposições não abatidas nos pagamentos	0 €	3.579 €	3.579 €	100,0%
Total da Receita	13.577.231 €	14.848.351 €	13.067.297 €	88,0%

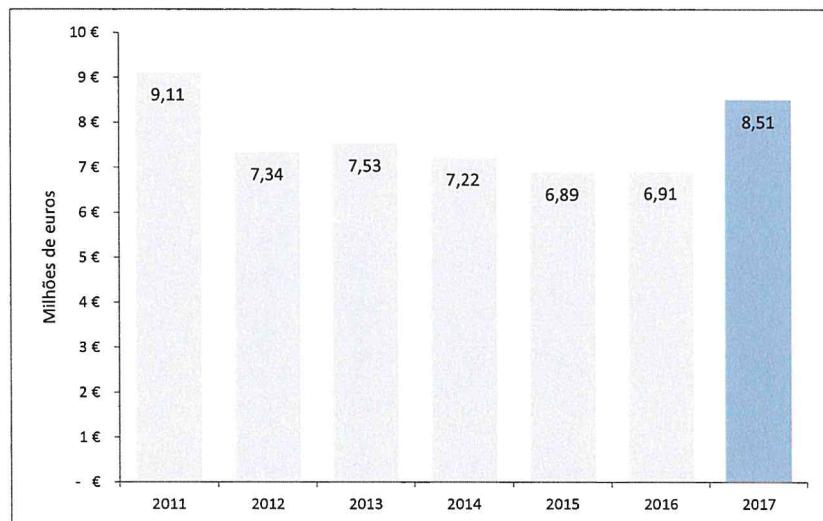
Fonte: 7.2. - Mapa de Controlo da Execução Orçamental – Receita, incluído na Conta de Gerência de 2017

Nota: O total da receita não inclui as receitas extraorçamentais, nem o saldo apurado na gerência anterior

6.2. Análise da Despesa na ótica Orçamental

A despesa orçamental na Gerência de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2017 atingiu o valor de 8.510.228,88€, o que correspondeu a um acréscimo de 23,1% relativamente ao verificado no exercício anterior. Comparativamente a 2011, a despesa paga foi inferior em 6,6%, reflectindo o esforço continuado de contenção orçamental.

Ilustração 11 – Evolução das Despesas Orçamentais (2017/2011)



Fonte: 7.1. - Mapa de Controlo da Execução Orçamental – Despesa, incluído na Conta de Gerência de 2017
 Nota: O total da despesa não inclui as despesas extra-orçamentais (operações de tesouraria)

O acréscimo da despesa em 2017 é explicado essencialmente pelo aumento das transferências correntes no valor de 1.504.899,0€ (+256,3%), pela variação das despesas com pessoal (+6,1%), resultante da contratação de colaboradores, e aquisição de bens e serviços (+7,6%). Em sentido oposto, registou-se um decréscimo de 53,3% nos gastos com a aquisição de bens de capital.

As transferências correntes incluem transferências efetuadas no montante global de 1.551.000 € para as CCDR's (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional) do Norte, Centro e Alentejo que apresentavam constrangimentos orçamentais no final do exercício pelo que foi efetuada alteração orçamental via de Crédito Especial aprovado pelos Secretários de Estado das Infraestruturas e do Desenvolvimento e Coesão.

Ilustração 12 - Despesas Orçamentais (2017/2016)

	2017	2016	Δ 2017/16
Despesas com o Pessoal	3.931.608 €	3.706.059 €	6,1%
Remunerações certas e permanentes	3.168.988 €	2.990.365 €	6,0%
Abonos variáveis ou eventuais	26.175 €	25.489 €	2,7%
Segurança Social	736.445 €	690.206 €	6,7%
Aquisição de Bens e Serviços	2.231.318 €	2.072.326 €	7,7%
Aquisição de Bens	55.058 €	58.931 €	-6,6%
Aquisição de Serviços	2.176.260 €	2.013.395 €	8,1%
Encargos Financeiros	141 €	210 €	-32,9%
Transferências Correntes	2.092.157 €	587.258 €	256,3%
Aquisição de Bens de Capital	255.005 €	545.658 €	-53,3%
Total da Despesa	8.510.229 €	6.911.511 €	23,1%

Fonte: 7.1. - Mapa de Controlo da Execução Orçamental – Despesa, incluído na Conta de Gerência de 2017

Nota: O total da despesa não inclui as despesas extra-orçamentais (operações de tesouraria)

A taxa de execução da despesa no ano de 2017, líquida de cativos, foi de 94,0%, conforme se pode constatar no quadro seguinte:

Ilustração 13 - Execução do Orçamento da Despesa (2017)

	Dotações Corrigidas	Cativos	Despesa	Execução Orçamental
Despesas com o Pessoal	5.556.039 €	1.622.218 €	3.931.608 €	99,9%
Remunerações certas e permanentes	4.475.019 €	1.305.805 €	3.168.988 €	100,0%
Abonos variáveis ou eventuais	48.456 €	20.410 €	26.175 €	93,3%
Segurança Social	1.032.564 €	296.003 €	736.445 €	100,0%
Aquisição de Bens e Serviços	3.370.884 €	987.501 €	2.231.318 €	93,6%
Aquisição de Bens	98.994 €	23.189 €	55.058 €	72,6%
Aquisição de Serviços	3.271.890 €	964.312 €	2.176.260 €	94,3%
Encargos Financeiros	141 €	0 €	141 €	99,7%
Transferências Correntes	2.092.730 €	493 €	2.092.157 €	100,0%
Outras Despesas Correntes	256.700 €	256.700 €	0 €	-
Aquisição de Bens de Capital	651.498 €	9.453 €	255.005 €	39,7%
Total da Despesa	11.927.992 €	2.876.365 €	8.510.229 €	94,0%

Fonte: 7.1. - Mapa de Controlo da Execução Orçamental – Despesa, incluído na Conta de Gerência de 2017

Nota: O total da despesa não inclui as despesas extra-orçamentais (operações de tesouraria)

6.3. Situação Económica na ótica do POCP

No exercício de 2017 foram registados proveitos num total de 13.980.467 €, quase exclusivamente constituídos por Proveitos Operacionais (13.972.348 €), originados, na quase totalidade, pela emissão de taxas e coimas aplicadas no âmbito da regulação do sector da construção e do imobiliário.



Ilustração 14 - Proveitos (2017/2016)

	2017	2016	Δ 2017/2016
Vendas			
Impostos e taxas	13.972.348	14.038.426	-0,5%
Proveitos Suplementares			
Transferências e Subsídios Correntes			
Proveitos Operacionais	13.972.348	14.038.426	-0,5%
Proveitos Financeiros			-
Proveitos Extraordinários	8.119	35.492	-77,1%
Total de Proveitos	13.980.467	14.073.918	-0,7%

O total de Proveitos Operacionais do presente exercício encontra-se em linha com o exercício anterior, ascendendo a cerca de 14 milhões de euros.

Os proveitos provenientes da construção continuam a ser os mais representativos, com 86,9% do total (2016: 89,8%).

Constata-se que a ligeira redução dos proveitos das Taxas do setor da construção foi compensada pelos incrementos dos proveitos das Taxas do setor do imobiliário e de Coimas, custas e multas, o que permitiu, tal como referido anteriormente, a manutenção do total de Proveitos Operacionais em cerca de 14 milhões de euros.

Ilustração 15 - Proveitos Operacionais por tipo de atividade (2017/2016)

	2017	2016	Δ 2017/2016	valores em euros
Taxas do sector da construção	12.140.947	12.609.167	-3,7%	
Taxas do sector do imobiliário	1.586.549	1.303.058	21,8%	
Coimas, custas e multas	244.852	126.201	94,0%	
Outros Proveitos operacionais	0		-	
Total	13.972.348	14.038.426	-0,5%	

O Total dos Custos registou um incremento de 2.070.559 € resultante essencialmente do incremento das rúbricas de Custos Extraordinários (1.505.686 €), FSE (262.926 €) e Custos com Pessoal (212.926 €).

Ilustração 16 – Estrutura de custos (2017/2016)

	2017	2016	Δ 2017/2016
CMV			
FSE	2.339.742	2.076.817	12,7%
Custos com o pessoal	3.958.738	3.745.817	5,7%
Transferências correntes	550.539	595.853	-7,6%
Amortizações e ajustamentos	357.630	330.692	8,1%
Provisões	3.000	3.000	0,0%
Outros custos operacionais	9.985	25.564	-60,9%
Custos Operacionais	7.219.634	6.777.743	6,5%
Custos Financeiros	34.532	28.065	23,0%
Custos Extraordinários	1.629.411	7.210	22498,4%
Total dos Custos	8.883.577	6.813.018	30,4%

O relevante incremento dos Custos Extraordinários (1.622.201 €) resulta essencialmente de transferências efetuadas no montante global de 1.551.000 € para as CCDR's (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional) do Norte, Centro e Alentejo que apresentavam constrangimentos orçamentais no final do exercício pelo que foi efetuada alteração orçamental via de Crédito Especial aprovado pelos Secretários de Estado das Infraestruturas e do Desenvolvimento e Coesão.

O incremento dos Custos com Pessoal resulta do incremento do quadro de pessoal em 2017.

Relativamente aos FSE destaca-se o incremento a rubrica de Conservação e Reparação (174.911 €) resultante das necessidades adicionais em 2017 de Conservação e Reparação de Equipamento Básico e Administrativo. Relevam-se as necessidades de manutenção da aplicação do licenciamento do setor da construção e dos Portal Base e Portal OOP.

Ilustração 17 – Fornecimentos e Serviços Externos (2017/2016)

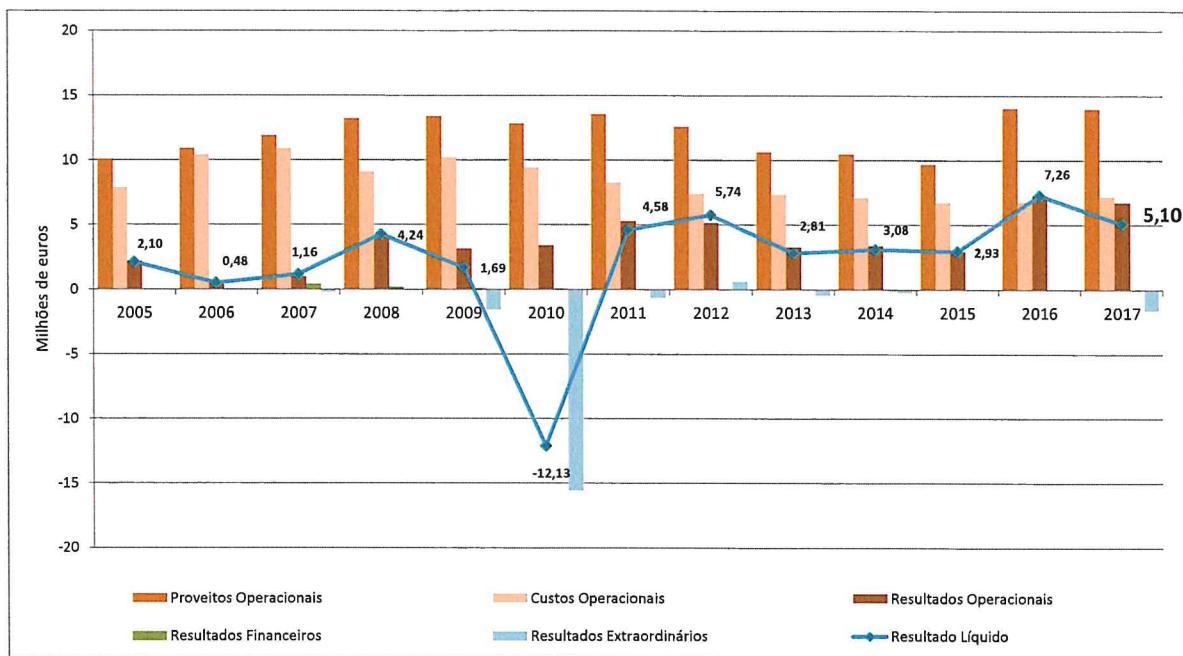
	2017	2016	Δ 2017/2016
Rendas e Alugueres	1.251.756	1.221.048	3%
Comunicações	152.914	124.149	23%
Deslocações e Estadas	57.981	50.884	14%
Conservação e Reparação	272.796	97.886	179%
Publicidade e Propaganda	45.655	83.224	-45%
Limpeza, Higiene e Conforto	131.490	109.410	20%
Trabalhos Especializados	148.795	104.389	43%
Outros FSE	278.355	285.828	-3%
Total de FSE	2.339.742	2.076.817	12,7%

Em síntese, no presente exercício os Resultados Líquidos ascenderam a 5.096.890 €, o que é uma valor muito expressivo, sendo a redução face ao exercício anterior essencialmente explicada pelo incremento dos Custos Extraordinários explicitada anteriormente.

Ilustração 18 – Resultado Líquido (2017/2016)

	2017	2016	Δ 2017/2016
Proveitos Operacionais	13.972.348	14.038.426	-0,5%
Custos Operacionais	7.219.634	6.777.743	6,5%
Resultados Operacionais	6.752.714	7.260.683	-7,0%
Resultados Financeiros	-34.532	-28.065	23,0%
Resultados Extraordinários	-1.621.292	28.282	-5832,6%
Resultado Líquido	5.096.890	7.260.900	-29,8%

Ilustração 19 – Evolução do Resultado Líquido (2017/2016)




6.4. Situação Financeira

Após a degradação da estrutura financeira verificada em 2011, em resultado da obrigatoriedade da entrega de saldos de gerências anteriores que provocou a existência de Fundos Próprios negativos (-13%), o Instituto tem vindo a recuperar a sua estrutura financeira, reforçando os Fundos Próprios através de Resultados Líquidos positivos nos diversos exercícios.

Ilustração 20 – Estrutura Financeira (2017 a 2011)

	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011
Total do Activo	100,0%						
Imobilizado	1,4%	2,2%	1,7%	1,8%	3,1%	6,0%	10,5%
Circulante	98,6%	97,8%	98,3%	98,2%	96,9%	94,0%	89,5%
Total dos Fundos Próprios e Passivo	100,0%						
Fundos Próprios	88,7%	86,0%	76,0%	67,0%	54,8%	38,7%	-13,2%
Passivo	11,3%	14,0%	24,0%	33,0%	45,2%	61,3%	113,2%

Em 2017, o Ativo do IMPIC, I.P. apresentou a seguinte composição:

Ilustração 21 – Ativo (2017 a 2011)

	2017			2016	2015	2014	2013	2012	2011
	Ativo Bruto	Amort. E Ajust.	Ativo Líquido						
IMOBILIZADO	8.194.062	7.777.564	416.498	519.124	304.158	282.734	415.064	6.827.418	6.431.976
Imobilizações Incorpóreas	1.679.976	1.611.316	68.660	64.720	48.041	30.792	92.115	1.398.826	1.258.584
Imobilizações Corpóreas	6.514.086	6.166.248	347.839	454.404	256.117	251.942	322.949	5.428.592	5.173.392
CIRCULANTE	28.651.653		28.651.653	23.547.717	17.376.721	15.399.111	13.142.981	11.206.202	7.616.465
Existências	35.675	0,00	35.675,17	35.675,17	35.675	35.675	35.675	35.675	40.878
Dívidas de Terceiros - Curto Prazo	3.928.580	0,00	3.928.580	3.378.966	2.967.040	2.657.418	2.601.023	2.782.945	2.892.748
Títulos Negociáveis	0,00	0,00	0,00	0,00					0
Depósitos Bancários e Caixa	24.591.093	0,00	24.591.093	20.038.692	14.280.112	12.612.268	10.437.015	8.318.968	4.607.242
Acréscimentos e Diferimentos	96.305	0,00	96.305	94.384	93.894	93.749	69.268	68.614	75.598
Total do Ativo	36.845.716	7.777.564	29.068.152	24.066.840	17.680.879	15.681.845	13.558.046	18.033.620	14.048.441

No exercício de 2017 verificou-se um acréscimo de cerca de 21% no total de ativo líquido relativamente ao observado em 2016.

Relativamente aos Fundos Próprios e Passivo, em 2017 destaca-se o reforço dos Fundos Próprios no montante de 5.096.890 € que corresponde ao Resultado Líquido gerado no presente exercício.



Ilustração 22 – Fundos Próprios e Passivo (2017 a 2011)

	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011
Património	11.408.184	11.408.184	11.408.184	11.408.184	11.408.184	11.408.184	11.408.184
Resultados Transitados	9.288.992	2.028.092	-899.012	-3.976.668	-6.791.411	-12.534.929	-17.116.318
Resultado Líquido do Exercício	5.096.890	7.260.900	2.927.103	3.077.657	2.814.743	5.743.518	4.581.389
Total dos Fundos Próprios	25.794.066	20.697.176	13.436.275	10.509.172	7.431.516	4.616.773	-1.126.745
Provisões	8.000	5.000	35.000	35.000	32.247	75.000	1.246.100
Dívidas a Terceiros - Curto Prazo	1.792.855	1.582.108	1.453.540	1.569.626	1.564.514	1.673.105	1.976.293
Fornecedores, c/c	38.176	34.979	27.763	67.127	25.657	103.519	226.886
Fornecedores de Imobilizado, c/c							220.807
Estado e Outros Entes Públicos	1.723.785	1.522.934	1.417.350	1.367.807	1.346.750	1.476.286	1.472.212
Outros Credores	30.895	24.195	8.427	134.692	192.106	93.299	56.388
Acrescimentos e Diferimentos	1.473.231	1.782.557	2.756.064	3.568.047	4.529.769	5.555.547	6.412.010
Acréscimos de Custos	799.588	611.552		577.159	563.128	512.784	397.757
Proveitos Diferidos	673.643	1.171.005		2.990.887	3.966.641	5.042.763	6.014.254
Total do Passivo	3.274.086	3.369.665	4.244.604	5.172.673	6.126.529	7.303.652	9.634.403
Total dos Fundos Próprios e do Passivo	29.068.152	24.066.840	17.680.879	15.681.845	13.558.045	11.920.424	8.507.658

Em conclusão, o IMPIC, I.P. apresenta uma situação financeira mais sólida, com predomínio de meios próprios que sustentam a sua autonomia financeira, depois daqueles se terem alterado substancialmente em 2010 e 2011 por motivos impostos legalmente (obrigatoriedade da entrega nos cofres do Estado dos saldos das gerências de 2009 e 2010) e, por isso, alheios à boa gestão interna do IMPIC.

Em 31 de Dezembro de 2017, o total de Fundos Próprios registado no Balanço do IMPIC foi de 25.794.066 €, superior em 25% ao valor registado em 2016. A atividade operacional do IMPIC tem vindo a apresentar sempre resultados positivos, ascendendo o Resultado Líquido de 2017 a 5.096.890 €.



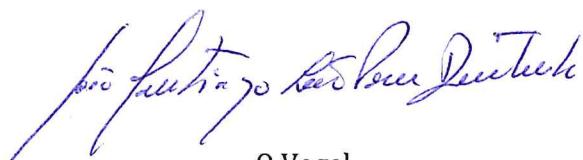
7. Perspetivas Futuras

Com a publicação da revisão ao Código dos Contratos Públicos, efectuada em 31 de Agosto de 2017, através do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, podemos afirmar que todo o quadro legislativo relacionado com a atividade do IMPIC, I.P. se encontra publicado, pelo que, a partir de agora, o instituto entrará numa fase de estabilização legislativa e as empresas dos sectores acompanhados pelo IMPIC têm conhecimento de todas as suas obrigações e direitos para o exercício de uma saudável concorrência.

Assim, o desafio está agora no reforço interno dos recursos necessários ao exercício efetivo da Missão (recursos humanos, financeiros e tecnológicos), que ao IMPIC está atribuída.

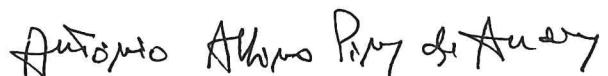
Lisboa, 27 de abril de 2018

O Conselho Diretivo



O Vogal

(João Santiago Leão Ponce Dentinho)



O Vogal

(António Pires de Andrade)



8. Demonstrações Financeiras



8.1. Balanço

O CONSELHO DIRETIVO

João Batista da Costa e Melo O VOGADO *Antônio Almeida Pinto de Andrade* O VOCAL

João Santiago Leão Ponce Dentinho

António Albino Pires de Andrade

DIRETORA DA DIREÇÃO FINANCEIRA,
DE ESTUDOS E ESTRATÉGIA

Gada Abreu

8.2. Demonstração de Resultados

DEMONSTRACÃO DOS RESULTADOS PERÍODO HOMÓLOGO

UNISEI HUMANITARIO

OVOGAI

DIRETORA DA DIREÇÃO FINANCEIRA,
DE ESTUDOS E ESTRATÉGIA


Carla Abreu

António Albino Pires de Andrade

João Santiago Leão Ponce Dentinho

Relatório e Contas 2017

58 | Página

8.3. Controlo Orçamental - Despesa



7.1 - Controlo orçamental
Despesa

Gerência de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2017

C. Organização	Prog. Méd.	Fonte Fin.	Classificação Funcional Gádigo Alc. Sub. Designação	Classificação Económica (*)	Act. (6)	Despesas comidas (7)	Créditos ou consignações (8)	Compromissos assumidos (9)	Despesas Pagas			Diferença* (10)-(11)	Saldo (12)	Composição por pagar (13)-(14)+(12)	Grado de execução organizacional (15)-(12)/(7,9)*100	
									Despesa anual (10)	Total (11)	Despesa anual Prometida (12)-(10)+(11)					
13 1 04 02 00	4052	361	3031	02.02.14.0.00 Serviços de natureza informática	258	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	
				0.02.214.00.00 Outros		311.444,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	311.444,00	311.444,00	0,00	0,00%	
				02.02.20 A0/A0 Desenvolvimento do Software		200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00%	
				02.02.20 A0/B0 Contratos de Imprensa		500,00	17,00	0,00	0,00	0,00	0,00	383,00	383,00	0,00	0,00%	
				02.02.20 A0/C0 Outros		16.507,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.507,00	16.507,00	0,00	0,00%	
				02.02.20 E0/00 Outros		74.002,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	74.002,00	74.002,00	0,00	0,00%	
				Total do Subagrupamento 02.02:		702.153,00	117,00	0,00	0,00	0,00	0,00	702.036,00	702.036,00	0,00	0,00%	
				Total do Agrupamento 02:		702.153,00	117,00	0,00	0,00	0,00	0,00	702.036,00	702.036,00	0,00	0,00%	
06 02 03 R0/00				Reserva	957	27.975,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	
				Total do Subagrupamento 06.02:		27.975,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	
				Total do Agrupamento 06:		27.975,00	27.975,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	
				Total Comente:		730.128,00	28.092,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	702.036,00	702.036,00	0,00
07.01.05 B0/B0				Serviço Informática - A.C. - SPA - Outros	258	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	
07.01.13 B0/00				Ivest. Incorporações - A.C. - SFA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	
				Total do Subagrupamento 07.01:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	
				Total do Agrupamento 07:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	
				Total Capital:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	
				Total da Fonte de Financiamento 36.1:		730.128,00	28.092,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	702.036,00	702.036,00	0,00
13 1 04 02 00	4052	411	3031	02.02.14.0.00 Serviços de natureza informática	258	242.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	242.000,00	242.000,00	0,00	0,00%	
				0.02.214.00.00 Outros		495.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	495.000,00	495.000,00	0,00	0,00%	
				02.02.20 A0/A0 Desenvolvimento do Software		258.780,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	258.780,00	258.780,00	0,00	0,00%	
				02.02.20 A0/B0 Contratos de Imprensa		185,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	185,00	185,00	0,00	0,00%	
				02.02.20 A0/C0 Outros		150.035,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150.035,00	150.035,00	0,00	0,00%	
				02.02.20 E0/00 Outros		94.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	94.000,00	94.000,00	0,00	0,00%	
				Total do Subagrupamento 02.02:		1237.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1237.000,00	1237.000,00	0,00	0,00%	
				Total do Agrupamento 02:		1237.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1237.000,00	1237.000,00	0,00	0,00%	
				Total Comente:		1237.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1237.000,00	1237.000,00	0,00	0,00%	
07.01.05 B0/B0				Serviço Informática - A.C. - SPA - Outros		155.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	155.000,00	155.000,00	0,00	0,00%	
07.01.13 B0/00				Ivest. Incorporações - A.C. - SFA		4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00%	
				Total do Subagrupamento 07.01:		159.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	159.000,00	159.000,00	0,00	0,00%	
				Total do Agrupamento 07:		159.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	159.000,00	159.000,00	0,00	0,00%	
				Total Capital:		1.396.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.396.000,00	1.396.000,00	0,00	0,00%	
				Total da Fonte de Financiamento 41.1:												

RM
JF

7.1 - Controlo orçamental
Despesa

Gerência de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2017

C. Orçamentária	Prog. Med.	Fon. Fin.	Classificação Funcional	Descrição Código Al. Sub. Designação	Características Económicas	Act.	Despesas congêneas	Caixas ou conservatórios	Compromissos assumidos	Diferenças		
										Total	Despesas ant.	Despesas pagas
Min. Esc. Cap. Dir. Sublev.	13 1 04 02 00	14052	443	3031	02.02.5 00.00 Obras	258	559.311,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
					Total do Subagrupamento 02.02:		559.311,00	0,00	0,00	559.311,00	0,00	0,00%
					Total do Agrupamento 02:		559.311,00	0,00	0,00	559.311,00	0,00	0,00%
					Total Currrente:		559.311,00	0,00	0,00	559.311,00	0,00	0,00%
					Total da Fonte de Financiamento 4.4.3 :		559.311,00	0,00	0,00	559.311,00	0,00	0,00%
13 1 04 02 00	14052	482	3031	02.02.1 00.00 Despesas c/c estadas	258	7.000,00	0,00	7.000,00	4.540,39	0,00	4.540,39	2.459,61
					Total do Subagrupamento 02.02:		7.000,00	0,00	4.540,39	7.000,00	4.540,39	2.459,61
					Total do Agrupamento 02:		7.000,00	0,00	4.540,39	7.000,00	4.540,39	2.459,61
					Total Currrente:		7.000,00	0,00	4.540,39	7.000,00	4.540,39	2.459,61
					Total da Fonte de Financiamento 4.4.2 :		7.000,00	0,00	4.540,39	7.000,00	4.540,39	2.459,61
13 1 04 02 00	14052	510	3031	01.01.01 00.00 Taxas e juros de soberania e membros de órgãos	256	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
					autárquicas		193.862,00	138.057,04	137.836,44	0,00	137.836,44	0,36
					Orgãos sociais		55.824,00	127.665,14	127.665,14	0,00	127.665,14	0,66
					Pessoal das quadras - neg. Fun. Pública		168.709,00	109.054,11	109.054,11	0,00	109.054,11	0,69
					Pessoal das quadras - neg. Cont. Ind. Trabalho		152.302,00	41.347,70	48.890,45	0,00	48.890,45	0,85
					Representação		122.888,00	75.297,00	82.267,99	0,00	82.267,99	0,01
					Suplementos e prémios		140.251,00	37.389,00	165.741,53	0,00	165.741,53	0,37
					Subsídio de fiação		248.989,00	74.222,00	188.930,77	0,00	188.930,77	0,23
					Subsídio de férias		271.083,00	79.152,00	208.092,10	0,00	208.092,10	0,90
					Subsídio de natal		287.245,00	1.305.005,00	3.165.985,33	0,00	3.165.985,33	5,07
					Total do Subagrupamento 01.01:		11.572,00	2.668,00	6.903,72	0,00	6.903,72	0,28
					Total do Subagrupamento 01.02:		13.340,00	14.786,23	14.786,23	0,00	14.786,23	1.613,07
					Subsídio familiar e crianças e jovens		28.920,00	8.440,00	1.858,38	0,00	1.858,38	0,62
					Ajudas de custo		2.743,00	1.691,36	0,00	0,00	0,00	0,00
					Alimento para filhos		445,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
					Premiação desempenho		929,00	0,00	865,83	0,00	865,83	65,17
					Obras, bens e imóveis/dádiva ou ação		3.776,00	3.113,00	605,49	0,00	605,49	57,51
					4.475,98,00		20.490,00	26.174,52	0,00	26.174,52	187,14,8	0,00
					Total do Subagrupamento 01.02:		2.891,00	1.742,00	1.142,32	0,00	1.142,32	0,16
					Caixa Grande Apontações		522.727,00	374.452,50	374.452,75	0,00	374.452,75	49,25
					Segurança Social		476.072,00	314.092,52	334.092,52	0,00	334.092,52	0,48
					Acidentes de Trabalho e doenças profissionais		4.092,00	4.002,00	833,31	0,00	833,31	65,17
					Obras Despesas		12.560,00	0,00	12.559,07	12.559,07	0,00	0,00
					Total do Subagrupamento 01.03:		13.393,00	0,00	13.382,40	13.382,40	0,00	0,00
					Total do Agrupamento 01:		5.556.039,00	286.003,00	736.445,39	0,00	736.445,39	67,76
							5.556.039,00	1622.29,00	3.931.608,24	0,00	3.931.608,24	1944,31
											2.212,76	268,45

ANEXO
A
S

Gerência de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2017

7.1 - Controlo orçamental

Despesa

C. Origem	Prog. M&I.	Fonte Fin.	Classificação Funcional	Classificação Económica	A.c.i.	Inversões conjugadas	Créditos ou consignações	Comprimentos assumidos	Despesas Paga		Diferença	Saldo	Grau de execução organizacional da despesa
									Despesa an.	Despesa an.			
02.0.02.02.00.00	02.0.02.00.00.00	Condução e lubrificantes	13.986,00	2.927,00	8.915,66	8.915,66	7.971,59	7.971,59	0,00	2.137,44	8.915,66	80,69%	
02.0.02.00.00.00	02.0.02.00.00.00	Limpesa e higiene	12.955,00	3.285,00	0,00	0,00	0,00	0,00	45,00	45,00	0,00	62,44%	
02.0.02.00.00.00	02.0.02.00.00.00	Vestuário e artigos pessoais	370,00	325,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.510,16	3.510,16	0,00	0,00%	
02.0.02.00.00.00	02.0.02.00.00.00	Papel	9.985,00	1.726,00	4.758,84	4.758,33	0,00	0,00	3.758,67	3.758,67	0,00	57,54%	
02.0.02.00.00.00	02.0.02.00.00.00	Consumíveis de impressão	5.566,00	3.085,40	3.088,39	0,00	0,00	0,00	3.088,39	1.687,50	1.687,50	64,94%	
02.0.02.00.00.00	02.0.02.00.00.00	Consumíveis de impressão	890,00	666,76	374,94	0,00	0,00	0,00	374,94	907,84	0,00	24,13%	
02.0.02.00.00.00	02.0.02.00.00.00	Quicos	2.673,00	1.19,00	0,00	0,00	0,00	0,00	45,00	45,00	0,00	0,00%	
02.0.02.00.00.00	02.0.02.00.00.00	Produtos químicos e farmacêuticos	370,00	325,00	0,00	0,00	0,00	0,00	450,87	450,87	0,00	27,49%	
02.0.02.00.00.00	02.0.02.00.00.00	Outro material Peças	1.826,00	594,87	0,00	0,00	0,00	0,00	1.06,13	1.06,13	1.190,13	144,00	
02.0.02.00.00.00	02.0.02.00.00.00	Ferramentas e utensílios	325,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	
02.0.02.00.00.00	02.0.02.00.00.00	Livros e documentação técnica	7.977,00	3.152,00	3.662,95	0,00	0,00	0,00	682,05	3.662,05	3.000,00	3,26%	
02.0.02.00.00.00	02.0.02.00.00.00	Quicos bens	415,90,00	7.479,00	33.33,06	28.619,81	0,00	0,00	697,92	697,92	5.111,19	47,71,27	
Total do Suargupamento 02.01:						98.894,00	23.189,00	63.197,45	55.056,40	0,00	55.056,40	2.677,55	20.746,00
02.0.02.01.00.00	02.0.02.01.00.00	Agência para a Modernização Administrativa, I.P.	45.951,00	45.651,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
02.0.02.01.00.00	02.0.02.01.00.00	Encargos das instalações - Outros	18.918,00	18.918,00	18.917,99	18.916,62	0,00	0,00	17.906,82	0,00	0,01	10.111,17	94,65%
02.0.02.01.00.00	02.0.02.01.00.00	Limpesa e higiene	161.972,00	35.12,00	131.851,00	123.518,08	0,00	0,00	123.518,08	0,00	10.332,32	10.332,32	92,28%
02.0.02.01.00.00	02.0.02.01.00.00	Conservação de bens	383.19,00	9.430,00	28.398,91	25.210,81	0,00	0,00	25.210,81	0,00	500,09	2.568,10	89,38%
02.0.02.01.00.00	02.0.02.01.00.00	Princípio da Oimoridade	388.597,00	388.597,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
02.0.02.01.00.00	02.0.02.01.00.00	Locação de edifícios - Outros	1.101.079,00	0,00	1.101.233,61	1.101.233,61	0,00	0,00	1.101.233,61	0,00	18.453,39	18.453,39	98,83%
02.0.02.01.00.00	02.0.02.01.00.00	Locação de outros bens	99.591,00	32.844,00	66.746,32	65.799,22	0,00	0,00	65.799,22	0,00	94,77,72	94,77,72	98,59%
02.0.02.01.00.00	02.0.02.01.00.00	Acesso à Internet	25.683,00	5.853,00	18.787,55	17.735,79	0,00	0,00	17.735,79	0,00	10.242,55	10.242,55	105,96%
02.0.02.01.00.00	02.0.02.01.00.00	Comunicações Ráis da voz	18.107,00	5.124,42	5.072,92	0,00	0,00	0,00	5.072,92	0,00	5.072,92	5.120,70	72,47%
02.0.02.01.00.00	02.0.02.01.00.00	Comunicações Móveis	13.506,00	7.805,00	5.40,23	4.916,13	0,00	0,00	4.916,13	0,00	300,77	784,37	86,21%
02.0.02.01.00.00	02.0.02.01.00.00	Outros serviços de comunicações	18.160,00	33.820,00	12.774,71	12.635,71	0,00	0,00	12.635,71	0,00	28.535,71	252,29	121,00
02.0.02.01.00.00	02.0.02.01.00.00	Transportes	38.638,00	38.731,57	26.215,57	25.938,42	0,00	0,00	25.938,42	0,00	65,43	3.708,38	3,112,75
02.0.02.01.00.00	02.0.02.01.00.00	Representação dos serviços	4.461,00	976,00	3.452,45	3.452,45	0,00	0,00	3.452,45	0,00	32,55	0,00	98,07%
02.0.02.01.00.00	02.0.02.01.00.00	Outras - Sistemas não relacionados com estas situações	325,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
02.0.02.01.00.00	02.0.02.01.00.00	Desejos e estídas	81.159,20	23.671,00	57.657,31	54.985,66	0,00	0,00	54.985,66	0,00	283,69	2.955,34	94,90%
02.0.02.01.00.00	02.0.02.01.00.00	Serviços de natureza Informática	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
02.0.02.01.00.00	02.0.02.01.00.00	Serviços de natureza Jurídica	94.377,00	77.12,00	67.650,00	67.650,00	0,00	0,00	67.650,00	0,00	9.47,00	9.47,00	67,72%
02.0.02.01.00.00	02.0.02.01.00.00	Serviços de natureza económica e financeira	431,00	431,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
02.0.02.01.00.00	02.0.02.01.00.00	Outros	93.598,00	86.46,00	7.134,00	7.134,00	0,00	0,00	7.134,00	0,00	0,00	0,00	100,00%
02.0.02.01.00.00	02.0.02.01.00.00	Tecnologias da Informação e Comunicação-TIC	18.290,00	6.500,00	11.47,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	1.788,00	1.788,00	1.470,00
02.0.02.01.00.00	02.0.02.01.00.00	Curtas e longas distâncias e similares	26.218,00	11.70,00	14.126,40	10.009,10	0,00	0,00	10.009,10	0,00	384,80	4.171,30	68,88%
02.0.02.01.00.00	02.0.02.01.00.00	Publicidade	18.394,00	195,00	57,74,20	52,18,58	0,00	0,00	52,18,58	0,00	15.218,58	700,10	122,42
02.0.02.01.00.00	02.0.02.01.00.00	Outros	50.098,00	16.565,00	33.52,45	31.125,07	0,00	0,00	31.125,07	0,00	0,55	2.387,93	92,87%
02.0.02.01.00.00	02.0.02.01.00.00	Vigilância e segurança	18.918,00	42.271,00	16.74,44	16.74,44	0,00	0,00	16.74,44	0,00	0,06	0,00	100,00%
02.0.02.01.00.00	02.0.02.01.00.00	Impressoras / Fotocopiadoras / Scanner	33.163,00	600,00	32.04,46	31.148,80	0,00	0,00	31.148,80	0,00	1.614,40	898,88	95,07%
02.0.02.01.00.00	02.0.02.01.00.00	Outros	2.932,00	1.94,67	1.893,27	0,00	0,00	0,00	1.893,27	0,53	47,73	47,73	97,55%
02.0.02.01.00.00	02.0.02.01.00.00	Software informático	230.635,00	24.389,00	180.068,12	172.216,62	0,00	0,00	172.216,62	0,00	34.229,38	7.451,60	63,42%



7.1 - Controlo orçamental

Despesa

Gerência de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2017

C. Organização	Prog. Méd.	Fonte Fin.	Classificação Funcional	Descrição Gádigo Alc. Sub. Designação	Classificações Económicas			Despesas Pagas			Despesas			Saldo Compromisso por pagar	Saldo Compromisso por pagar	unidade de controlo (Grau de execução organizacional)	da despesa					
					Act.	Despesas corrigidas	Créditos ou consignações	Despesas assumidas	Despesas ant.	Total	Despesa ant.	Despesa ant.	Despesa ant.									
Mkt. Sist. Cpt. Inv. Subsid.				02.02.20 A0 A0 Desenvolvimento de Software	46.151,00	16.825,00	3.450,00	283,00	3.166,84	29.305,37	2.041,21	0,00	0,36	1.125,79	1.125,43	64,45%						
	02.02.20 A0 B0 Centrais de impressão			01.01.20 A0 C0 Outros	27.606,00	16.887,00	67.640	0,00	676,50	0,00	10.042,50	0,00	0,00	1.203,00	0,00	0,00	6,31%					
	02.02.20 B0 00 Outros			02.02.22 00.00 Serviços de saúde	9.488,00	8.285,00	4.603,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%				
	02.02.24 00.00 Serviços de cobrança de receitas			02.02.25 00.00 Outras serviços	487.56,00	97.56,00	59.616,99	59.616,99	5.178,54	0,00	51.726,54	32.384,11	27.347,46	7.985,35	65,23%							
				3.271.690,00	964.312,00	2240.643,84	2.171.719,69	0,00	2.071.719,69	68.934,16	159.658,31	68.934,16	0,00	0,00	68.934,16	0,00	94,11%					
				Total do Subapagamento 02.02:	3.370.884,00	987.501,00	2.309.631,29	2.223.778,09	0,00	2.223.778,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	93,43%				
				Total de Agrupamento 02:	01.06.01 00 Outras encargos financeiros	141,00	0,00	14,54	140,54	0,00	140,54	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	99,67%			
				Total do Subapagamento 03.06:	141,00	0,00	14,54	140,54	0,00	140,54	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	99,67%				
				Total de Agrupamento 03:	04.03.05 00.00 Transferências Correntes - SFA	2.048.157,00	0,00	2.048.157,00	2.048.157,00	0,00	2.048.157,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00%		
				Total do Subapagamento 04.03:	04.07.01 00.00 Instituições e fundos benfazejantes	4.573,00	493,00	4.000,00	4.000,00	0,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%		
				Total do Subapagamento 04.07:	05.02.03 R0 00 Reserva	2.092.230,00	493,00	2.092.157,00	2.092.157,00	0,00	2.092.157,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00%		
				Total do Subapagamento 06.02:	957	256.700,00	256.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%				
				Total do Subapagamento 06:	Total Corrente :	16.216.494,00	2.866.12,00	8.328.000,52	8.286.83,87	0,00	8.250.883,87	8.157,48	158.989,13	77.324,65	100,00%							
					01.01.07 80 A0 Equip. de inform. A.C.- SFA- Hardware de comunicações	46.500,00	0,00	40.002,33	27.535,76	0,00	27.535,76	6.497,67	20.964,22	12.165,55	56,77%							
					01.01.07 80 B0 Scanner	11.170,00	9.453,00	1.716,76	1.716,76	0,00	1.716,76	0,22	0,22	0,00	0,00	0,00	0,00	99,99%				
					01.01.07 B0 CO Equip. de inform.A.C.- SFA- Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%				
					01.01.08 B0 A0 Software Informático - A.C.- SFA- Software de comunicações	564.433,00	0,00	406.37,30	246.303,94	0,00	246.303,94	17.726,70	365.933,06	168.073,35	37,37%							
					01.01.08 B0 B0 Equipamento Administrativo - A.C.- SFA- Hardwares de comunicações	148,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%				
					01.01.09 B0 B0 Equipamento Administrativo - A.C.- SFA- Outros	6.276,00	0,00	6.275,46	6.275,46	0,00	6.275,46	0,54	0,54	0,00	0,00	0,00	0,00	99,99%				
					01.01.10 B0 A0 Equipamento Básico - A.C.- SFA- Hardwares de comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%					
					01.01.10 B0 B0 Equipamento Básico - A.C.- SFA- Outros	1.261,00	0,00	1.200,11	1.172,66	0,00	1.172,66	0,89	88,34	87,45	92,99%							
					01.01.13 B0 00 Invst. incorpóreos - A.C.- SFA	65.1498,00	9.453,00	455.631,98	255.004,62	0,00	255.004,62	88,413,02	387.040,38	200.827,36	39,72%							
					Total do Subapagamento 07.01:	65.1498,00	9.453,00	455.631,98	255.004,62	0,00	255.004,62	88,413,02	387.040,38	200.827,36	39,72%							
					Total Capital:	651.498,00	\$ 453,00	465.631,98	266.004,62	0,00	266.004,62	18.413,02	387.040,38	200.827,36	39,72%							
					12.01.00 00 00 Outras Operações da Tesouraria	90.000,00	0,00	26.725,61	21.725,61	0,00	22.725,61	-36.725,61	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%					
					Total do Subapagamento 02.01:	90.000,00	0,00	26.725,61	21.725,61	0,00	22.725,61	-36.725,61	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%					
					Total do Apagamento 02:	90.000,00	0,00	26.725,61	21.725,61	0,00	22.725,61	-36.725,61	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%					



8.4. Controlo Orçamental - Receita





Classificação Orgânica	Fonte Financiamento	Classificação Económica	Descrição	Previsões corrigidas	Receitas cobrar no inicio do ano	Liquidações anuladas	Receita Cobrada Bruta			Reembolsos e restituições		Receita cobrada liquida (14)=(11)-(13)	Receita por cobrar no final do mês (15)=(6)+(7)-(8)-(11)	Grau de execução orçamental da receita (16)=(14)/(5)*100		
							(5)	(6)	(7)	Total (11)=(9)+(10)	Emittidos (12)	Pagos (13)				
01.04.02.00	3.6.1	04.01.17	Taxas s/ licenciamentos d.v. concedidos a empresas	730.128,00	0,00	267.597,00	0,00	267.597,00	0,00	0,00	267.597,00	0,00	0,00	0,00	100%	
	3.6.8	16.01.03	Saldo na posse do serviço consignado	267.597,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0%
4.1.1	10.09.01	União Europeia - Instituições.		1.396.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0%
4.4.3	08.02.09	Subsídios - Segurança Social		559.531,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0%
4.6.2	06.09.01	União Europeia - Instituições		7.000,00	0,00	4.540,39	0,00	4.540,39	0,00	4.540,39	0,00	0,00	4.540,39	0,00	0,00	65%
4.6.6	16.01.03	Saldo na posse do serviço consignado		166.880,32	0,00	166.880,32	0,00	166.880,32	0,00	166.880,32	0,00	0,00	166.880,32	0,00	0,00	100%
5.1.0	04.00.00	Taxas Multas e outras Penalidades														
04.01.00	Taxas			12.087.413,00	672.311,52	23.788.767,00	10.616.611,00	12.898.910,68	71.801,00	12.870.711,88	936,00	936,00	12.869.775,88	936,00	1.073.755,64	107%
04.01.17	Taxas s/ licenciamentos diversos concedidos emp.															
04.02.00	Multas e Obras Penalidades			500,00	110,08	44,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	154,80	0%
04.02.01	Juros de Mora			60.000,00	2.163.236,14	326.261,60	113.966,80	45.891,20	34.366,11	80.155,31	0,00	0,00	80.155,31	2.315.375,63	2.315.375,63	134%
04.02.04	Comissões e penalidades por contra-vigências															
07.00.00	Venda de Bens e Serviços Correntes															
07.02.00	Serviços			4.200,00	24.390,00	17.641,20	4.797,84	7.842,17	1.404,90	9.247,07	0,00	0,00	9.247,07	27.986,29	220%	
07.02.99	Outros			3.579,00	0,00	4.904,70	1.326,00	3.578,70	0,00	3.578,70	0,00	0,00	3.578,70	0,00	0,00	100%
15.01.01	Ressoluções não abatidas nos pagamentos			19.587.309,15	0,00	19.587.309,15	0,00	19.587.309,15	0,00	19.587.309,15	0,00	0,00	19.587.309,15	0,00	0,00	100%
5.2.0	16.01.03	Saldo na posse do serviço consignado														
	Sub-TOTAL			34.870.137,47	3.080.047,74	44.153.946,98	10.736.701,64	32.962.477,81	107.577,01	33.050.019,32	936,00	936,00	33.050.019,32	3.417.272,36	3.417.272,36	94,89%
	17.01.00	Operações Extra Orçamentais		90.000,00	3.274.884,21	506.297,72	17.050,20	86.631,66	138.963,84	0,00	0,00	0,00	138.963,84	3.471.237,89	3.471.237,89	154,40%
	TOTAL			34.960.137,47	6.354.901,95	44.670.243,80	10.967.651,84	33.050.019,79	159.903,87	33.228.983,66	936,00	936,00	33.228.983,66	6.868.510,25	6.868.510,25	95,05%

O CONSELHO DIRETIVO

O VOGAL

João Santiago Leão Ponce Dentinho

A DIRETORA DA DIREÇÃO FINANCEIRA, DE ESTUDOS E DE ESTRATÉGIA


Carla Abreu

O VOGAL

António Alívio Pires de Andrade

8.5. Fluxos de Caixa

Mapa 7.3. - Fluxos de Caixa

Unidade Monetária: Euro
Ano: 2017

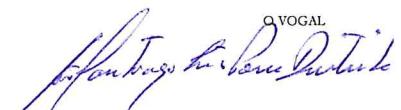
Código Cap ^a Grupo Art ^a	RECEBIMENTOS			
	SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR			
	Execução Orçamental			
	Class. Orgânica: 131040200			
	Prog.: 014 Planeamento e Infraestruturas			
	FF: 368 Saldos de RP afetas a projetos cofinanciado	267.597,00		
	FF: 480 Financiamento da UE	166.880,32		
	FF: 520 Saldos de RP Transitados	19.587.309,15		
			20.021.786,47	
	Na posse do estado	0		20.021.786,47
	De receita do Estado - Fundos Alheios			16.905,32
	De operações de tesouraria - Fundos Alheios			0,00
	Descontos venc. salários - Retenção no Tesouro:			0,00
	Receita do Estado			0,00
	I - Total do Saldo Ger^a na posse do Serviço			20.038.691,79
	Receitas de fundos próprios			
	Dotações orçamentais			
	Class. Orgânica: 131040200			
	Prog.: 014 Planeamento e Infraestruturas			
	FF: 361 RP afetas a projetos cofinanciados-Feder			
	Correntes			
0401170000	Taxas s/ licenciamentos div. concedidos a empresas.	0,00		
	Capital			
			0,00	
	FF: 411 Feder - Competitividade e internacionalização			
	Correntes			
1009010000	Capital			
	União Europeia - Instituições.	0,00		0,00
			0,00	
	FF: 482 Outros e Saldos de FE - Outros			
	Correntes			
0609010000	Capital			
	União Europeia - Instituições.	4.540,39		
			4.540,39	
	Outros.			
1601030000	Na posse do serviço - Consignado	0,00		
			4.540,39	
	FF: 510 Auto Financiamento			
	Correntes			
0401170000	Taxas s/ licenciamentos div. concedidos a empresas.	12.969.775,88		
0402010000	Juros de mora.	0,00		
0402040000	Colmas e penalidades por contra-ordenações.	80.155,31		
0702990000	Outros.	9.247,07		
	Capital			
1501019913	Rec. gerais - RNAP / Org. do Min. do Plan. e Infraestruturas	3.578,70		
			13.062.756,96	
	FF: 520 Saldos de RP Transitados			
	Correntes			
1601030000	Capital			
	Na posse do serviço - Consignado	0,00		0,00
			0,00	
	II - Total das Receitas de Fundos Próprios			
	Total das Receitas do Exercício (I + II)			13.067.297,35
	III - Total Recebido do Tesouro em c/ Receitas Próprias			13.067.297,35
	IV - Total Recebimentos do Exercício (I + II + III)			33.105.989,14
	Importâncias retidas para entrega ao Estado ou outras entidades - Fundos Alheios			0,00
	Receitas do Estado	920.718,98		
	Operações de tesouraria	994.192,80	1.914.911,78	1.914.911,78
	V - Total das Retenções de Fundos Alheios			1.914.911,78
	Descontos em vencimentos e salários:			
	Receitas do Estado	798.660,46		
	Operações de tesouraria	994.192,80		
	Total Geral do Mapa de Fluxos de Caixa (IV + V)			35.020.900,92

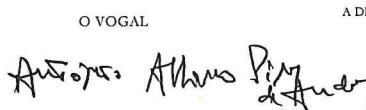


Código Capº Grupo Artº	PAGAMENTOS		
	Despesas de fundos próprios		
	Despesas Orgânicas		
	Class. Orgânica: 131040200		
	Prog.: 014 Planeamento e Infraestruturas		
	FF: 361 RP afetas a projetos cofinanciados-Feder		
	Correntes		
020214A000	Serviços de natureza informática	0,00	
020214D000	Outros	0,00	
020220A0AO	Desenvolvimento de Software	0,00	
020220A0BO	Contratos de impressão	0,00	
020220A0CO	Outros	0,00	
020220E000	Outros	0,00	
060203R000	Reserva	0,00	
	Capital		
07010880B0	Software Informático - A.C. - SFA - Outros	0,00	
070113B000	Investimentos incorpóreos	0,00	
		0,00	
	FF: 411 Feder - Competitividade e Internacionalização		
	Correntes		
020214A000	Serviços de natureza informática	0,00	
020214D000	Outros	0,00	
020220A0AO	Desenvolvimento de Software	0,00	
020220A0BO	Contratos de impressão	0,00	
020220A0CO	Outros	0,00	
020220E000	Outros	0,00	
	Capital		
07010880B0	Software Informático - A.C. - SFA - Outros	0,00	
070113B000	Invest. incorpóreos - A.C. - SFA	0,00	
		0,00	
	FF: 443 Fundo Social Europeu - PO Capital Humano		
	Correntes		
020215B000	Outras	0,00	
	Capital		
		0,00	
	FF: 482 Outros e Saldos de FE - Outros		
	Correntes		
0202190000	Deslocações e estadas	4.540,39	
	Capital		
		4.540,39	
	FF: 510 Auto Financiamento		
	Correntes		
0101010000	Titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos	0,00	
0101020000	Órgãos sociais	137.836,44	
0101030000	Pessoal dos quadros-Regime de função pública	1.217.665,14	
0101040000	Pessoal dos quadros-Reg de contrato individual trabalho	1.090.564,11	
0101110000	Representação	46.890,15	
0101120000	Suplementos e prémios	102.267,99	
0101130000	Subsídio de refeição	166.741,63	
010114SF00	Subsídio de ferias	198.930,77	
010114SN00	Subsídio de natal	208.092,10	
0102020000	Horas extraordinárias	8.903,72	
0102040000	Ajudas de custo	14.766,93	
0102050000	Abono p³ falhas	1.898,38	
010213PD00	Prémios de desempenho	0,00	
0102140000	Outros abonos em numerário ou espécie	605,49	
0103030000	Subsídio familiar a crianças e jovens	1.142,82	
010305AOAO	Caixa Geral de Aposentações	374.404,75	
010305AOBO	Segurança Social	334.092,52	
010310AC00	Acidentes de Trabalho e doenças profissionais	863,83	
010310O000	Outras Despesas	0,00	
010310P000	Parentalidade	12.559,07	
010310SS00	Serviços Sociais da Administração Pública	13.382,40	
0201020000	Combustíveis e lubrificantes	8.931,56	
0201040000	Limpeza e higiene	7.971,55	
0201070000	Vestuário e artigos pessoais	0,00	
020108A000	Papel	4.758,33	
020108B000	Consumíveis de impressão	3.088,39	
020108C000	Outros	374,94	
0201090000	Produtos químicos e farmacêuticos	0,00	
0201140000	Outro material-peças	450,87	
0201170000	Ferramentas e utensílios	0,00	
0201180000	Livros e documentação técnica	862,95	
0201210000	Outros bens	28.619,81	
020201A000	Agência para a Modernização Administrativa, I.P.	0,00	
020201C000	Encargos das instalações - Outros	17.906,82	
0202020000	Limpeza e higiene	123.518,08	
0202030000	Conservação de bens	25.820,81	
020204A000	Princípio da Onerosidade	0,00	
020204C000	Locação de edifícios - Outros	1.101.233,61	
0202080000	Locação de outros bens	65.799,22	
020209A000	Acesso à internet	17.735,79	
020209C000	Comunicações fixas de voz	5.072,92	
020209D000	Comunicações Móveis	4.916,13	
020209F000	Outros serviços de comunicações	126.535,71	



0202100000	Transportes	25.108,82		
0202110000	Representação dos serviços	3.452,45		
0202120000	Outras -Seguros não relacionados com estas situações	0,00		
0202130000	Deslocações e estadas	54.965,66		
020214A000	Serviços de natureza informática	0,00		
020214B000	Serviços de natureza Jurídica	67.650,00		
020214C000	Serviços de natureza económica e financeira	0,00		
020214D000	Outros	7.134,00		
020215A000	Tecnologias da informação e Comunicação-TIC	10.000,00		
020215B000	Outras	10.009,10		
0202160000	Seminários, exposições e similares	15.218,58		
0202170000	Publicidade	31.125,07		
0202180000	Vigilância e segurança	116.744,94		
020219A000	Impressoras / Fotocopiadoras / Scanner	31.148,60		
020219A080	Outras	1.899,27		
020219B000	Software informático	172.216,62		
020219C000	Outros	19.889,64		
020220A000	Desenvolvimento de Software	23.322,65		
020220A080	Contratos de impressão	2.041,21		
020220A0C0	Outros	676,50		
020220E000	Outros	0,00		
0202200000	Serviços de saúde	3.741,72		
0202240000	Encargos de cobrança de receitas	35.107,23		
0202250000	Outros serviços	51.728,54		
0306010000	Outros encargos financeiros	140,54		
0403050000	Transferências Correntes - SFA	2.088.157,00		
0407010000	Instituições s/ fins lucrativos	4.000,00		
060203R000	Reserva	0,00		
	Capital			
070107B0A0	Equip. de Inform-A.C.-SFA- Hardware de comunicações	27.535,78		
070107B0B0	Equip. de Inform-A.C.-SFA- Impressoras / Fotocopiadoras /	1.716,78		
070107B0C0	Equip. de Inform-A.C.-SFA- Outros	0,00		
070108B0A0	Software Informático - A.C. - SFA - Software de comunicações	0,00		
070108B0B0	Software Informático - A.C. - SFA - Outros	218.303,94		
070109B0A0	Equipamento Administrativo - A.C. - SFA - Hardware de	0,00		
070109B0B0	Equipamento Administrativo - A.C. - SFA - Outros	6.275,46		
070110B0A0	Equipamento Básico - A.C. - SFA - Hardware de Comunicações	0,00		
070110B0B0	Equipamento Básico - A.C. - SFA - Outros	0,00		
070113B000	Invest. incorpóreos - A.C. - SFA	1.172,66		
	FF: 520 Saldos de RP Transitados	8.505.688,49		
	Correntes			
	Capital			
			0,00	
			8.510.228,88	
			8.510.228,88	
			8.510.228,88	
	I - Total da Despesa do Exercício			
	II - Total entrega ao Tesouro em c/Receita Própria		0,00	
	III - Total de Pagamentos do Exercício (I + II)		8.510.228,88	
	Importâncias entregues ao Estado e outras entidades - Fundos alheios			
	Receitas do Estado	925.386,07		
	Operações de tesouraria	994.192,80	1.919.578,87	1.919.578,87
	IV - Total de Despesa de Fundos Alheios			0,00
	Saldo para a gerência seguinte			
	Execução orçamental - Fundos próprios			
	Class. Orgânica: 131040200			
	Prog.: 014 Planeamento e Infraestruturas			
	FF: 361 RP afetas a projetos cofinanciados-Feder	0,00		
	FF: 368 Saldos de RP afetas a projetos cofinanciados	267.597,00		
	FF: 411 Feder - Competitividade e Internacionalização	0,00		
	FF: 443 Fundo Social Europeu - PO Capital Humano	0,00		
	FF: 482 Outros e Saldos de FE - Outros	0,00		
	FF: 488 Saldos de Fundos Europeus	166.880,32		
	FF: 510 Receita Própria do Ano	4.557.068,47		
	FF: 520 Saldos de RP Transitados	19.587.309,15		
			24.578.854,94	
			24.578.854,94	
			0,00	
			12.238,23	
			0,00	
	Na posse do Tesouro			
	De receita do Estado - Fundos Alheios			
	De operações de tesouraria - Fundos Alheios			
	Descertos Venc. Salários - Retenção no Tesouro:			
	Receita do Estado	0		
	V - Total do Saldo Ger ³ na posse do Serviço			
	Descontos em vencimentos e salários:			
	Retidos na fonte e considerados pagos:			
	Receitas do Estado	798.660,46		
	Operações de tesouraria	994.192,80		
	Total Geral do Mapa de Fluxos de Caixa (III+ IV + V)			35.020.900,92
	O CONSELHO DIRETIVO			


 João Santiago Leão Ponce Dentinho


 António Albino Pires de Andrade

A DIRETORA DA DIREÇÃO FINANCEIRA, DE ESTUDOS
E DE ESTRATÉGIA


 Carla Abreu

8.6. Anexos às Demonstrações Financeiras



ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIO DE 1 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em euros)

Anexo 8.1 – Caracterização da Entidade

8.1.1 - IDENTIFICAÇÃO

O Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I.P., abreviadamente designado por IMPIC, I.P., é um instituto público integrado na administração indireta do Estado, dotado de autonomia administrativa, financeira e património próprio, com o número de identificação de pessoa colectiva 504 739 506.

8.1.2 - LEGISLAÇÃO

O IMPIC, I.P. é um organismo central com sede em Lisboa, Avenida Júlio Dinis, n.º 11 e com jurisdição sobre todo o território nacional.

Com o Decreto-Lei n.º 251-A/2015, de 12 de dezembro, que estabeleceu a composição do XXI Governo Institucional, o IMPIC, I.P. transitou para a tutela do Ministério do Planeamento e Infraestruturas, estando sujeito à tutela e superintendência do respetivo Ministro, a qual foi delegada no Secretário de Estado das Infraestruturas, através do despacho n.º 2311/2016, de 16 de fevereiro.

A missão e atribuições do IMPIC, I.P. são as definidas no Decreto-lei n.º 232/2015, de 13 de outubro que renovou as atribuições e competências que o instituto já detinha na área da construção e do imobiliário, e veio consolidar atribuições e competências na esfera da contratação pública.

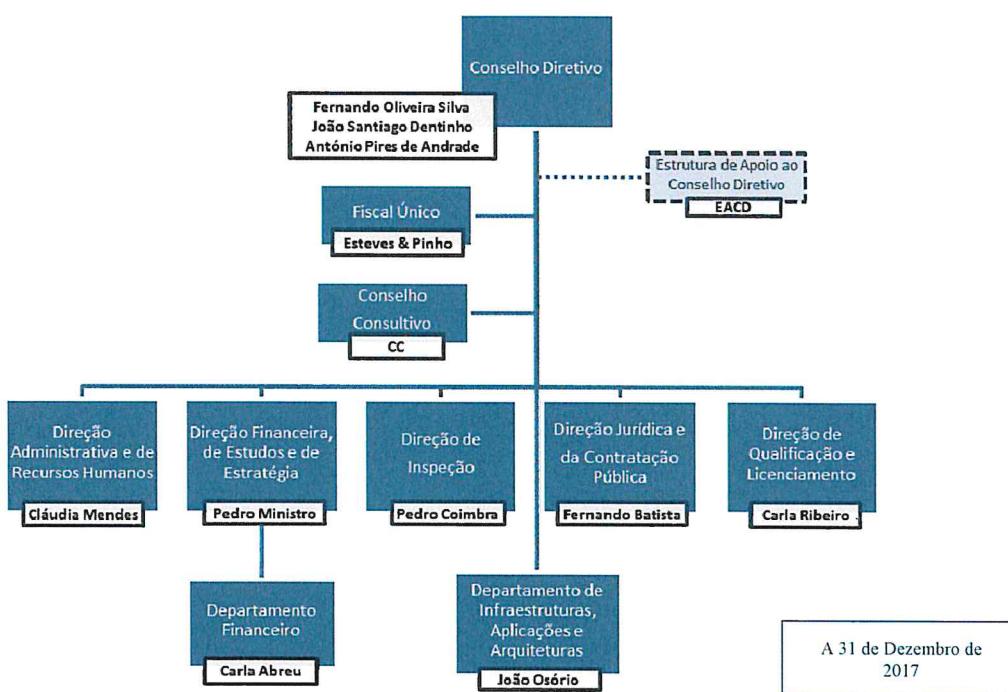


8.1.3 – ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A estrutura orgânica do IMPIC, I.P., foi estabelecida pela Portaria n.º 378/2012, de 20 de novembro¹¹, prevendo uma composição de 5 unidades orgânicas de nível I (direções), podendo ainda, por deliberação do Conselho Diretivo, ser criadas 2 unidades orgânicas de nível II (departamentos).

No final do ano de 2017, o Portal dos Contratos Públicos – Portal BASE – deixou de estar na dependência da Direção Financeira, de Estudos e Estratégia. No organograma funcional do instituto, a estrutura prevista na referida legislação está representada a linha contínua, estando apresentadas a linha tracejada, as estruturas funcionais criadas pelo Conselho Diretivo.

Organograma Funcional do IMPIC, I.P.

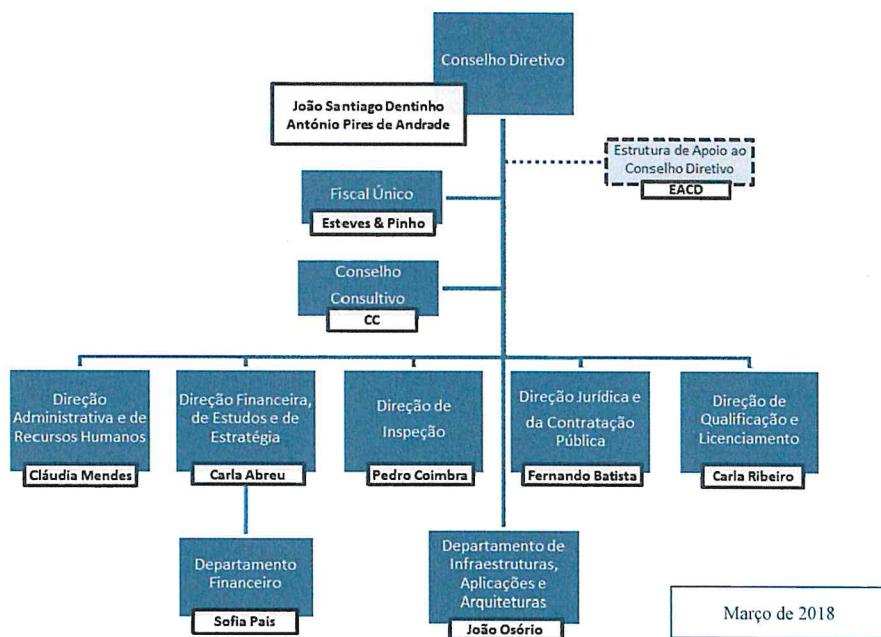


¹¹ Portaria que revogou os anteriores estatutos, regulamentados pela Portaria n.º542/2007, de 30 de abril. Ainda não foram aprovados os novos estatutos desde a publicação da nova lei orgânica (Decreto-Lei n.º232/2015, de 13 de outubro).



A ilustração seguinte refere-se ao novo organograma em vigor à data da elaboração do presente relatório em que o Diretor da Direção Financeira, de Estudos e de Estratégia, Dr. Pedro Ministro, deixou de exercer funções neste instituto e como já referido anteriormente, o Presidente, Dr. Fernando Silva, assumiu novas funções, como Juiz Conselheiro no Tribunal de Contas, no dia 2 de janeiro de 2018.

ORGANOGRAAMA FUNCIONAL DO IMPIC, I.P



8.1.4 – DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES

De acordo com o Decreto-lei n.º 232/2015, de 13 de outubro, o IMPIC, I.P. tem por missão regular e fiscalizar o setor da construção e do imobiliário, dinamizar, supervisionar e regulamentar as atividades desenvolvidas neste setor, produzir informação estatística e análises setoriais e assegurar a atuação coordenada dos organismos estatais no setor, bem como a regulação dos contratos públicos. Neste sentido, incumbe ao IMPIC, I.P.:

- Contribuir para a definição das políticas públicas no setor da construção e do imobiliário;
- Qualificar as empresas do setor da construção e do imobiliário para as quais o acesso e exercício da sua atividade sejam regulados;



- c. Reconhecer as habilitações das empresas legalmente estabelecidas noutras Estados membros do espaço económico europeu, para o exercício da atividade em território português;
- d. Promover e fiscalizar o cumprimento da legislação aplicável ao setor da construção e do imobiliário, realizando as necessárias ações de inspeção, fiscalização e auditoria às empresas e empresários que exercem atividade no âmbito do setor e instaurando processos sancionatórios quando tal se justifique;
- e. Dinamizar iniciativas estratégicas para melhoria da competitividade e sustentabilidade das empresas do setor, tendo em vista a defesa do consumidor;
- f. Produzir informação estatística, no quadro do sistema estatístico nacional, e análises setoriais da área da construção e do imobiliário;
- g. Assegurar uma atuação coordenada dos organismos estatais que atuem no setor da construção e do imobiliário;
- h. Elaborar e propor ao Governo projetos legislativos, regulamentares e de regulamentação técnica e dar parecer sobre quaisquer outros projetos legislativos;
- i. Dar parecer sobre projetos de transposição de diretivas emanadas da União Europeia, assim como desenvolver ou participar na elaboração de projetos legislativos de adequação da legislação nacional aos princípios europeus;
- j. Coordenar com a entidade competente a aplicação da lei da concorrência no setor da construção e do imobiliário;

São ainda atribuições do IMPIC, I.P., no exercício de funções de regulação:

- a. Atribuir os títulos habilitantes para o exercício das diversas atividades do sector da construção e do imobiliário, cujo licenciamento, habilitação, qualificação, registo ou inscrição legalmente lhe incumba, bem como verificar as respetivas condições de permanência e avaliar o respetivo desempenho;
- b. Assegurar a representação nacional junto das instâncias europeias e internacionais relevantes para o setor, bem como a representação do setor junto de quaisquer entidades e instâncias nacionais;
- c. Assegurar a realização e divulgação de análises e estudos periódicos da evolução do setor e do comportamento dos respetivos agentes, designadamente através da criação ou participação em observatórios dos mercados abrangidos pelo setor;
- d. Desenvolver ações conducentes ao fomento da mediação e da arbitragem voluntárias para a resolução de conflitos emergentes das atividades do setor, através da sua intervenção direta ou mediante a criação ou participação em entidades, de direito público ou privado, criadas para esse fim;
- e. Propor periodicamente os indicadores económicos e as fórmulas de revisão de preços a aplicar em contratos de empreitada;



No domínio da contratação pública compete ao IMPIC, I.P.:

- a. Apresentar ao Governo propostas legislativas e regulamentares relacionados com os contratos públicos e formulação de pareceres sobre quaisquer outros projetos legislativos que, neste âmbito, lhe sejam submetidos;
- b. Assegurar a participação nas equipas de representação técnica nacional em matéria de contratos públicos junto das instâncias europeias e internacionais relevantes;
- c. Assegurar a definição do modelo de contratação pública eletrónica nacional, em articulação com as demais entidades competentes em razão e matéria;
- d. Licenciar, monitorizar e fiscalizar as plataformas eletrónicas de contratação pública, nos termos da lei;
- e. Produzir manuais de boas práticas A produção de manuais de boas práticas sobre contratos públicos de aquisição de obras, de bens e de prestação de serviços;
- f. Produzir relatórios estatísticos sobre contratos públicos no setor da construção e do imobiliário;
- g. Analisar queixas e denúncias de cidadãos e empresas, assim como participações de entidades públicas sobre a aplicação das regras de adjudicação de contratos públicos no sector da construção e do imobiliário;
- h. Gerir o portal dos contratos públicos - Portal BASE (<http://www.base.gov.pt>);
- i. Gerir o Observatório das Obras Públicas (<http://www.base.gov.pt/oop/>), embora a alteração ao CCP com o Decreto-Lei nº111-B/2017, de 31 de agosto, o Observatório deixa de existir a partir de 01 de janeiro de 2018, cf. estabelecido na alínea c) do n.º 1 do art.º 10º do CCP;
- j. Gerir o “call center” do Portal BASE, que dá resposta às questões colocadas por adjudicantes, concorrentes e adjudicatários relacionadas com a aplicação do Código dos Contratos Públicos;
- k. Instaurar processos de contraordenação e aplicar coimas por infração ao Código dos Contratos Públicos;
- l. Elaborar e remeter anualmente à Comissão Europeia o reporte estatístico relativo aos contratos de empreitada de obras públicas celebrados pelas entidades adjudicantes no ano anterior.

8.1.5 RECURSOS HUMANOS

CONSELHO DIRETIVO (REPORTADOS A 31 DE DEZEMBRO DE 2017):

Presidente	Fernando José Oliveira Silva
Vogal	João Santiago Leão Ponce Dentinho
Vogal	António Albino Pires de Andrade

UNIDADES ORGÂNICAS DE NÍVEL I (REPORTADOS A 31 DE DEZEMBRO DE 2017):

- ✓ Direção Administrativa e de Recursos Humanos – Diretora – Cláudia João Aragão Mendes Barata
- ✓ Direção Financeira, de Estudos e de Estratégia – Diretor - Pedro Francisco Rodrigues Ministro
- ✓ Direção de Inspeção – Diretor – Pedro Manuel Ribeiro Coimbra
- ✓ Direção Jurídica e da Contratação Pública – Diretor – Fernando Miguel dos Santos Batista
- ✓ Direção de Qualificação e Licenciamento - Diretora – Carla Ribeiro

UNIDADES ORGÂNICAS DE NÍVEL II (REPORTADOS A 31 DE DEZEMBRO DE 2017):

- ✓ Departamento de Infraestruturas, Aplicações e Arquiteturas – Manuel João Lourenço de Macedo Osório
- ✓ Departamento Financeiro – Carla Alexandra Jorge Abreu

NÚMERO DE EFETIVOS REPORTADOS A 31 DE DEZEMBRO DE 2017

O número de efetivos a 31 de Dezembro de 2017 é o que refere o mapa seguinte, discriminado por pessoal do quadro e fora do quadro, por carreiras e categorias e por departamentos e serviços.



CATEGORIA	N.º	DEPARTAMENTO	Total Unidade Orgânica
Presidente	1	CONSELHO DIRECTIVO	
Vogal	2		3
Técnico Superior	3		
Assistente Técnico	2	ESTRUTURA DE APOIO AO CONSELHO DIRECTIVO (EACD)	5
Diretor	1		
Técnico Superior	10		
Coordenador Técnico	1	DIREÇÃO ADMINISTRATIVA E DE RECURSOS HUMANOS (DA)	
Assistente Técnico	9		22
Assistente Operacional	1		
Diretor	1		
Técnico Superior	5	DIREÇÃO FINANCEIRA, DE ESTUDOS E DE ESTRATÉGIA (DF)	7
Assistente Técnico	1		
Chefe de Divisão	1		
Técnico Superior	1	DEPARTAMENTO FINANCEIRO (DF)	4
Assistente Técnico	2		
Diretor	1		
Técnico Superior	14	DIRECÇÃO DE INSPEÇÃO (DI)	
Inspetor Superior	10		28
Coordenador Técnico	0		
Assistente Técnico	3		
Diretor	1		
Técnico Superior	13	DIREÇÃO JURÍDICA E DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA (DJ)	
Inspetor Superior	0		16
Coordenador Técnico	2		
Assistente Técnico	0		
Diretor	1		
Técnico Superior	14	DIREÇÃO DE QUALIFICAÇÃO E LICENCIAMENTO (DQ)	
Assistente Técnico	5		21
Assistente Operacional	1		
Chefe de Divisão	1	DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURAS, APLICAÇÕES E ARQUITETURAS (DIAA)	
Técnico Superior	3		4
Técnico Superior	5	EQUIPA DE PROJETO DA CONTRATAÇÃO PÚBLICA ELETRÓNICA (EP-CPE)	
Assistente Técnico	1		6
Técnico Superior	1	LOJA DO CIDADÃO DE AVEIRO	
Assistente Técnico	1		2
Técnico Superior	2	LOJA DO CIDADÃO DE BRAGA	
Assistente Técnico	1		3
Técnico Superior	1	LOJA DE COIMBRA	
Assistente Técnico	1		2
Técnico Superior	1	POSTO DE ATENDIMENTO DE ÉVORA	
Assistente Técnico	1		2
Assistente Técnico	1	LOJA DO CIDADÃO DE FARO	
Técnico Superior	1		1
Assistente Técnico	2	LOJA DO CIDADÃO DE LISBOA	
Técnico Superior	1		3
Assistente Técnico	1	LOJA DO CIDADÃO DO PORTO	
Técnico Superior	1		2
Assistente Técnico	1	LOJA DO CIDADÃO DE VISEU	
Técnico Superior	1		2
Assistente Técnico	1		
	133		133

8.1.6 – Organização Contabilística

A contabilidade e o processamento dos vencimentos são executados no Software “e-Publica – Gestão Financeira”, implementado pela empresa AbleSolutions, S.A. (atualmente com manutenção da Uniksystem).

Os registos contabilísticos são revistos e controlados mensalmente através de análises dos balancetes, de extractos de contas correntes e de conciliações das contas bancárias e do tesouro;

A contabilidade elabora regularmente a informação contabilística seguinte:



Informação Mensal:

- » Balancetes do Razão e Analítico;
- » Mapas de execução orçamental;
- » Mapa de indicadores para controlo de gestão;
- » Quadro Modelo Unidade de Tesouraria;
- » Mapa dos compromissos assumidos e não pagos.
- » Mapa de Fundos Disponíveis

Informação Anual:

- » Balancetes do Razão e Analítico;
- » Mapas de execução orçamental;
- » Mapa de Fluxos de Caixa;
- » Balanço e Demonstração de Resultados;
- » Mapa das alterações orçamentais;
- » Mapa da contratação administrativa.

8.1.7 – OUTRA INFORMAÇÃO CONSIDERADA RELEVANTE

- » Existe órgão de fiscalização;
- » Existe manual de procedimentos contabilísticos;
- » Existem fundos fixos de caixa;
- » A receita mensal é arrecadada em diversas contas do instituto no IGCP e, no mês seguinte, transferida para uma outra conta que o instituto possui também no IGCP;
- » Existe separação e segregação das funções de faturação, de registo e de controlo das contas correntes.



Anexo 8.2 - Notas ao Balanço e à Demonstração dos Resultados

8.2.1 - DERROGAÇÕES AO POCP

As demonstrações financeiras do exercício foram preparadas, em todos os aspetos materiais, em conformidade com as disposições do Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP) aprovado pelo Decreto-Lei nº 232/97, de 3 de Setembro.

As notas às contas respeitam a ordem estabelecida pelo POCP, sendo de referir que os números não indicados neste anexo não têm aplicação ou não são relevantes.

8.2.2 - COMPARABILIDADE

As contas do exercício de 2017 são comparáveis com as do exercício anterior.

A necessidade legal de entrega dos saldos de gerência apurados nos exercícios de 2009 e 2010 levou o Instituto a apresentar Fundos Próprios negativos em 31 de Dezembro de 2011, apesar da sua atividade operacional apresentar resultados e fluxos financeiros positivos.

A manutenção dos saldos apurados nas gerências de 2011 a 2016 e o facto da atividade operacional apresentar resultados e fluxos financeiros positivos permite que o Instituto apresente em 31 de Dezembro de 2017 Fundos Próprios positivos no valor de 25.794.065,53€.

8.2.3 - PRINCIPAIS POLÍTICAS E CRITÉRIOS CONTABILÍSTICOS E VALORIMÉTRICOS

As demonstrações financeiras do exercício foram preparadas de acordo com o princípio da entidade contabilística, segundo a convenção dos custos históricos, e na base da continuidade das operações, em conformidade com os princípios contabilísticos fundamentais de prudência, consistência, materialidade e especialização dos exercícios.

a) IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS

As imobilizações corpóreas estão relevadas pelo valor por que se encontravam registadas no organismo que deu origem ao InCI (atualmente IMPIC, I.P.), e os aumentos posteriores, ao custo de aquisição, líquidas das amortizações acumuladas.



As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes de forma a amortizar os immobilizados durante a sua vida útil estimada.

b) IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS

As immobilizações incorpóreas estão relevadas ao custo de aquisição, líquidas das amortizações acumuladas.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes de forma a amortizar os immobilizados durante a sua vida útil estimada.

c) PROVISÕES

São constituídas provisões sempre que haja diminuição de valores registados como ativos, bem como responsabilidades omissas nas Demonstrações Financeiras.

d) IMPOSTOS, TAXAS E OUTROS

O montante registado como Impostos, Taxas e Outros corresponde essencialmente ao proveito gerado pela emissão de títulos habilitantes (Alvarás, Certificados, Títulos de Registo e Licenças de Mediação Imobiliária) em conformidade com a legislação em vigor e Coimas/Contraordenações no âmbito da atividade de fiscalização do Instituto.

No âmbito da atividade da construção, no exercício de 2015, foi publicada a Lei nº 41/2015, de 3 de Junho que estabelece o novo regime jurídico e revoga o DL nº 12/2004, de 9 de Janeiro que estabelecia o anterior regime jurídico.

No entanto, atendendo ao princípio da especialização do exercício são registados na rubrica de Impostos, Taxas e Outros, proveitos no exercício, ainda no âmbito do DL nº 12/2004, de 9 de Janeiro relativos a Títulos de Registo.

No âmbito da atividade de mediação, no exercício de 2013, foi publicada a Lei nº 15/2013, de 8 de Fevereiro que estabeleceu o novo regime jurídico e revogou o DL nº 211/2004, de 20 de Agosto alterado pelo DL nº 69/2011 de 15 de Junho que estabelecia o anterior regime jurídico.



e) ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

Os custos e os proveitos são reconhecidos contabilisticamente à medida que são gerados, independentemente do momento em que são pagos ou recebidos, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

272 - Custos diferidos

Compreende os custos que devem ser reconhecidos nos exercícios seguintes. A quota-parte dos diferimentos incluídos nesta conta que for atribuída a cada exercício irá afetar diretamente a respetiva conta de custos.

273 - Acréscimos de custos

Esta conta serve de contrapartida aos custos a reconhecer no próprio exercício, ainda que não tenham documentação vinculativa e mesmo que a despesa só venha a ser incorrida em exercício(s) posterior(es).

274 - Proveitos diferidos

Compreende os proveitos que devem ser reconhecidos nos exercícios seguintes.

f) FISCALIDADE

Conforme estabelecido na legislação apropriada em conjunto com o disposto no Código de IRC, o Instituto está isento de IRC e IVA.

g) PESSOAL AO SERVIÇO DO INSTITUTO

A 31 de dezembro de 2017 o IMPIC dispunha de 130¹² pessoas ao serviço.

h) PENSÕES DE REFORMA

O Instituto não tem qualquer responsabilidade contratual com o pagamento de complementos de Pensões de Reforma.

¹² Neste número não estão incluídos os membros do Conselho Diretivo.



8.2.7 – IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS E INCORPÓREAS

O movimento ocorrido no período foi o seguinte:

					valores em euros
	Conta	Saldo Inicial	Aumentos	Transf e Abates	Saldo Final
42	Imobilizações Corpóreas				
	Equipamento básico	4.705.831		171.296	4.877.127
	Equipamento de transporte				
	Ferramentas e utensílios	6.477			6.477
	Equipamento administrativo	1.639.682	12.781	85.726	1.566.737
	Outras imobilizações corpóreas	63.745			63.745
	Total Imobilizações Corpóreas	6.415.736	184.076	85.726	6.514.086
43	Imobilizações Incorpóreas				
	Prop.Industrial e out.direitos	1.609.048		70.928	1.679.976
	Imobilizado em curso				
	Total Imobilizações Incorpóreas	1.609.047	70.928		1.679.975
	Total do Activo Imobilizado	8.024.784	255.005	85.726	8.194.063
	<u>Amortizações acumuladas</u>				
482	De Imobilizações Corpóreas				
	Equipamento básico	4.424.377		217.034	4.641.411
	Equipamento de transporte				
	Ferramentas e utensílios	6.477			6.477
	Equipamento administrativo	1.473.268	73.607	85.726	1.461.149
	Outras imobilizações corpóreas	57.211			57.211
483	De Imobilizações Incorpóreas				
	Prop.Industrial e out.direitos	1.544.327		66.989	1.611.316
	Total Amortizações Acumuladas	7.505.660	357.630	85.726	7.777.564
	<u>Valor Líquido</u>	519.124			416.499

O aumento verificado na rúbrica de Equipamento Básico refere-se essencialmente a serviços de desenvolvimento das plataformas de gestão documental RED.DOC, Registo Nacional de Fornecedores do Estado (RnFE) e da aplicação de licenciamento de mediação "na hora".

Os abates de imobilizado no montante global de 85.726 € correspondem a bens (fotocopiadoras e impressoras) totalmente amortizados que se encontravam obsoletos.



8.2.8 – MAPA DE REINTEGRAÇÕES E AMORTIZAÇÕES

Encontra-se disponível na Direção Financeira deste Instituto, a informação referente a este ponto. Tratando-se de um mapa muito extenso e, dado a informação global já se encontrar devidamente detalhada nos quadros acima, optou-se por não o incluir neste documento.

8.2.31 – PROVISÕES

					valores em euros
Contas	Saldo Inicial	Aumentos	Redução	Saldo Final	
292 Provisões para riscos e encargos	5.000	3.000		8.000	

As provisões para riscos e encargos foram calculadas com base no risco definido pela Direção Jurídica para os processos judiciais em curso.

O aumento de 3.000 euros resulta de 3 Providências Cautelares interpostas no montante unitário de 1.000 euros.

8.2.32 – FUNDOS PRÓPRIOS

O movimento ocorrido nas rubricas dos fundos próprios foi o seguinte:

						valores em euros
Contas	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Transferências	Saldo Final	
51 Património	11.408.184				11.408.184	
59 Resultados transitados	2.028.092			7.260.900	9.288.992	
88 Resultado líquido do exercício	7.260.900	5.096.890	(7.260.900)	0	5.096.890	
	20.697.176	5.096.890	0	0	25.794.066	

Nos termos da constituição do IMPIC, I.P. (ex-InCI, I.P e ex-IMOPPI), o saldo inicial da rubrica de Património, no montante de 11.408.184 €, corresponde aos valores dos ativos e passivos apurados à data de 1 de Janeiro de 2002.

Os movimentos ocorridos no presente exercício referem-se exclusivamente à aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2016 (7.260.900 €) e ao registo do Resultado Líquido do Exercício de 2017 (5.096.890 €).

Refira-se que, tal como foi salientado em exercícios anteriores, a manutenção dos saldos gerados nos períodos de gerência permite que os fundos próprios apresentem níveis robustos e adequados à atividade do IMPIC.

Em resultado destes movimentos, os Fundos Próprios apresentam o valor de 25.794.066 € em 31 de Dezembro de 2017.



8.2.33 – DEMONSTRAÇÃO DO CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS

valores em euros	
Movimentos	Mercadorias
Existências Iniciais	35.675
Compras	
Regularização das existências	
Existências Finais	35.675
<i>Custos no exercício</i>	

No presente exercício o IMPIC não comercializou livros de reclamação/impressos/publicações pelo que as respetivas existências não foram movimentadas.

8.2.35 – IMPOSTOS, TAXAS E OUTROS

Conta	2017	2016
72 Prestações de serviços (impostos e taxas)	13.972.348	14.038.426
Construção	12.112.065	12.609.167
Alvarás	10.583.352	11.087.513
Títulos de Registo	1.130.339	1.165.067
Certidões de Construção	971	1.933
Taxas Iniciais	397.359	350.554
Juros	45	4.100
Outras taxas (arts 21º, 22º, 27º e 28º Lei 41/2015)	28.882	
Reembolsos e restituições		
	12.140.947	12.609.167
Imobiliário		
Licenças de Mediação	1.586.549	1.303.058
Juros		
Reembolsos e restituições		
	1.586.549	1.303.058
Contra-Ordenações		
Construção	142.774	(69.863)
Mediação	6.945	12.675
Contratos Públicos	18.450	74.335
Branqueamento de Capitais	42.440	33.137
Administração de Condomínios	600	40.150
Promoção Imobiliária		1.400
Plataformas Eletrónicas	20.000	34.000
Custas	13.643	15.131
Juros		3
Anulações		(14.767)
	244.852	126.201
	13.972.348	14.038.426

Os valores registados na conta 72 – Impostos e Taxas no valor global de 13.972.348 € (2016: 14.038.426 €) representam os proveitos das principais áreas de negócio do Instituto:

- Taxas do sector da construção que ascendem a 12.140.947 € (2016: 12.609.167 €);
- Taxas do sector do imobiliário que ascendem a 1.586.549 € (2016: 1.303.058 €);
- Coimas referentes a contraordenações que ascendem a 244.852 € (2016: 126.201 €).

Os proveitos provenientes da construção continuam a ser os mais representativos, com 86,9% do total (2016: 89,8%).

Constata-se que a ligeira redução dos proveitos das Taxas do setor da construção foi compensada pelos incrementos dos proveitos das Taxas do setor do imobiliário e de Contra-Ordenações, o que permitiu a manutenção de um total de Impostos e Taxas em cerca de 14 milhões de euros.

8.2.37 – DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS

			valores em euros	
Custos e Perdas		2017	2016	
681	Juros suportados	127	223	
688	Outros custos e perdas financeiros	34.405	27.842	
	<u>Resultados Financeiros</u>	(34.532)	(28.065)	
Proveitos e Ganhos		2017	2016	
781	Juros obtidos			
788	Reversões e Outros proveitos e ganhos financeiros			

A rubrica Outros custos e perdas financeiras corresponde essencialmente a comissões faturadas pelas entidades intermediárias na cobrança da receita do IMPIC.



8.2.38 – DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

			valores em euros	
Custos e Perdas			2017	2016
697	Correcções relativas a exercícios anteriores		78.411	7.210
698	Outros custos e perdas extraordinários		1.551.000	
	<i>Resultados Extraordinários</i>		(1.621.292)	28.282
			8.119	35.492
Proveitos e Ganhos			2017	2016
796	Reduções de amortizações e provisões			33.000
797	Correcções relativas a exercícios anteriores		8.119	2.273
798	Outros proveitos e ganhos extraordinários			219
			8.119	35.492

O montante registado na rubrica de Outros custos e perdas extraordinárias corresponde às transferências realizadas para as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, Centro e Alentejo no valor total de 1.551.000 €.

Estas Transferências foram promovidas pela Secretaria-Geral da Presidência de Conselho de Ministros, no âmbito das suas competências enquanto entidade coordenadora do Programa Orçamental 014 e em resultado dos constrangimentos orçamentais das mencionadas CCDR's (gestão flexível do Programa Orçamental 014).

Para realizar a totalidade das mencionadas transferências, o IMPIC efetuou uma alteração orçamental por via de Crédito Especial aprovada pelos Secretários de Estado das Infraestruturas e do Desenvolvimento e Coesão.

O montante registado na rubrica 697 – Correções relativas a exercícios anteriores corresponde à anulação de coimas de exercícios anteriores (19.714 €) e à anulação de taxas do setor da construção e imobiliário (58.697 €).



8.2.39 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PARA MELHOR COMPREENSÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA E DOS RESULTADOS

a) FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Contas		2017	2016	valores em euros
62219	Rendas e alugueres	1.251.756	1.221.048	
62222	Comunicação	152.914	124.147	
62232	Conservação e Reparação	272.796	97.886	
62233	Publicidade e Propaganda	45.655	83.224	
62236	Trabalhos especializados	148.795	104.389	
	Outros fornecimentos e serviços	467.826	446.123	
		2.339.742	2.076.817	

O valor dos Fornecimentos e Serviços Externos apresentou um aumento de 12,7% face ao exercício de 2016, destacando-se o incremento da rúbrica de Conservação e Reparação (174.911 €) resultante das necessidades adicionais em 2017 de Conservação e Reparação de Equipamento Básico e Administrativo. Salientam-se as necessidades de manutenção da aplicação do licenciamento do setor da construção e dos Portal Base e Portal OOP.

b) CUSTOS COM O PESSOAL

Contas		2017	2016	valores em euros
641	Remunerações dos órgãos diretivos	189.243	181.131	
642	Remunerações do pessoal	2.954.918	2.796.771	
645	Encargos sobre remunerações	788.656	746.772	
	Outros	25.921	21.143	
		3.958.738	3.745.817	

Os Custos com Pessoal registaram um aumento de 5,7%, reflexo do incremento do quadro de pessoal no presente exercício. Em 31 de Dezembro de 2017 o Instituto possui a 133 colaboradores (2016: 121 colaboradores).



c) Transferências Correntes e Prestações Sociais

		valores em euros	
Contas		2017	2016
631	Transferências Correntes Concedidas	537.157	583.258
633	Prestações Sociais	13.382	12.595
	Outras Transferências		
		550.539	595.853

O montante registado em Transferência Correntes Concedidas refere-se, tal como no exercício anterior, às verbas transferida para a Autoridade da Concorrência nos termos da legislação em vigor.

d) Custos diferidos, acréscimos de custos e proveitos diferidos

		valores em euros	
Contas		2017	2016
272	Custos Diferidos		
	Outros Custos Diferidos	96.305	94.384
		96.305	94.384
273	Acréscimos de Custos		
	Remunerações a Liquidar	519.386	502.966
	Outros Acréscimos de Custos	280.202	108.586
		799.588	611.552
274	Proveitos Diferidos		
	Outros Proveitos Diferidos (Receitas)	673.643	1.171.005
		673.643	1.171.005

Custos Diferidos:

Na rubrica de Custos Diferidos está registado o valor das rendas referentes a Janeiro de 2018 pagas em Dezembro de 2017.

Acréscimos de Custos:

Nos Acréscimos de Custos encontram-se especializados os valores das remunerações a liquidar referentes às Férias e Subsídio de Férias e respetivos encargos legais (519.386 €)



e os custos com serviços prestados no exercício de 2017 que serão faturados no exercício seguinte (280.202 €).

Proveitos Diferidos:

A rubrica de Proveitos Diferidos regista os proveitos a reconhecer em exercícios seguintes relacionados com as seguintes situações:

- Na sequência da candidatura ao projeto 02/SAMA/2015 foi recebido no final do exercício de 2016 um subsídio no montante de 158.090 €, não tendo sido ainda incorridas quaisquer despesas com este projeto, pelo que também não foram registados os respetivos proveitos.
- O valor remanescente registado em Proveitos Diferidos refere-se essencialmente aos proveitos a reconhecer relativos a Títulos de Registo no âmbito do DL nº 12/2004, de 9 de Janeiro. Estamos perante Títulos de Registo emitidos ao abrigo da legislação referida que têm uma validade de 5 anos e que foram emitidos em exercícios anteriores até meados de 2015.

As taxas recebidas do setor da construção ao abrigo da Lei nº 41/2015, de 3 de Junho e Portaria nº 261-A/2015, de 27 de Agosto não estão sujeitas a necessidades de especialização de proveitos.

Da mesma forma, também não estão sujeitas a necessidades de especialização de proveitos, as taxas recebidas do setor da mediação no âmbito da Lei nº 15/2013, de 8 de Fevereiro que estabeleceu o atual regime jurídico

e) CLIENTES, ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

De acordo com o n.º 2 do art.º 9º do Decreto-Lei nº 158/2012 de 23 de Julho e com o n.º 2 do art.º 10.º da Decreto-Lei nº 232/2015, de 13 de outubro, que lhe sucedeu, o IMPIC dispõe de diversas receitas próprias. A receita das coimas é definida na alínea b), sendo receita do instituto “*O produto de 40 % do valor das coimas aplicadas pelo IMPIC, I. P., (...) cabendo ao Estado a parte restante das coimas cobradas;*”.

Não obstante a legislação supracitada referir que se deve entregar ao Estado 60% das coimas cobradas, por limitação informática do sistema de registo contabilístico e, como consequência desta, aquando do registo inicial de uma guia de coima, ou seja, no lançamento do valor da emissão deste tipo de receita, parte do valor é registado em

proveitos (40%) e a restante parte na conta Estado e Outros Entes Públcas (60%), ambos por contrapartida da rúbrica de clientes.

O saldo elevado que se verifica nas rubricas de Clientes e Estado em questão resulta ainda do facto de se considerar em conta corrente todas as guias em situação de "Executada" ou "Impugnada", cuja cobrança, quando chega a existir, dilui-se no tempo.

Anexo 8.3 – Notas sobre o processo orçamental e respetiva execução

8.3.1 - Alterações Orçamentais

A Lei n.º 42/2016, de 28 de Dezembro, aprovou o Orçamento do Estado para 2017, após o que o Instituto procedeu às alterações orçamentais necessárias à gestão do orçamento face aos imperativos internos tendo também em atenção o decreto-lei nº 25/2017 de 3 de Março que veio estabelecer as disposições necessárias à execução do Orçamento do Estado para 2017. As alterações orçamentais estão descritas no mapa 8.3.1.1 – Alterações Orçamentais – Despesa e 8.3.1.2 – Alterações Orçamentais - Receita.

8.3.2 — Contratação administrativa

Em mapa anexo estão registados os contratos celebrados que foram objeto de execução financeira no exercício.

8.3.4 — Transferências e subsídios

A realçar as transferências realizadas para as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, Centro e Alentejo no valor total de 1.551.000 € e de 537.157€ para a Autoridade da Concorrência registadas na rubrica das Transferências Correntes Concedidas.

8.3.5 — Aplicações em ativos de rendimento fixo e variável

Não aplicável.

8.3.6 — Endividamento

Não aplicável.



Anexo 8.3 – Notas sobre o processo orçamental e respectiva execução

8.3.1 - Alterações Orçamentais

No decurso do ano de 2017, foram efetuadas transferências de verbas entre rubricas no orçamento de despesa e de receita, cujos montantes são os descritos no mapa 8.3.1.1 - Alterações Orçamentais - Despesa e 8.3.1.2 - Alterações Orçamentais - Receita.

A Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro aprovou o Orçamento do Estado para 2017 pela Assembleia da República, após o que o IMPIC, I.P. procedeu às alterações orçamentais necessárias à gestão do orçamento face aos imperativos internos.





ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS - DESPESA
INSTITUTO DOS MERCADOS PÚBLICOS, DO IMOBILIÁRIO E DA CONSTRUÇÃO

N.º	CATEGORIA	PROD. IND. SERV.	POENTE FUNC. VEN.	UF	CLASSIFICAÇÃO ECONOMICA	CLASSIFICAÇÃO ECONOMICA ENTRADA	PROJETO SUBSÍDIO	ALTERAÇÕES ATIVAS		ALTERAÇÕES INAPROPRIADAS REFLEXO	ALTERAÇÕES ATIVAS REFLEXO	ALTERAÇÕES INAPROPRIADAS REFLEXO	ALTERAÇÕES ATIVAS REFLEXO	ALTERAÇÕES INAPROPRIADAS REFLEXO	ALTERAÇÕES ATIVAS REFLEXO	ALTERAÇÕES INAPROPRIADAS REFLEXO	
								(1)	(2)								
1	1	54	02	014	052	510	3031	20210102	00	0000.0000	0	231	0	231	0	231	0
		1	54	02	00	014	052	510	3031	00	1000.0000	9	239	3	235	3	
		1	54	02	00	014	052	510	3031	00	1000.0000	9	215	4	210	4	
		1	54	02	00	014	052	510	3031	00	1000.0000	4	000	1	000	1	
		1	54	02	00	014	052	510	3031	00	1000.0000	2	000	2	000	2	
		1	54	02	00	014	052	510	3031	00	1000.0000	3	145	1	119	1	
		1	54	02	00	014	052	510	3031	00	1000.0000	915	000	335	000	335	
		1	54	02	00	014	052	510	3031	00	1000.0000	4	573	4	573	4	
		1	54	02	00	014	052	510	3031	00	1000.0000	915	000	315	000	315	
		1	54	02	00	014	052	510	3031	00	1000.0000	9	145	3	212	3	
		1	54	02	00	014	052	510	3031	00	1000.0000	21	033	7	477	13	
		1	54	02	00	014	052	510	3031	00	1000.0000	120	942	45	811	63	
		1	54	02	00	014	052	510	3031	00	1000.0000	98	764	35	121	63	
		1	54	02	00	014	052	510	3031	00	1000.0000	26	520	9	430	17	
		1	54	02	00	014	052	510	3031	00	1000.0000	1	032	1	032	1	
		1	54	02	00	014	052	510	3031	00	1000.0000	32	844	16	461	5	
		1	54	02	00	014	052	510	3031	00	1000.0000	16	481	5	833	13	
		1	54	02	00	014	052	510	3031	00	1000.0000	21	033	7	477	13	
		1	54	02	00	014	052	510	3031	00	1000.0000	120	942	45	811	63	
		1	54	02	00	014	052	510	3031	00	1000.0000	98	764	35	121	63	
		1	54	02	00	014	052	510	3031	00	1000.0000	26	520	9	430	17	
		1	54	02	00	014	052	510	3031	00	1000.0000	1	032	1	032	1	
		1	54	02	00	014	052	510	3031	00	1000.0000	32	844	16	461	5	
		1	54	02	00	014	052	510	3031	00	1000.0000	16	481	5	833	13	
		1	54	02	00	014	052	510	3031	00	1000.0000	21	033	7	477	13	
		1	54	02	00	014	052	510	3031	00	1000.0000	120	942	45	811	63	
		1	54	02	00	014	052	510	3031	00	1000.0000	98	764	35	121	63	
		1	54	02	00	014	052	510	3031	00	1000.0000	26	520	9	430	17	
		1	54	02	00	014	052	510	3031	00	1000.0000	1	032	1	032	1	
		1	54	02	00	014	052	510	3031	00	1000.0000	32	844	16	461	5	
		1	54	02	00	014	052	510	3031	00	1000.0000	16	481	5	833	13	
		1	54	02	00	014	052	510	3031	00	1000.0000	21	033	7	477	13	
		1	54	02	00	014	052	510	3031	00	1000.0000	120	942	45	811	63	
		1	54	02	00	014	052	510	3031	00	1000.0000	98	764	35	121	63	
		1	54	02	00	014	052	510	3031	00	1000.0000	26	520	9	430	17	
		1	54	02	00	014	052	510	3031	00	1000.0000	1	032	1	032	1	
		1	54	02	00	014	052	510	3031	00	1000.0000	32	844	16	461	5	
		1	54	02	00	014	052	510	3031	00	1000.0000	16	481	5	833	13	
		1	54	02	00	014	052	510	3031	00	1000.0000	21	033	7	477	13	
		1	54	02	00	014	052	510	3031	00	1000.0000	120	942	45	811	63	
		1	54	02	00	014	052	510	3031	00	1000.0000	98	764	35	121	63	
		1	54	02	00	014	052	510	3031	00	1000.0000	26	520	9	430	17	
		1	54	02	00	014	052	510	3031	00	1000.0000	1	032	1	032	1	
		1	54	02	00	014	052	510	3031	00	1000.0000	32	844	16	461	5	
		1	54	02	00	014	052	510	3031	00	1000.0000	16	481	5	833	13	
		1	54	02	00	014	052	510	3031	00	1000.0000	21	033	7	477	13	
		1	54	02	00	014	052	510	3031	00	1000.0000	120	942	45	811	63	
		1	54	02	00	014	052	510	3031	00	1000.0000	98	764	35	121	63	
		1	54	02	00	014	052	510	3031	00	1000.0000	26	520	9	430	17	
		1	54	02	00	014	052	510	3031	00	1000.0000	1	032	1	032	1	
		1	54	02	00	014	052	510	3031	00	1000.0000	32	844	16	461	5	
		1	54	02	00	014	052	510	3031	00	1000.0000	16	481	5	833	13	
		1	54	02	00	014	052	510	3031	00	1000.0000	21	033	7	477	13	
		1	54	02	00	014	052	510	3031	00	1000.0000	120	942	45	811	63	
		1	54	02	00	014	052	510	3031	00	1000.0000	98	764	35	121	63	
		1	54	02	00	014	052	510	3031	00	1000.0000	26	520	9	430	17	
		1	54	02	00	014	052	510	3031	00	1000.0000	1	032	1	032	1	
		1	54	02	00	014	052	510	3031	00	1000.0000	32	844	16	461	5	
		1	54	02	00	014	052	510	3031	00	1000.0000	16	481	5	833	13	
		1	54	02	00	014	052	510	3031	00	1000.0000	21	033	7	477	13	
		1	54	02	00	014	052	510	3031	00	1000.0000	120	942	45	811	63	
		1	54	02	00	014	052	510	3031	00	1000.0000	98	764	35	121	63	
		1	54	02	00	014	052	510	3031	00	1000.0000	26	520	9	430	17	
		1	54	02	00	014	052	510	3031	00	1000.0000	1	032	1	032	1	
		1	54	02	00	014	052	510	3031	00	1000.0000	32	844	16	461	5	
		1	54	02	00	014	052	510	3031	00	1000.0000	16	481	5	833	13	
		1	54	02	00	014	052	510	3031	00	1000.0000	21	033	7	477	13	
		1	54	02	00	014	052	510	3031	00	1000.0000	120	942	45	811	63	
		1	54	02	00	014	052	510	3031	00	1000.0000	98	764	35	121	63	
		1	54	02	00	014	052	510	3031	00	1000.0000	26	520	9	430	17	
		1	54	02	00	014	052	510	3031	00	1000.0000	1	032	1	032	1	
		1	54	02	00	014	052	510	3031	00	1000.0000	32	844	16	461	5	
		1	54	02	00	014	052	510	3031	00	1000.0000	16	481	5	833	13	
		1	54	02	00	014	052	510	3031	00	1000.0000	21	033	7	477	13	
		1	54	02	00	014	052	510	3031	00	1000.0000	120	942	45	811	63	
		1	54	02	00	014	052	510	3031								



IMPIIC

Instituto dos Mercados Públicos
do Imobiliário e da Construção

NATIONAL INSTITUTE OF TECHNOLOGY, DILSHAD GUNJ

ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS - DESPESA

Апексо B

94 | Página



IMPI

Instituto dos Mercados Públicos
do Imobiliário e da Construção

ANO: 2017
PROJETO: PLANEJAMENTO E IMPLANTOTERAPIA

ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS - DESPESA

Анеко B

Dr. 



ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS - DESPESA

INSTITUTO DOS MERCADOS PÚBLICOS, DO IMOBILIÁRIO E DA CONSTRUÇÃO

N.º	ORGÂNICAS SER CAP	DEP. MUN. SER SUBT	PONTE FUNC. PROG. MUN.	PONTE FUNC. PROG. MUN.	CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA descrição	PROJETO RESUMO	ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS			CARTAÇÕES ALTAZINHA	DOAÇÃO ALTA ALTAZINHA	DOAÇÃO CUSTOS INTERNAZINHA	DOAÇÃO CUSTOS INTERNAZINHA				
							ALTERAÇÕES ALTAZINHA		CRÉDITOS RESUMO								
							ALTERAÇÕES AUTORIZADAS	ALTERAÇÕES REFLETIDAS									
10	1 04 02 00 014 052 510	2001 010100 00 00	PERGAMAL, DOIS GUARDAS-Homens DE PESCA	2168 000000.00000	1 563 961		4 003	433	405	433	1 050 124	1 048 000	0000000000000000				
	1 04 02 00 014 052 510	2001 010100 00 00	COTAS DISTRIBUÍDAS	2168 000000.00000	4 210		136		6 022		0	0	13 103				
	1 04 02 00 014 052 510	2001 010100 00 00	ENTREGAS SOCIAIS EM ADMINISTRAÇÃO	2168 000000.00000	9 162		4 201		12 183								
	1 04 02 00 014 052 510	2001 010100 00 00	COMUNICAÇÃO DE IMPRENSA	2168 000000.00000	547 316		372		3 899		405		3 002				
	1 04 02 00 014 052 510	2001 010100 00 00	COMUNICAÇÃO DE IMPRENSA	2168 000000.00000	547 716						546 716						
	1 04 02 00 014 052 510	2001 010100 00 00	COMUNICAÇÃO A INTERNET	2168 000000.00000	2 561		2 134		18 417		8 13		12 434				
	1 04 02 00 014 052 510	2001 010100 00 00	COMUNICAÇÃO PARA A VOZ	2168 000000.00000	29 510		8111		28 137		11 727		17 100				
	1 04 02 00 014 052 510	2001 010100 00 00	FESTA/CÍCLICO	2168 000000.00000	23 430		3 015		26 113		16 581		10 128				
	1 04 02 00 014 052 510	2001 010100 00 00	AUGUSTINUS	2168 000000.00000	2 850		87		2 946		1 015		1 901				
	1 04 02 00 014 052 510	2001 010100 00 00	OUTROS	2168 000000.00000	871 187		128 542				745 456		742 635				
	1 04 02 00 014 052 510	2001 010100 00 00	OUTROS	2168 000000.00000	158 475		124 148				492 633		492 633				
	1 04 02 00 014 052 510	2001 010100 00 00	OUTROS	2168 000000.00000	211		4 324		5 109		5 109		5 109				
TOTAL DA ALTERAÇÃO 10 :					415 369		136 347		415 366		569		2 925 943				
11	1 04 02 00 014 052 510	2001 010100 00 00	PERGAMAL, DOIS GUARDAS-Homens DE PESCA	2168 000000.00000	1 510 010		1 161		1 510 010		469 433		1 050 164				
	1 04 02 00 014 052 510	2001 010100 00 00	PERGAMAL, DOIS GUARDAS-Homens DE PESCA	2168 000000.00000	500		392		6 022		2 603		3 724				
	1 04 02 00 014 052 510	2001 010100 00 00	PERGAMAL, DOIS GUARDAS-Homens DE PESCA	2168 000000.00000	5 215		763		6 022		6 022		6 022				
	1 04 02 00 014 052 510	2001 010100 00 00	PERGAMAL, DOIS GUARDAS-Homens DE PESCA	2168 000000.00000	1 571 273		1 161		1 571 273		472 104		1 059 171				
	1 04 02 00 014 052 510	2001 010100 00 00	TRANSPORTES	2168 000000.00000	19 095		111				10 711		20 411				
	1 04 02 00 014 052 510	2001 010100 00 00	OUTROS	2168 000000.00000	15 842				11 731		8 285		7 446				
TOTAL DA ALTERAÇÃO 11 :					56 937		111		56 937		15 016		35 931				
13	1 04 02 00 014 052 510	2001 020114 00 00	OUTRO MATERIAL-PRECIS	2168 000000.00000	1 626		226		1 812		1 626		226				
	1 04 02 00 014 052 510	2001 020114 00 00	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA	2168 000000.00000	7 272		555		7 810		3 253		4 573				
	1 04 02 00 014 052 510	2001 020114 00 00	OUTROS SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO	2168 000000.00000	110 085		301		111 175		7 470		23 632				
	1 04 02 00 014 052 510	2001 020114 00 00	IMPRESCAS/FOTOCOPIADORA/ESCRITÓRIO	2168 000000.00000	26 733		3 075		111 266		13 205		97 464				
	1 04 02 00 014 052 510	2001 020114 00 00	OUTROS SERVIÇOS	2168 000000.00000	15 731		4 212		26 733		13 780		13 201				
	1 04 02 00 014 052 510	2001 020114 00 00	OUTROS SERVIÇOS	2168 000000.00000	219 450		4 212				11 515		3 234				
TOTAL DA ALTERAÇÃO 12 :					219 450						1 626		1 626				
14	1 04 02 00 014 052 510	2001 010103 00 00	PERGAMAL, DOIS GUARDAS-Homens DE PESCA	2168 000000.00000	1 510 771		1 185		1 510 771		463 433		1 714 979				
	1 04 02 00 014 052 510	2001 010103 00 00	REDAÇÃO EXTRACURRÍCULAS	2168 000000.00000	6 392		603		7 015		2 603		4 307				
	1 04 02 00 014 052 510	2001 010103 00 00	OUTROS	2168 000000.00000	6 084		522		6 084		6 084		6 084				
	1 04 02 00 014 052 510	2001 010103 00 00	OUTROS	2168 000000.00000	146 736		317		146 736		540 390		540 390				
	1 04 02 00 014 052 510	2001 010103 00 00	OUTROS	2168 000000.00000	45 626		717		33 133		6 020		23 763				
	1 04 02 00 014 052 510	2001 010103 00 00	OUTROS	2168 000000.00000	5 626		5 626		5 626		5 626		42 645				
TOTAL DA ALTERAÇÃO 13 :					216 460		7 502		216 460		481 483		1 714 979				
18	1 04 02 00 014 052 510	2001 020102 00 00	INSCRIÇÃO EXTRACURRÍCULAS	2168 000000.00000	7 015		1 055		8 070		5 442		1 215 012				
	1 04 02 00 014 052 510	2001 020102 00 00	OUTROS	2168 000000.00000	7 000				5 442		2 613		2 613				
TOTAL DA ALTERAÇÃO 14 :					16 055		1 055		16 055		5 783		8 274				
19	1 04 02 00 014 052 510	2001 010103 00 00	PERGAMAL, DOIS GUARDAS-Homens DE PESCA	2168 000000.00000	1 517 512		1 055		1 517 512		1 055 234		1 055 234				
	1 04 02 00 014 052 510	2001 010103 00 00	REDAÇÃO EXTRACURRÍCULAS	2168 000000.00000	8 110		1 055		8 110		4 303		4 303				
TOTAL DA ALTERAÇÃO 15 :					1 565 722		1 055		1 565 722		472 104		1 053 624				



IMPIIC

Instituto dos Mercados Públicos
do Imobiliário e da Construção

ABD:2017
PR1000:

ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS - DESPESA

INSTITUTO DOS MERCADOS PÚBLICOS, DO IMOBILIÁRIO E DA CONSTRUÇÃO

卷之三

28
J.



IMPI

Instituto dos Mercados Públicos
do Imobiliário e da Construção

ANO: 2017
PERÍODO:
MINISTÉRIO:
PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS

ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS - DESPESA
INSTITUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS, DO INSTITUTO E DA CONSTITUIÇÃO

卷之三

2012



ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS - DESPESA
INTERTO DOS MERCADOS PÚBLICOS, DO IMOBILIÁRIO E DA CONSTRUÇÃO

N.º	CATEGORIA	GRUPO MENS.	SUB-GRUPO	FUNÇÃO	PESO	CÓDIGO	DESCRIÇÃO ECONÔMICA	ACT.	PROJETO	PERÍODO	PERÍODO	ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS			DOENÇAS SAÚDE ALIMENTAR	CATIVOS	DISCAPACITAÇÕES	(8) = (5) - (6) + (7)					
												ALTERAÇÕES ARRENDAMENTOS ALTAZINHAS											
												ALTERAÇÕES	SUBPOSIÇÃO	ADMISTRAÇÃO									
2L	1	C2	00	012	014	012	510	1031	002030	00	00	CONSERVAÇÃO DE BENS	216.0000.0000	35.534	2.111	37.439	2.430	20.219	20.219				
	1	C2	00	012	014	012	510	1031	002034	00	00	OUTROS	216.0000.0000	450.643	0	441.789	16.516	411.703	411.703				
	1	C2	00	012	014	012	510	1031	002037	00	00	PUBLICIDADE	256.0000.0000	32.308	3.015	36.313	16.516	30.794	30.794				
	1	C2	00	012	014	012	510	1031	002019	00	00	SOFTWARE INFORMÁTICO	256.0000.0000	234.966	3.664	228.610	2.430	214.241	214.241				
	1	C2	00	012	014	012	510	1031	002037	00	00	OUTROS	216.0000.0000	601.693	0	613.450	513.450	601.693	601.693				
	1	C2	00	012	014	012	510	1031	002038	00	00	OUTROS	256.0000.0000	623.493	0	631.517	0	631.517	631.517				
TOTAL DA ALTERAÇÃO 2L	1											1 968 648	76 873	76 873	1 948 448	50 404	1 948 244	1 948 244					
27	1	C2	00	012	014	012	510	1031	002031	00	00	FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS	256.0000.0000	1.517.031	2.351	2.351	1.515.250	410.413	1.515.865	1.515.865			
	1	C2	00	012	014	012	510	1031	002014	00	00	EXECUÇÃO FISCAL	256.0000.0000	274.260	2.181	276.445	70.122	276.292	276.292				
	1	C2	00	012	014	012	510	1031	002034	00	00	ADMISTRAÇÃO DE CUSTO	216.0000.0000	30.000	0	29.927	2.630	31.721	31.721				
	1	C2	00	012	014	012	510	1031	002020	00	00	ADMISTRAÇÃO DE CUSTO	256.0000.0000	2.013	0	2.226	0	2.226	2.226				
	1	C2	00	012	014	012	510	1031	002024	00	00	ADMISTRAÇÃO DE CUSTO	256.0000.0000	64.460	0	65.560	0	65.560	65.560				
	1	C2	00	012	014	012	510	1031	002010	00	00	ADMISTRAÇÃO DE CUSTO	256.0000.0000	13.774	0	14.462	7.473	16.516	16.516				
	1	C2	00	012	014	012	510	1031	002021	00	00	ADMISTRAÇÃO DE CUSTO	256.0000.0000	15.150	0	16.345	15.145	16.345	16.345				
	1	C2	00	012	014	012	510	1031	002024	00	00	ADMISTRAÇÃO DE CUSTO	216.0000.0000	481.789	0	410.167	410.167	410.167	410.167				
	1	C2	00	012	014	012	510	1031	002014	00	00	ADMISTRAÇÃO DE CUSTO	256.0000.0000	35.183	0	34.477	7.324	37.722	37.722				
	1	C2	00	012	014	012	510	1031	002017	00	00	ADMISTRAÇÃO DE CUSTO	256.0000.0000	228.020	0	226.154	226.154	226.154	226.154				
	1	C2	00	012	014	012	510	1031	002019	00	00	ADMISTRAÇÃO DE CUSTO	256.0000.0000	37.125	1	43.120	10.515	21.075	21.075				
	1	C2	00	012	014	012	510	1031	002010	00	00	ADMISTRAÇÃO DE CUSTO	256.0000.0000	39.705	0	46.716	7.716	37.000	37.000				
	1	C2	00	012	014	012	510	1031	002024	00	00	ADMISTRAÇÃO DE CUSTO	256.0000.0000	81.347	0	81.843	81.710	81.843	81.843				
TOTAL DA ALTERAÇÃO 27 +	1											2 913 951	58 733	58 733	2 913 951	666 267	2 946 744	2 946 744					
28	1	C2	00	012	014	012	510	1031	002021	00	00	ADMISTRAÇÃO DE CUSTO	256.0000.0000	14.362	1	15.327	49.317	16.516	16.516				
	1	C2	00	012	014	012	510	1031	002021	00	00	ADMISTRAÇÃO DE CUSTO	256.0000.0000	410.767	0	422.134	24.159	422.057	422.057				
	1	C2	00	012	014	012	510	1031	002019	00	00	ADMISTRAÇÃO DE CUSTO	256.0000.0000	111.293	30.315	112.514	10.515	122.708	122.708				
	1	C2	00	012	014	012	510	1031	002020	00	00	ADMISTRAÇÃO DE CUSTO	256.0000.0000	19.266	120	19.326	2.927	20.593	20.593				
	1	C2	00	012	014	012	510	1031	002019	00	00	ADMISTRAÇÃO DE CUSTO	256.0000.0000	2.446	0	2.902	1.015	1.943	1.943				
	1	C2	00	012	014	012	510	1031	002024	00	00	ADMISTRAÇÃO DE CUSTO	256.0000.0000	81.863	5.571	82.414	8.710	73.674	73.674				
	1	C2	00	012	014	012	510	1031	002025	00	00	ADMISTRAÇÃO DE CUSTO	256.0000.0000	513.630	5.671	513.713	5.713	513.713	513.713				
	1	C2	00	012	014	012	510	1031	002019	00	00	ADMISTRAÇÃO DE CUSTO	256.0000.0000	1.309	0	967	0	967	967				
TOTAL DA ALTERAÇÃO 28 +	1											1 239 126	33 340	33 340	1 239 126	61 855	1 239 274	1 239 274					
29	1	C2	00	014	012	012	510	1031	002022	00	00	ADMISTRAÇÃO DE CUSTO	256.0000.0000	8.227	0	7.659	2.659	7.350	7.350				
	1	C2	00	014	012	012	510	1031	002004	00	00	ADMISTRAÇÃO DE CUSTO	256.0000.0000	29.271	0	31.914	2.634	31.379	31.379				
	1	C2	00	014	012	012	510	1031	002019	00	00	ADMISTRAÇÃO DE CUSTO	256.0000.0000	1.912	0	2.378	844	1.514	1.514				
	1	C2	00	014	012	012	510	1031	002019	00	00	ADMISTRAÇÃO DE CUSTO	256.0000.0000	1.912	0	2.378	844	1.514	1.514				
	1	C2	00	014	012	012	510	1031	002019	00	00	ADMISTRAÇÃO DE CUSTO	256.0000.0000	1.912	0	2.378	844	1.514	1.514				
	1	C2	00	014	012	012	510	1031	002019	00	00	ADMISTRAÇÃO DE CUSTO	256.0000.0000	1.912	0	2.378	844	1.514	1.514				
	1	C2	00	014	012	012	510	1031	002019	00	00	ADMISTRAÇÃO DE CUSTO	256.0000.0000	1.912	0	2.378	844	1.514	1.514				
	1	C2	00	014	012	012	510	1031	002019	00	00	ADMISTRAÇÃO DE CUSTO	256.0000.0000	1.912	0	2.378	844	1.514	1.514				
	1	C2	00	014	012	012	510	1031	002019	00	00	ADMISTRAÇÃO DE CUSTO	256.0000.0000	1.912	0	2.378	844	1.514	1.514				
	1	C2	00	014	012	012	510	1031	002019	00	00	ADMISTRAÇÃO DE CUSTO	256.0000.0000	1.912	0	2.378	844	1.514	1.514				
	1	C2	00	014	012	012	510	1031	002019	00	00	ADMISTRAÇÃO DE CUSTO	256.0000.0000	1.912	0	2.378	844	1.514	1.514				
	1	C2	00	014	012	012	510	1031	002019	00	00	ADMISTRAÇÃO DE CUSTO	256.0000.0000	1.912	0	2.378	844	1.514	1.514				
	1	C2	00	014	012	012	510	1031	002019	00	00	ADMISTRAÇÃO DE CUSTO	256.0000.0000	1.912	0	2.378	844	1.514	1.514				
	1	C2	00	014	012	012	510	1031	002019	00	00	ADMISTRAÇÃO DE CUSTO	256.0000.0000	1.912	0	2.378	844	1.514	1.514				
	1	C2	00	014	012	012	510	1031	002019	00	00	ADMISTRAÇÃO DE CUSTO	256.0000.0000	1.912	0	2.378	844	1.514	1.514				
	1	C2	00	014	012	012	510	1031	002019	00	00	ADMISTRAÇÃO DE CUSTO	256.0000.0000	1.912	0	2.378	844	1.514	1.514				
	1	C2	00	014	012	012	510	1031	002019	00	00	ADMISTRAÇÃO DE CUSTO	256.0000.0000	1.912	0	2.378	844	1.514	1.514				
	1	C2	00	014	012	012	510	1031	002019	00	00	ADMISTRAÇÃO DE CUSTO	256.0000.0000	1.912	0	2.378	844	1.514	1.514				
	1	C2	00	014	012	012	510	1031	002019	00	00	ADMISTRAÇÃO DE CUSTO	256.0000.0000	1.912	0	2.378	844	1.514	1.514				
	1	C2	00	014	012	012	510	1031	002019	00	00	ADMISTRAÇÃO DE CUSTO	256.0000.0000	1.912	0	2.378	844	1.514	1.514				
	1	C2	00	014	012	012	510	1031	002019	00	00	ADMISTRAÇÃO DE CUSTO	256.0000.0000	1.912	0	2.378	844	1.514	1.514				
	1	C2	00	014	012	012	510	1031	002019	00	00	ADMISTRAÇÃO DE CUSTO	256.0000.0000	1.912	0	2.378	844	1.514	1.514				
	1	C2	00	014	012	012	510	1031	002019	00	00	ADMISTRAÇÃO DE CUSTO	256.0000.0000	1.912	0	2.378	844	1.514	1.514				
	1	C2	00	014	012	012	510	103															



IMPIC

Instituto dos Mercados Públicos
do Imobiliário e da Construção

ANNO : 2017
PERIODO : 01/01/2017 - 31/12/2017
TRATTAMENTO DI INFRASTRUTTURE

ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS - DESPESA

Анеко B

Relatório e Contas 2017



IMPIIC

Instituto dos Mercados Públicos
do Imobiliário e da Construção

PERÍODO: 01/01/2017 - 31/12/2017
ANO: 2017

ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS - DESPESA

INSTITUTO DO MERCADO PÚBLICO, DO IMOBILIÁRIO E DA CONTAÇÃO

Anexo B

102



IMPIC

Instituto dos Mercados Públicos
do Imobiliário e da Construção

ANSWER

ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS - DESPESA INSTITUTO DOS HERÓICOS PEGALCOS, DO IMOBILIÁRIO E DA CONSTITUIÇÃO

Лекция B

22



IMPIC Instituto das Mercados Públicos
do mobiliário e da Constituição

ANNO: 2017
PERIODICO:
NOME INIZIALE: PLANIMENTO E IMPIANTATURA

ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS - DESPESA ESTATUTO ECO MUNICÍPIOS PÚBLICOS, DO IMPEDIMENTO E DA CONSTITUIÇÃO

ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS - DESPESA

Anexo B

Relatório e Contas 2017

8.3.2 - Contratação Administrativa

No Mapa 8.3.2 estão registados os contratos celebrados no exercício ou em exercícios anteriores e que foram objecto de execução financeira no decurso do ano económico de 2017.





Entidade	Tipo de Contrato	Contrato			Data	Valor	Nº de Registo	Data	Data do primeiro pagamento	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos normais	Revisão de preços	Pagamentos na gerência	Pagamentos acumulados	Unidade monetária: Euro	
		Objeto	(2)	(3)													
A.C. Nielsen Portugal - Estudos de Mercado, Unipessoal, Lda ¹	Prestação de serviços	Aquisição de serviços para a realização de inquéritos de opinião aos Colaboradores do InCI, aos Agentes dos Sistemas de Construção e do mobiliário e das Entidades Adjudicante			27-07-2017	7.134,00		22-11-2017	7.134,00						7.134,00		
Prestação de serviços	Participação do IMPLIC no SIL - Salão Imobiliário de Lisboa - 18 a 22 Outubro 2017				03-05-2017	22.07,95		03-05-2017	22.07,95						22.07,95		
Prestação de serviços	Participação do serviço de manutenção do portal Base 2016/2017				19-12-2016	86.100,00		05-06-2017	7.845,50						7.845,50		
Prestação de serviços	Contrato de serviços de desenvolvimento urgentes para o portal BASE tendo em conta as alterações ao CCP				20-12-2017	78.866,00									0,00	0,00	
Locação/Arrendamento	Aquisição de espaços dos postos de atendimento do InCI, I.P. nas lojas do cidadão				2007	7.022,10		23-11-2007	83.468,89						427.877,39		
Prestação de serviços	Teléfones, Fios, das Cois das Cidades de Aveiro, Fátima e Viseu, Coimbra e Fafe, Lameira e Porto				19-06-2017	138,74		23-07-2017	2.948,80						12.944,91		
Prestação de serviços	Regras das dimensões de Internet IMPLIC, I.P.				01-07-2011	54.000,00		26-08-2017	51,29						51,29		
Locação/Arrendamento	Contrato de arrendamento do edifício sede da Averba Infante D. Henrique, n.º 5, em Ponta Delgada - Açores				06-04-2016	3.975,00		11-08-2016	3.975,00						32.400,00		
Prestação de serviços	Participação no Congresso da AFM/C - 2016				14-12-2016	120,00		04-04-2017	120,00						3.975,00		
Aquisição de bens	Assinatura do formal Constituição				12-11-2017	120,00		27-12-2017	120,00						120,00		
Prestação de serviços	Assinatura do formal Constituição				12-11-2017	120,00		21-06-2016	1.920,00						1.920,00		
Prestação de serviços	Assinatura da Sociedade de Assessoria Jurídica				22-07-2017	1.737,00									3.640,00		
Prestação de serviços	Assinatura do Serviços de patrocínio Judiciário				23-06-2017	1.107,00									0,00	0,00	
Pedido de autorização para aluguer de viatura para a montagem e desmontagem do Stand do IMPLIC, I.P. na TEKTONICA, 2017					28-04-2017	111,26		05-06-2017	111,26						111,26		
Prestação de serviços	Pedido de autorização para aluguer de viatura comercial para a Concreta 2017				17-11-2017	216,91		20-12-2017	216,91						216,91		
Prestação de serviços	Pedida relativa à manutenção da máquina ATM Multibanco				2004	d)		02-02-2016	676,50						4.059,00		
Prestação de serviços	Despesa relativa à manutenção da fotocópia Canon Mod. L-2016, instalada no núcleo da RAM				01-11-2006	164,44		18-06-2016	307,44						922,32		
Prestação de serviços	Assistência técnica à manutenção da fotocópia Canon Mod. L-2016, instalada no núcleo da RAM				01-11-2011	155,20		22-12-2011	155,20						239,58		
Prestação de serviços	Contrato de arrendamento da Área de Exponor, em Évora				01-11-2011	3.010,20		22-12-2011	3.026,52						12.019,24		
Prestação de serviços	Aluguer do estacionamento da Quinta da direcção automática de incêndios do R.S.B.				2002	e)		18-07-2003	295,20						1.638,20		
Prestação de serviços	Assistência técnica à estacionadora, ao serviço do InCI, I.P.				2005	c)		06-09-2007	859,91						12.914,44		
Prestação de serviços	Protocolo de Parceria entre o Governo Regional da Madeira e a Comunidade dos Municípios da Região Centro				28-06-2017	4.000,00		22-08-2017	4.000,00						4.000,00		
Prestação de serviços	Convenções sobre a Reformulação das Contrarrebus Pública Combra				18-03-2017	140,00									0,00		
Prestação de serviços	Acidente em servir os passageiros na estação de comboio da Lapa				16-07-2017	116,07		24-10-2017	116,07						116,07		
Prestação de serviços	Serviços de segurança e vigilância				02-05-2016	20.569,00		02-05-2016	164,00						20.169,00		
Prestação de serviços	Serviços de segurança e vigilância				01-03-2016	57.346,34		01-03-2016	57.346,34						34.500,22		
Prestação de serviços	Serviços de segurança e vigilância				16-02-2016	595,60		16-02-2016	595,60						595,60		
Prestação de serviços	Proposta de Renovação da Assinatura do Jornal Comício da Manha				22-06-2016	560,00		22-07-2016	756,40						1.266,40		
Aquisição de bens	Aquisição de 3 Switches Cisco com 12 portas para as delegações do IMPLIC na Madeira, Ponta Delgada e Évora				21-11-2016	1.055,35		04-03-2017	2.874,55						2.874,55		
Prestação de serviços	Reparação informática de serviços de cópia e impressão em regime de outsourcing				05-12-2016	7.975,00		05-12-2016	7.975,00						0,00	0,00	
Prestação de serviços	Contrato de Prestação de Serviços de Segurança e Vigilância				04-01-2017	1.500,00		04-01-2017	1.500,00						29.981,25		
Prestação de serviços	Chains - Prestação de Serviços de Segurança e Vigilância				04-01-2017	1.488,47		04-01-2017	1.531,35						1.531,35		
Prestação de serviços	Chenopod - Informação e Gestão de Créditos, Lda				24-02-2000	b)		—	1.569,63						5.440,54		
Prestação de serviços	CITI Expresso				26-10-1998	b)		—	7.301,73						14.409,52		
Prestação de serviços	CITI Camões de Portugal, SA				26-10-1998	b)		03-10-2017	12.374,64						12.374,64		
Prestação de serviços	CITI Comunicações e Tecnologias de Informação, Lda				06-07-2016	676,50		04-06-2016	12.884,04						1.353,00		
Prestação de serviços	COINVARTEL - Equipamentos de escritório, Unipessoal Lda				21-05-2004	1.588,00		26-02-2016	73.788,23						73.788,23		
Prestação de serviços	Credigrafe - Informação e Gestão de Créditos, Lda				21-04-2017	86,25		18-05-2017	86,25						86,25		
Prestação de serviços	CTT Expresso				19-07-2017	1.989,66		20-10-2017	675,52						675,52		
Prestação de serviços	CTT Correios de Portugal, SA				27-10-2017	94,71		22-11-2017	94,71						94,71		
Prestação de serviços	EDF - Energias de Portugal				30-06-2016	b)		10-02-2012	3.416,81						3.416,81		
Prestação de serviços	EDF - Energias de Portugal, S.A.				19-03-2010	b)		15-02-2016	1.482,56						1.482,56		
Prestação de serviços	EDP - Energias de Portugal, S.A.				25-01-2012	b)		07-02-2013	872,56						1.937,42		
Prestação de serviços	EDP - Energias de Portugal, S.A.				08-03-2010	b)		08-03-2013	30.750,00						30.750,00		
Prestação de serviços	Eduardo P. Ferreira & Associados, Sociedade de Advogados RL				06-06-2017	981,00		06-06-2017	1.252,00						1.961,00		
Prestação de serviços	EIB - ECONOMIC INSTITUTE FOR CONSTRUCTION AND HOUSING				12-06-2017	28,34		14-07-2017	7.162,13						7.162,13		
Prestação de serviços	EJM - Empresa Jornalística da Madeira, Unipessoal Lda				14-02-2002	b)		28-03-2002	13.595,59						13.595,59		
Prestação de serviços	Epal, SA				01-10-2014	456,50		01-10-2014	74,34						74,34		
Prestação de serviços	Escoito Digital-Representações, Lda				15-06-2016	74,34		12-10-2016	74,34						74,34		
Prestação de serviços	Escoito Digital-Representações, Lda				17-04-2017	371,71		05-06-2017	371,71						371,71		

Entidade (1)	Tipo de Contrato	Objeto (2)	Contrato			Data (3)	Valor (4)	Visto do Tribunal de Revisão (5)			Data do primeiro trabalho (6)	Trabalhos normais (7)	Revisão de trabalhos mais preços (8)	Pagamentos acumulados (9)	Pagamentos na gerência (10)	Pagamentos na gerência de obras (11)	Trabalhos normais (12)	Revisão de trabalhos mais preços (13)	Observações (14)	
			Data (5)	Nº de Registo (6)	Data (7)															
Estrelos & Pinhais	Prestação de serviços	Honorários do Fiscal Único de revisão de contas	15-12-2015	10.602,30	13-10-2006	12.794,40	14.462,39	22-07-2016	46.597,76	2.098,07	29-12-2017	2.068,07	1.220,16	1.783,50	1.220,16	1.783,50	1.220,16	1.783,50	1.220,16	1.783,50
EULES S.A. Sistecal em Portugal	Prestação de serviços	Serviços de Limpeza	Participação no IMPIC na CONCRETA 2017 Feira Internacional de Reabilitação, Construção, Arquitetura e Design na Exponor Fipatol Feira Internacional do porto Unipessoal, Lda	Participação no IMPIC na CONCRETA 2017 Feira Internacional de Reabilitação, Construção, Arquitetura e Design na Exponor Fipatol Feira Internacional do porto Unipessoal, Lda	20-11-2017	2.299,92	2.299,92	29-12-2017	1.247,22	1.247,22	29-12-2017	1.220,16	1.220,16	1.220,16	1.220,16	1.220,16	1.220,16	1.220,16	1.220,16	1.220,16
Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto	Prestação de serviços	Roadshow de apresentação à pública das alterações ao Código dos Contratos Públicos - Porto	Roadshow de apresentação à pública das alterações ao Código dos Contratos Públicos - LISBOA	17-11-2017	1.783,50	1.783,50	23-05-2017	52,00	52,00	27-06-2017	52,00	52,00	52,00	52,00	52,00	52,00	52,00	52,00	52,00	
Faculdade de Medicina Dentária da Universidade de Lisboa	Prestação de serviços	Proposta de aquisição de um aspirador sam fos para o DIAA.																		
Fernando Góes e Carvalho, Lda	Aquisição de bens	Aquisição de bens																		
Fernando Mendes, Lda	Aquisição de bens	Aquisição de bens																		
FNAC - Cultura, Tecnologia, Laser	Aquisição de bens	Aquisição de bens																		
FULL IT - Consultoria em Novas Tecnologias, Lda	Prestação de serviços	Assistência técnica especializada à ferramenta de CMS Siteseed de suporte à componente Pública dos Portais Bases e o OOF																		
FUNDIC - Fundo para o Desenvolvimento das Ciências da Construção	Prestação de serviços	Seminário RCD 2017 - Confiança nos Materiais Reciclados"																		
FUNDEC - Associação para a Formação e o Desenvolvimento em Engenharia Civil e Arq	Prestação de serviços	Ação de Formação - Curso "Reabilitação Estruturas de Edifícios: Avaliação do Risco Sísmico. Técnica de Refrigeração e Análise e Custo-Benefício"																		
Fundidiano - Sociedade Gestora de Fundos de investimento imobiliário, SA	Prestação de serviços	Contrato de arrendamento do edifício sito na Av. Júlio Dinis, nº 9 em Lisboa																		
Fundidiano - Sociedade Gestora de Fundos de investimento imobiliário, SA	Prestação de serviços	Locação/Arrendamento																		
Fundidiano - Sociedade Gestora de Fundos de investimento imobiliário, SA	Prestação de serviços	Contrato de arrendamento do edifício sito na Av. Júlio Dinis, nº 9 em Lisboa																		
Fundidiano - Sociedade Gestora de Fundos de investimento imobiliário, SA	Prestação de serviços	Aquisição de serviços de manutenção do Portal Internet do MPIC																		
FYI Lda	Prestação de serviços	Adesão a Serviços de Consulta e de Consulta de Arquivos																		
Gedex - Arquivo e Depósito de Documentação, SA	Prestação de serviços	Participação no Análise do Património em Portugal 2016																		
GCGRPA - Gráfica do Património	Prestação de serviços	Participação no procedimento concursal em nome da direção																		
Gráfica ACPreena, Lda	Prestação de serviços	Publicitação de procedimentos concursais em jornal diário																		
Gutsimpulse, Lda	Aquisição de bens	Participação de almoxarife ligado no Workshop sobre o Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP)																		
Gutsimpulse, Lda	Prestação de serviços	Fornecimento de Coffe Break no Encontro Anual do MPIC, IP																		
Higiene Plus	Aquisição de bens	Aquisição de consumíveis de casa de banho																		
Higiene Plus	Prestação de serviços	Serviço e ambientais																		
Hols - Soluções Avançadas em Tecnologias de Informação, SA	Prestação de serviços	Reposição do sistema na aplicação STR/Mutim																		
Hols - Soluções Avançadas em Tecnologias de Informação, SA	Prestação de serviços	Renovação do Certificado para o Portal Internet																		
Horizonte de Palavras - Edifícios Unipessoal, Lda	Prestação de serviços	Participação no anúncio referente ao "Toadshow" da apresentação pública das alterações ao Código dos Contratos Públicos																		
I.C.P - Instituto de Ciências Jurídicas-Políticas	Prestação de serviços	Participação na Conferência "As principais novidades do Código dos Contratos Públicos revisado"																		
I.C.P - Instituto de Ciências Jurídicas-Políticas	Prestação de serviços	Participação na Conferência "As principais novidades do Código dos Contratos Públicos revisado"																		
IGCP - Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública	Prestação de serviços	Participação nas instalações da condicionada e ventilação do edifício																		
IGCP - Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública	Prestação de serviços	Correção das situações detetadas no sistema AVAC no decurso da manutenção preventiva																		
IGCP - Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública	Prestação de serviços	Preparação da reparação do aparelho da condicionada instalado no matadouro																		
Ibercito - Comercialização e Técnicas de Refrigeração, Lda	Prestação de serviços	Correção das situações detetadas no sistema AVAC no decurso da manutenção preventiva																		
Ibercito - Comercialização e Técnicas de Refrigeração, Lda	Prestação de serviços	Curso aprofundado sobre Código de Procedimento Administrativo																		
IC.P - Instituto de Ciências Jurídicas-Políticas	Prestação de serviços	Participação na Conferência "As principais novidades do Código dos Contratos Públicos revisado"																		
IC.P - Instituto de Ciências Jurídicas-Políticas	Prestação de serviços	Participação na Conferência "As principais novidades do Código dos Contratos Públicos revisado"																		
IGCP - Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública	Prestação de serviços	Encarregos com certificação digital -março/2017																		
IGCP - Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública	Prestação de serviços	Encarregos com certificação digital -maio/2016																		
IGC Mailng And Information Security Portugal - Sociedade Unipessoal, Lda	Prestação de serviços	Assistência Técnica e manutenção da envelopeadora																		
Imedicas - Edições Periodísticas e Multimédia, Lda	Prestação de serviços	V/Semana da Reabilitação Urbana de Lisboa																		
Impressas - Sistemas de Informação de Imobiliário, Lda	Prestação de serviços	Participação na Semana da Reabilitação Urbana de Lisboa																		
Impressista - Sistemas de Informação de Imobiliário, Lda	Prestação de serviços	Participação no Portugal Housing Market Survey - 2017																		
IN - Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas	Prestação de serviços	Participação em ações de formação																		
INA - Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas	Prestação de serviços	Participação em ações de formação																		
INCM - Imprensa Nacional Casa da Moeda	Prestação de serviços	Publicação de atos do Diário da República -2ª Série																		
INESC - Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores	Prestação de serviços	Curso "POSI - Mastering Enterprise Engineering for Digital Transformation"																		
INFORMA D.E.B (SERVIÇOS DE GESTÃO DE EMPRESAS) - SOCIEDADE UNIPESSOAL	Prestação de serviços	Proposta SAB - Licenciamento e utilização																		
Informática El Corte Inglés, S.A.	Aquisição de bens	Aquisição de consumidores para impressoras HP Color Laserjet Pro MFP M427FDW																		
Informática El Corte Inglés, S.A.	Aquisição de bens	Aquisição de consumidores para impressoras Monochrome																		
Informática El Corte Inglés, S.A.	Aquisição de bens	Licenciamento de produtos Microsoft																		
Informática El Corte Inglés, S.A.	Aquisição de bens	Aquisição de 20 computadores de secretaria ao abrigo do AQ																		
Insiage, Lda	Aquisição de bens	Fornecimento e montagem de estantes em banda vertical para a sala de reuniões do 7.º Piso																		
Insiage, Lda	Aquisição de bens	Fornecimento de móveis para secretaria ao abrigo do AQ																		
Insiage, Lda	Aquisição de bens	Fornecimento e montagem de estantes em banda vertical para a sala de reuniões do 7.º Piso																		
Insiage, Lda	Aquisição de bens	Fornecimento de móveis para secretaria ao abrigo do AQ																		
Insiage, Lda	Aquisição de bens	Fornecimento e montagem de estantes em banda vertical para a sala de reuniões do 7.º Piso																		
Insiage, Lda	Aquisição de bens	Fornecimento e montagem de estantes em banda vertical para a sala de reuniões do 7.º Piso																		
Insiage, Lda	Aquisição de bens	Fornecimento e montagem de estantes em banda vertical para a sala de reuniões do 7.º Piso																		
Insiage, Lda	Aquisição de bens	Fornecimento e montagem de estantes em banda vertical para a sala de reuniões do 7.º Piso																		
Insiage, Lda	Aquisição de bens	Fornecimento e montagem de estantes em banda vertical para a sala de reuniões do 7.º Piso																		
Insiage, Lda	Aquisição de bens	Fornecimento e montagem de estantes em banda vertical para a sala de reuniões do 7.º Piso																		
Insiage, Lda	Aquisição de bens	Fornecimento e montagem de estantes em banda vertical para a sala de reuniões do 7.º Piso																		
Insiage, Lda	Aquisição de bens	Fornecimento e montagem de estantes em banda vertical para a sala de reuniões do 7.º Piso																		
Insiage, Lda	Aquisição de bens	Fornecimento e montagem de estantes em banda vertical para a sala de reuniões do 7.º Piso																		
Insiage, Lda	Aquisição de bens	Fornecimento e montagem de estantes em banda vertical para a sala de reuniões do 7.º Piso																		
Insiage, Lda	Aquisição de bens	Fornecimento e montagem de estantes em banda vertical para a sala de reuniões do 7.º Piso																		
Insiage, Lda	Aquisição de bens	Fornecimento e montagem de estantes em banda vertical para a sala de reuniões do 7.º Piso																		
Insiage, Lda	Aquisição de bens	Fornecimento e montagem de estantes em banda vertical para a sala de reuniões do 7.º Piso																		
Insiage, Lda	Aquisição de bens	Fornecimento e montagem de estantes em banda vertical para a sala de reuniões do 7.º Piso																		
Insiage, Lda	Aquisição de bens	Fornecimento e montagem de estantes em banda vertical para a sala de reuniões do 7.º Piso																		
Insiage, Lda	Aquisição de bens	Fornecimento e montagem de estantes em banda vertical para a sala de reuniões do 7.º Piso																		
Insiage, Lda	Aquisição de bens	Fornecimento e montagem de estantes em banda vertical para a sala de reuniões do 7.º Piso																		
Insiage, Lda	Aquisição de bens	Fornecimento e montagem de estantes em banda vertical para a sala de reuniões do 7.º Piso																		
Insiage, Lda	Aquisição de bens	Fornecimento e montagem de estantes em banda vertical para a sala de reuniões do 7.º Piso																		
Insiage, Lda	Aquisição de bens	Fornecimento e montagem de estantes em banda vertical para a sala de reuniões do 7.º Piso																		
Insiage, Lda	Aquisição de bens	Fornecimento e montagem de estantes em banda vertical para a sala de reuniões do 7.º Piso																		

Entidade (1)	Tipo de Contrato (2)	Objeto	Contrato						Pagamentos acumulados						Unidade monetária: Euro (14)
			Data	Valor	Nº de Registo	Data	Visto do Tribunal de Revisão Trabalhos normais a preços mais elevados	Trabalhos normais a preços mais elevados	Data do primeiro pagamento	Data do pagamento	Revisão Trabalhos normais a preços mais elevados	Observações (13)	Observações (13)		
INTERUMPE - Facility Services, SA	Prestação de serviços	Serviços de limpeza	28-04-2017	162.461,64	(3)	27-05-2017	75.120,32	(8)	06-01-2014	3.000,00	11.000,00				
IRN - Instituto dos Registos e Notariado	Prestação de serviços	Acesso eletrónico, a Base de Dados do Registo Commercial	01-12-2011	500,00	b	25-06-2017	5.800,00	b	11-01-2001	1.000,00	0,00				
IRN E IGFJU	Prestação de serviços	Protocolo - IMPIC, IP - e IGESI, IP - -Acesso ao FCPC (Ficheiro Central de Pessoas Cetivas)	25-06-2017	171,95		22-11-2017	171,95				171,95				
Isabelgrácia, Lda	Aquisição de bens	Aquisição de cartões de cumprimentos para os dirigentes do MPIC	03-11-2017	271,22		19-09-2017	989,11		06-12-2017	12.285,59		12.285,59			
ITEN SOLUTIONS - SISTEMAS DE INFORMAÇÃO SA	Aquisição de bens	Aquisição de equipamento informático (Micros) surfase hub de 55"	20-11-2017	1.121,37		29-12-2017	1.121,37				1.121,37				
J.E.. Dias Costa, Lda	Prestação de serviços	Prestação referente à aquisição de 6 caixas tiradas e 4 copos utilizados nos bebédomos, instalados no edifício do InC.I.P.	19-06-2000	13.366,83	b	19-06-2000	4.855,73	b			13.366,83				
Jet Coopier	Aquisição de bens	Aquisição de 6 caixas tiradas e 4 copos utilizados nas várias máquinas de café instaladas no InC.I.P.	01-02-2007	20.916,24	b	31-12-2008	7.605,48	b	12-06-2015	12.457,44		24.916,06			
Kafekafe - Sociedade de Caídas Unipessoal, Lda ²	Prestação de serviços	Prestação operativa de 4 locadoras para os vogais do CD	27-01-2015	50.774,40		27-01-2015	20.368,80		28-05-2015	4.886,80		9.973,20			
Lease Plan Portugal, Lda ²	Prestação de serviços	Alocar operacional de um veículo para serviços terceiros	15-10-2013	27.069,12		11-03-2013	8.135,88				16.271,75				
Lease Plan Portugal, Lda ²	Prestação de serviços	Aquisição de 4 vultos para o CD do Aluguer Operacional	20-01-2000	4.000,00		20-12-2017	6.146,68		10-09-2016	1.099,46		9.314,16			
LENAVE - Comércio Industrial e Representações, Lda	Aquisição de bens	Aquisição de 10 lampadas LED	08-11-2017	493,14		22-08-2017	493,14				6.146,68				
Liviana Almedina - loja Atum Salidinha	Aquisição de bens	Adquiriu exemplares do livro "Digital Governance and E-Government Principles Applied to Public Procurement", editado por Rajesh Kumar Shakya (Wiley).	17-05-2017	493,14								493,14			
Livraria Almedina - Loja Atum Salidinha	Aquisição de bens	Proposta para aquisição do livro "Sociabilidades Comerciais Estrangeiros" de Pedro Leitão Paixão Vasconcelos	22-09-2017	26,91		31-10-2017	26,91					26,91			
LONGO PLANO - SEGURANÇA INTEGRADA E GESTÃO DE EDIFÍCIOS, SA	Prestação de serviços	Manutenção preventiva no sistema de deteção de incêndio instalado no n.º 9 da Av. Júlio Dinis, Lisboa	20-07-2016	664,20		20-07-2016	664,20		14-02-2016	664,20		664,20			
Luisfern - Transportes e Mercadorias	Prestação de serviços	Serviço de Alarduras Internas - Unidade Oficinal DF	24-02-2016	3.364,05		29-06-2017	3.364,05				3.364,05				
M&M Pratik - Equipamentos de Proteção Individual, Lda	Aquisição de bens	Aquisição de 2000 sacos e kits de primeiros socorros	19-01-2017	3.166,64		27-03-2017	2.041,21				406,57				
MAIL-TEC - TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO SA	Prestação de serviços	Realização de 10 viagens para o Ano de 2017	22-03-2017	1.500,00		19-04-2017	669,14				669,14				
Mário Mendes - das Artes	Aquisição de material para manutenção	Aquisição de material inalterado de 3 computadores e impressoras instalados no núcleo da Madeira	28-03-2017	1.533,36		30-12-2017	1.533,36				1.533,36				
MCG COMPUTADORES, Lda ²	Aquisição de bens	Aquisição de 4 rotocópiadoras para a impressora da loja de Evarosa	28-03-2017	13,36		16-05-2017	13,36				13,36				
MEO - Serviços de Comunicações e Multimédia, SA	Prestação de serviços	Prestação de circuito de comunicações de voz e dados VTP nas delegações do InC.I.P. em Funchal, Ponta Delgada e Évora	15-12-2014	4.916,91		24-02-2015	19.558,91				72.507,00				
MEO - Serviços de Comunicações e Multimédia, SA	Prestação de serviços	Prestação de serviços	15-12-2014	4.916,91		23-03-2017	4.916,91				15.100,11				
MEO - Serviços de Comunicações e Multimédia, SA	Prestação de serviços	Alteração do Circuito Férmino de Comunicações na delegação do IMPIG - Madeira	15-06-2016	484,20		09-03-2017	307,50				307,50				
Mendo Serra, Unipessoal, Lda	Aquisição de bens	Proposta da aquisição da aeronave eléctrica alugada ao serviço de expediente Aquisição de Aviador eléctrico	28-03-2017	55,35		18-05-2017	356,70				55,35				
MRSIDENT, Lda	Aquisição de bens	Proposta da aquisição da aeronave eléctrica alugada ao serviço de expediente Aquisição de Aviador eléctrico	28-03-2017	55,35		05-06-2017	356,70				356,70				
MVS artes gráficas, Lda	Prestação de serviços	Alugar e instalar de cadeiras para o auditório da FMD da UL para o "Rodeio das" de apresentação pública das atrações ao 50.000 papel de cada com o limite do IMPIG	17-11-2017	965,55		20-12-2017	965,55				965,55				
NEFRAN - Equipamentos e Serviços, Lda	Aquisição de bens	Aquisição de 50.000 papel de cada com o limite do IMPIG	27-03-2017	910,02		26-04-2017	910,02				910,02				
NEFLS - New Link Solutions - Consultoria e Engenharia, SA	Aquisição de bens	Manutenção preventiva para o serviço de expediente	04-10-2017	51.654,00		08-12-2017	48.954,00				48.954,00				
Normática SA	Prestação de serviços	Prestação de serviços	12-12-2017	45.492,46			0,00				0,00				
NOS Comunicações, SA	Prestação de serviços	Contratação de 60 horas de trabalho	29-08-2008	332,88							332,88				
Notícias Direct - Distribuição ao Doméstico, Lda ²	Prestação de serviços	Despesa referente ao encargo para a gravação à TV para Cabo	05-05-2015	1,00		01-07-2017	2.435,40				1.308,72				
Nuno Figueira Alves - Presidente da Corte Rodrigues	Aquisição de bens	Renovação da assinatura do Jornal de Notícias em suporte papel	12-07-2017	30.000,00		18-08-2017	8.346,70				3.244,00				
OMTÉCNICA - Representações de Macetas, Lda	Prestação de serviços	Adquisição de 4000 folhas de impressão ao bloco do acordo quadro	12-04-2017	12.858,47		18-04-2017	3.848,13				3.848,13				
Observatório da Prospeção da Engenharia e da Tecnologia	Prestação de serviços	Encontro Nacional de Desafio sobre o Projeto do Novo Código dos Contratos Públicos	21-07-2017	3.075,00		18-05-2017	3.075,00				3.075,00				
OPEI - Observatório da Prospeção da Engenharia e da Tecnologia	Prestação de serviços	Participação no 1º Congresso Nacional da Construção Civil e Transformação Digital - Prédio de Patrocínio	17-05-2017	3.075,00		06-12-2017	999,99				999,99				
Ordem dos Engenheiros	Prestação de serviços	Prestação de serviços	22-11-2017	3.075,00							3.075,00				
Outcom - Clínica Organizacional	Prestação de serviços	Ação de formação ao Técnico Avançado de Trabalho em equipa"	01-11-2016	2.495,40		01-07-2017	8.546,70				2.495,40				
Petróleo de Portugal - Petróleo, SA	Aquisição de bens	Aquisição de combustível em postos de abastecimento públicos	01-09-2016	11.734,20		28-10-2016	5.215,20				5.215,20				
Pinto & Cruz	Prestação de serviços	Aquisição de serviços de manutenção de elevadores	01-09-2016	3.075,00		27-06-2017	600,00				600,00				
Plataforma Tecnológica Portuguesa da Construção - Associação (PTPC) - Quiculização de 2017	Prestação de serviços	Plataforma tecnológica Portuguesa da Construção - Associação (PTPC) - Quiculização de 2017	27-10-2017	9.000,00		06-12-2017	3.241,72				3.241,72				
Pretos - Centro de Saúde da Tabuleira	Prestação de serviços	Prestação de serviços	22-07-2016	6.086,50							6.086,50				
Prosegur - Clínica e Centro de Saúde da Tabuleira	Prestação de serviços	Prestação de serviços	01-02-2016	971,68							971,68				
Prosegur - Clínica e Centro de Saúde da Tabuleira	Prestação de serviços	Dewis - ao dispositivo de combate ao incêndio (extintores e careteis)	08-11-2016	576,76							576,76				
Prosegur - Companhia dos Jornais, Publico em suporte de papel e tablet digital (e-papers)	Prestação de serviços	Aquisição de serviços	23-06-2016	456,00		04-06-2015	456,99				456,99				
Raso - Viagens e Turismo, SA	Prestação de serviços	Aquisição de serviços	01-01-2016	184.500,00		22-02-2016	184.500,00				184.500,00				



8.3.2 - Contratação Administrativa

1 - Situação dos Contratos

Gerência de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2017

Entidade (1)	Tipo de Contrato	Objeto	Data	Valor	Visto do Tribunal de		Pagamentos acumulados	Unidade monetária: Euro
					Nº de Registo	Data	Revisão Trabalhos normais	Revisão Trabalhos a preços mais
Prestação de serviços								
Reabilitação Médica	Acidente em serviço da funcionária Isabel M. Pires de Sousa F. Diniz (2)	18-10-2017	137,65		27-12-2017	131,85	(11)	137,65
RedShift Consulting Lda	Aquisição de serviços de desenvolvimento, administração e evolução da plataforma de gestão documental Red.Doc	20-06-2017	73.920,00		31-10-2017	37.884,00		37.884,00
Repsol Portugal, S.A.	Aquisição de combustível em postos de abastecimento público, através da plataforma da ANCP	01-03-2013	60.500,00		09-05-2013	317,53		10.831,32
Schindler - Ascensores e Escadas Rolantes, SA	Aquisição de serviços de manutenção de elevadores	01-06-2012	8.655,00		16-07-2012	2.761,41		10.008,54
Serviços Municipalizados da Câmara Municipal de Ponta Delgada	Despesas referentes a gastos de água com a delegação de Ponta Delgada nos Açores	2012			10-02-2012	551,47		792,94
Shawavele, Unipessoal, Lda	Assistência Técnica para o Sistema Integrado de Gestão da Assiduidade	01-01-2017	15.773,00		05-06-2017	7.889,49		7.889,49
SIBS - Financial Payment Solutions	Aquisição da aplicação Protocolo Real-Time e SIBS	20-10-2016	10.147,50		05-12-2016	1.913,88		8.233,62
Sindicato dos Magistrados do Ministério Público	Renovação da assinatura da Revista do Ministério Público para o ano de 2017, afeta ao Conselho Distrital	17-05-2017	64,00		16-05-2017	64,00		64,00
SOFITCLUB INFORMATICA, LDA	Proposta de renúncia de vídeo projeto Sony VPL-CX5 feito no Dia	16-06-2017	125,00		26-10-2017	125,00		125,00
Solidinetworks - Business Consulting, Lda	Crédito da aplicação da licenciatura da medida "5 na hora"	02-03-2017	12.054,00		19-09-2017	12.054,00		12.054,00
Stamp Star, Lda ^a	Prestação de serviços de guarda do sistema automático de deteção de incêndio entre o IMPIC e o Regimento Sapadores de Bombeiros de Lisboa	04-01-2012	619,18		30-03-2012	619,18		1.238,36
Staples Portugal - Equipamento de Escritório, SA	Requisição de Diárias Flights Extremos	24-05-2017	225,88		29-06-2017	225,88		225,88
Staples Portugal - Equipamento de Escritório, SA	Aquisição de impressoras HP LaserJet Pro M426dn e, respetivas, consumíveis de impressão	23-06-2017	1.716,78		31-10-2017	1.716,78		1.716,78
Strong Segurança, SA	Serviços de Segurança e Vigilância	01-11-2015	22.509,44		04-04-2017	116.744,94		215.529,12
Topic World, Lda	Prestação de serviços de instalação, configuração e atualização de equipamentos físicos	01-06-2017	90.835,50		19-09-2017	35.817,60		35.817,60
Transformer, Lda	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DA REDE DO IMPIC, IP	30-11-2016	31.360,00		19-04-2017	39.360,00		39.360,00
Unim Supra de Algría, Lda	Consultoria para o desenolvimento do Projeto - Projeto Nacional de Fornecedores do Estado	20-12-2017	492,00					0,00
UNISYSTEM - SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, LDA	Participação à edição do Guia de Contabilidade BIM	11-09-2017	17.874,00		29-12-2017	3.664,17		3.664,17
Uniksystem - Sistemas de Informação, Lda	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA, MANUTENÇÃO, ATUALIZAÇÃO E CONSULTORIA AS APLICATÓRICOS E-PUBLICA FINANCIERAS DE RECURSOS HUMANOS	01-03-2015	27.481,28		12-06-2015	8.244,36		40.713,06
Uniksystem - Sistemas de Informação, Lda ^b	AQUISIÇÃO E-PUBLICA FINANCIERAS E RECURSOS HUMANOS	27-10-2016	31.356,65		04-04-2017	15.672,43		15.672,43
Uniksystem - Sistemas de Informação, Lda ^c	Desenvolvimento do interface de Recette e GESLIC no ePúblico - Gasto Financeira	08-07-1995	11.966,00		27-12-2017	5.982,72		5.982,72
Urbanos Soluções SA	Prestação de serviços de implementação do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SICAP)	05-09-2017	590,40		31-10-2017	590,40		590,40
Vantagem - Consultores de Formação	Serviços de Manutenção para a Delegação do IMPIC, IP no Porto	21-04-2017	1.039,35		27-06-2017	1.039,35		1.039,35
Vantagem - Consultores de Formação	Adesão de Formação "Microsoft Word Avançado 2010"	22-11-2017	1.039,35		20-12-2017	1.039,35		1.039,35
VITABEIRN, Lda ^d	Adesão de Formação "Microsoft Excel 2010, Intermediário"	26-05-2018	5.015,65		09-05-2018	15.127,17		15.127,17
Vitor Neto Unipessoal, Lda ^e	Prestação de serviços de manutenção de equipamentos de informática	25-11-2018	55,35		30-12-2018	55,35		2.619,90
	Correção na denominação do Instituto na placa exterior da entrada	07-10-2018	4.527,46		23-12-2018	26.440,34		

Nota: O valor dos contratos são sem IVA

a) Valor variável em função do nº de cópias tiradas

b) Valor variável em função do consumo

c) Diversos contratos referentes à assistência das fotocopiadoras, celebrados com datas diferentes

d) O sistema contabilístico actual não permite obter os primeiros pagamentos anteriores a 2008

e) Diversos protocolos com datas e valores diferentes

f) Valor anual

O CONSELHO DIRETIVO



António Alívio Leão Ponce Dentinho

DIRETORA DA DIRECÇÃO FINANCEIRA,
DE ESTUDOS E DE ESTRATEGIA



Carla Abreu

8.3.2 - Contratação Administrativa

Sessão de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2017

O CONSEI HO DIRETIVO

O Vocal
é feito por Luis Henrique Beltrão
Intér. Donato Donadobé

Autograph of Alonso Sarmiento de Andrade
Original Autograph of Alonso Sarmiento de Andrade

Diretora da Direção Financeira, de Estudos e de Estratégia

Ana Carolina Abreu

António Dirnac da Andrade

卷之三

9. Legislação em vigor em 2017

9.1. Contratação Pública

Tipo de Diploma	N.º	Data	Texto
Decreto-Lei	6/2004	06-01-2004	Estabelece o regime de revisão de preços das empreitadas de obras públicas e particulares e de aquisição de bens e serviços
Decreto-Lei	18/2008	29-01-2008	Aprova o Código dos Contratos Públicos e altera o DL 12/2004, de 09.01
Declaração de Retificação	18-A/2008	28-03-2008	Retifica o Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, que alterou o DL 12/2004, de 9 de Janeiro e aprovou o Código dos Contratos Públicos
Decreto Legislativo Regional	34/2008/M	14-08-2008	Adapta à Região Autónoma da Madeira o Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro
Lei	59/2008	11-09-2008	Altera o Código dos Contratos Públicos
Decreto-Lei	200/2008	09-10-2008	Aprova o regime jurídico aplicável à constituição, estrutura orgânica e funcionamento das centrais de compras
Declaração de Retificação	60/2008	10-10-2008	Retifica o Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de Agosto
Decreto Legislativo Regional	15/2009/A	06-08-2009	Altera o Decreto Legislativo Regional nº 34/2008/A, de 28 de julho, que aprova as regras especiais da contratação pública na Região Autónoma dos Açores
Decreto-Lei	278/2009	02-10-2009	Procede à segunda alteração ao Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, com vista a garantir a flexibilidade da sua aplicação às atividades de investigação e desenvolvimento em instituições científicas e de ensino superior
Lei	3/2010	27-04-2010	Altera o Código dos Contratos Públicos
			Introduz o mecanismo do anúncio voluntário de transparência, modifica o regime da invalidade de atos procedimentais de formação de contratos administrativos, clarifica a aplicação de regras do Código dos Contratos Públicos, procede à quinta alteração ao Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, e transpõe a Directiva n.º 2007/66/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de Dezembro, que altera as Directivas n.os 89/665/CEE, do Conselho, de 21 de Dezembro, e 92/13/CEE, do Conselho, de 25 de Fevereiro, no que diz respeito à melhoria da eficácia do recurso em matéria de adjudicação de contratos públicos
Decreto-Lei	131/2010	14-12-2010	Primeira Alteração à Portaria n.º 22/2010, de 11.01. que estabelece a constituição da comissão de índices e formas de empreitadas (CIFE)
Portaria	87/2011	25-02-2011	Estabelece a disciplina aplicável à contratação pública nos domínios da defesa e da segurança e transpõe a Directiva n.º 2009/81/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de Julho.
Decreto-Lei	104/2011	06-10-2011	Revoga o artigo 10º do Decreto-Lei n.º 200/2008, de 09.10, que aprova o regime jurídico aplicável à constituição, estrutura orgânica e funcionamento das centrais de compras
Decreto-Lei	108/2011	17-11-2011	
Lei	64-B/2011	30-12-2011	Alteração ao Código dos Contratos Públicos
Decreto-Lei	149/2012	12-07-2012	Altera vários artigos do Código dos Contratos Públicos
Aviso	11432/2013	12.09.2013	Fixa os índices ponderados de custos de mão-de-obra, materiais e equipamentos de apoio referentes aos meses de janeiro, fevereiro e março de 2013



Tipo de Diploma	N.º	Data	Texto
Aviso	14384/2013	22.11.2013	Fixa os índices ponderados de custos de mão- de- obra, materiais e equipamentos de apoio referentes aos meses de abril, maio e junho de 2013
Lei	96/2015	17-08-2015	Regula a disponibilização e a utilização das plataformas eletrónicas de contratação pública e transpõe o artigo 29.º da Diretiva 2014/23/UE, o artigo 22.º e o anexo IV da Diretiva 2014/24/UE e o artigo 40.º e o anexo V da Diretiva 2014/25/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de fevereiro de 2014, revogando o Decreto-Lei n.º 143-A/2008, de 25 de julho.
Decreto Legislativo Regional	27/2015/A	29-12-2015	Aprova o regime jurídico dos contratos públicos na Região Autónoma dos Açores
Aviso	6876/2017	21-06-2017	Fixa os índices ponderados de custos de mão- de- obra, materiais e equipamentos de apoio referentes aos meses de abril, maio e junho de 2016
Aviso	9636/2017	22-08-2017	Fixa os índices ponderados de custos de mão- de- obra, materiais e equipamentos de apoio referentes aos meses de julho, agosto e setembro de 2016
Aviso	9637/2017	22-08-2017	Fixa os índices ponderados de custos de mão- de- obra, materiais e equipamentos de apoio referentes aos meses de outubro, novembro e dezembro de 2016
Decreto-Lei	111-B/2017	31-08-2017	Procede à nona alteração e republicação ao Código dos Contratos Públicos
Declaração de retificação	36-A/2017	30-10-2017	Retifica o Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto
Declaração de retificação	42/2017	30-11-2017	Retifica a declaração de retificação n.º 36-A/2017, que retifica o Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto
Portaria	371/2017	14-12-2017	Estabelece os modelos de anúncio aplicáveis aos procedimentos pré-contratuais previstos no Código dos Contratos Públicos
Portaria	372/2017	14-12-2017	Define as regras e os termos de apresentação dos documentos de habilitação no âmbito dos procedimentos de formação dos contratos públicos

9.2. Construção

Tipo de Diploma	N.º	Data	Texto
Decreto-Lei	555/99	16-12-1999	Estabelece o regime jurídico da urbanização e edificação
Decreto-Lei	46/2008	12-03-2008	Aprova o regime de gestão de resíduos de construção e demolição
Portaria	1268/2008	06-11-2008	Define o modelo e requisitos do livro de obra e fixa as características do livro de obra eletrónico
Lei	31/2009	03-07-2009	Aprova o regime jurídico que estabelece a qualificação profissional exigível aos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projetos, pela fiscalização de obra e pela direção de obra, que não esteja sujeita a legislação especial, e os deveres que lhes são aplicáveis e revoga o Decreto n.º 73/73, de 28 de Fevereiro.
Decreto-Lei	183/2009	10-08-2009	Estabelece o regime jurídico da deposição de resíduos em aterro, as características técnicas e os requisitos a observar na conceção, licenciamento, construção, exploração, encerramento e pós-encerramento de aterros, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 1999/31/CE, do Conselho, de 26 de Abril, relativa à deposição de resíduos em aterros, alterada pelo Regulamento (CE) n.º 1882/2003, do Parlamento Europeu e

Tipo de Diploma	N.º	Data	Texto
Decreto Legislativo Regional	<u>24/2010/M</u>	<u>30-03-2010</u>	do Conselho, de 29 de Setembro, aplica a Decisão n.º 2003/33/CE, de 19 de Dezembro de 2002, e revoga o Decreto-Lei n.º 152/2002, de 23 de Maio.
Decreto-Lei	<u>92/2010</u>	<u>26-07-2010</u>	Estabelece o regime jurídico aplicável ao exercício da atividade de executante de instalações elétricas de serviço particular, tendo sido declarada a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, dos artigos 1º a 15º pelo Ac.88/2012, de 08.03
Decreto-Lei	<u>73/2011</u>	<u>17-06-2011</u>	Estabelece os princípios e as regras necessárias para simplificar o livre acesso e exercício das atividades de serviços e transpõe a Diretiva n.º 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de Dezembro
Decreto-Lei	<u>84/2011</u>	<u>20-06-2011</u>	Procede à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de Setembro, transpõe a Diretiva n.º 2008/98/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Novembro, relativa aos resíduos, e procede à alteração de diversos regimes jurídicos na área dos resíduos
Portaria	<u>274/2011</u>	<u>26-09-2011</u>	Procede à simplificação dos regimes jurídicos da deposição de resíduos em aterro, da produção cartográfica e do licenciamento do exercício das atividade de pesquisa e captação de águas subterrâneas
Portaria	<u>119/2012</u>	<u>30-04-2012</u>	Define os indicadores de liquidez geral e autonomia financeira com vista ao acesso e permanência na atividade de construção das empresas do sector e fixa os respectivos valores de referência e revoga a Portaria n.º 971/2009, de 27 de Agosto
Declaração de retificação	<u>25/2012</u>	<u>23-05-2012</u>	Fixa as classes de habilitação contidas nos alvarás das empresas de construção, bem como os valores máximos de obra que cada uma delas permite realizar e revoga a Portaria n.º 57/2011, de 28.01
Declaração de retificação	<u>27/2012</u>	<u>30-05-2012</u>	Retifica a Portaria n.º 119/2012
Aviso	<u>1142/2013</u>	<u>24-01-2013</u>	Publicação dos índices de custos de mão-de-obra, - (Quadro I), de materiais – (Quadro II) e de equipamentos de apoio – (Quadro III), referentes a julho, agosto e setembro de 2012
Decreto-Lei	<u>88/2013</u>	<u>09-07-2013</u>	Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 183/2009, de 10.08, no que respeita a critérios específicos à armazenagem de mercúrio metálico considerado resíduo.
Decreto-Lei	<u>118/2013</u>	<u>20-08-2013</u>	Aprova o Sistema de Certificação Energética dos Edifícios, o Regulamento de Desempenho Energético dos Edifícios de Habitação e o Regulamento de Desempenho Energético dos Edifícios de Comércio e Serviços
Declaração de retificação	<u>41/2013</u>	<u>17-10-2013</u>	Retifica o n.º 8 do artigo 39.º e o n.º 5.º do artigo 47.º do Decreto-Lei118/2013
Aviso	<u>11432/2013</u>	<u>12-09-2013</u>	Fixa os índices ponderados de custos de mão-de-obra, materiais e equipamentos de apoio referentes aos meses de janeiro, fevereiro e março de 2013, para efeitos de aplicação das fórmulas de revisão de preços a que se refere o artigo 6.º do Decreto-lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro
Aviso	<u>14384/2013</u>	<u>22-11-2013</u>	Fixa os índices ponderados de custos de mão-de-obra, materiais e equipamentos de apoio referentes aos meses de abril, maio e junho de 2013, para efeitos de aplicação das fórmulas de revisão de preços a que se refere o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro
Portaria	<u>349-A/2013</u>	<u>29-11-2013</u>	Determina as competências da entidade gestora do Sistema de Certificação Energética dos Edifícios (SCE), regulamenta as atividades dos técnicos do SCE, estabelece as categorias de edifícios, para efeitos de certificação energética, bem como os tipos de pré-certificados e certificados SCE e responsabilidade pela sua emissão, fixa as taxas de registo no SCE e estabelece os critérios de verificação de qualidade dos processos de certificação do SCE, bem como os elementos que deverão constar do relatório e da anotação no registo individual do Perito Qualificado (PQ)
Portaria	<u>349-B/2013</u>	<u>29-11-2013</u>	Define a metodologia de determinação da classe de desempenho energético para a tipologia de pré-certificados e certificados SCE, bem como os requisitos de comportamento técnico e de eficiência dos sistemas técnicos dos edifícios



Tipo de Diploma	N.º	Data	Texto
<u>novos e edifícios sujeitos a grande intervenção</u>			
Portaria	<u>349-C/2013</u>	<u>29-11-2013</u>	Estabelece os elementos que deverão constar dos procedimentos de licenciamento ou de comunicação prévia de operações urbanísticas de edificação, bem como de autorização de utilização
Portaria	<u>349-D/2013</u>	<u>29-11-2013</u>	Estabelece os requisitos de conceção relativos à qualidade térmica da envolvente e à eficiência dos sistemas técnicos dos edifícios novos, dos edifícios sujeitos a grande intervenção e dos edifícios existentes
Portaria	<u>353/2013</u>	<u>04-12-2013</u>	Fixa para vigorar para 2014 os preços da habitação por metro quadrado consoante as zonas do país para efeitos do cálculo da renda condicionada
Portaria	<u>353-A/2013</u>	<u>04-12-2013</u>	Estabelece os valores mínimos de caudal de ar novo por espaço, bem como os limiares de proteção e as condições de referência para os poluentes do ar interior dos edifícios de comércio e serviços novos, sujeitos a grande intervenção e existentes e a respetiva metodologia de avaliação
Portaria	<u>370/2013</u>	<u>27-12-2013</u>	Fixa o valor médio da construção por metro quadrado no ano de 2014
Lei	<u>40/2015</u>	<u>01-06-2015</u>	Estabelece a qualificação profissional exigível aos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projetos, coordenação de projetos, direção de obra pública ou particular, condução da execução dos trabalhos das diferentes especialidades nas obras particulares de classe 6 ou superior e de direção de fiscalização de obras públicas e particulares, procedendo à primeira alteração e à republicação da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho.
Lei	<u>41/2015</u>	<u>03-06-2015</u>	Estabelece o regime jurídico aplicável ao exercício da atividade da construção e revoga o Decreto-Lei n.º 12/2004, de 9 de janeiro.
Portaria	<u>261-A/2015</u>	<u>27-08-2015</u>	Fixa as taxas de licenciamento, certificados, alvarás e outros procedimentos administrativos respeitantes à atividade da construção e revoga a Portaria n.º 15/2004, de 10 de janeiro
Portaria	<u>39/2016</u>	<u>07-03-2016</u>	Alteração do anexo I , da Portaria 349-A/2013
Decreto-Lei	<u>28/2016</u>	<u>23-06-2016</u>	Procede à quarta alteração do Decreto-Lei n.º 118/2013, de 20-08-2013 e republica este diploma.
Portaria	<u>311/2016</u>	<u>15-12-2016</u>	Procede à segunda alteração à Portaria 349-B/2013, de 29.11.
Decreto-Lei	<u>97/2017</u>	<u>10-08-2017</u>	Regime de instalações de gases combustíveis em edifícios
Lei	<u>79/2017</u>	<u>18-08-2017</u>	10.ª Alteração ao regime jurídico da urbanização e edificação – Protege o património azulejar
Resolução do Conselho de Ministros	<u>76/2017</u>	<u>05-06-2017</u>	Decide proceder a criação do livro de obra eletrónico e à extinção da FTH
Decreto-Lei	<u>96/2017</u>	<u>10-08-2017</u>	Estabelece o regime das instalações elétricas particulares
Decreto-Lei	<u>97/2017</u>	<u>10-08-2017</u>	Estabelece o regime das instalações de gases combustíveis em edifícios
Portaria	<u>257/2017</u>	<u>16-08-2017</u>	Regula a tramitação de procedimentos previstos na Lei n.º 42/2016



9.3. Mediação Imobiliária

Tipo de Diploma	N.º	Data	Texto
Decreto-Lei	156/2005	15-09-2005	Estabelece a obrigatoriedade de disponibilização do livro de reclamações a todos os fornecedores de bens ou prestadores de serviços que tenham contacto com o público em geral.
Decreto-Lei	371/2007	06-11-2007	Estabelece a obrigatoriedade de disponibilização do livro de reclamações em todos os estabelecimentos onde se fornecem bens e se prestem serviços aos consumidores.
Decreto-Lei	92/2010	26-07-2010	Estabelece os princípios e as regras necessárias para simplificar o livre acesso e exercício das atividades de serviços e transpõe a Diretiva n.º 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de Dezembro
Lei	15/2013	08-02-2013	Estabelece o regime jurídico a que fica sujeita a atividade de mediação imobiliária, conformato-o com a disciplina constante do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro de 2006, relativa aos serviços do mercado interno
Portaria	199/2013	31-05-2013	Sujeita ao pagamento de taxas, destinadas a cobrir os encargos com a gestão do sistema de licenciamento e registo das empresas de mediação imobiliária e revoga a Portaria n.º 1328/2004, de 19 de outubro
Regulamento	16/2014	15-01-2014	Regulamenta a Lei n.º 15/2013
Decreto-Lei	74/2017	21-06-2017	Altera e republica o Decreto-Lei n.º 156/2005, de 15 de setembro
Portaria	201-A/2017	30-06-2017	Aprova o modelo, edição, preço e distribuição do livro de reclamações nos formatos físico e eletrónico
Decreto-Lei	102/2017	23-08-2017	Implementa a medida do Simplex+ 2016-Informação ao Consumidor mais simples (Altera a Lei n.º 15/2013, de 08.02, a Lei n.º 144/2015, de 08.09 e Decreto-Lei n.º 10/2015, de 06.01)
Lei	83/2017	18-08-2017	Estabelece medidas de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo e Revoga a Lei n.º 25/2008, de 05 de junho e o Decreto-Lei n.º 125/2008, de 21 de julho
Deliberação	988/2017	09-11-2017	Decide alterar a Lei da Prevenção ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo



9.4. Ficha Técnica da Habitação

Tipo de Diploma	N.º	Data	Texto
Decreto-Lei	68/2004	25-03-2004	Estabelece os requisitos a que obedecem a publicidade e a informação disponibilizadas aos consumidores no âmbito da aquisição de imóveis para habitação – Ficha técnica da habitação
Portaria	817/2004	16-07-2004	Aprova o modelo da ficha técnica da habitação
Resolução de Conselho de Ministros	76/2017	05-06-2017	Visa extinguir a FTH e criar o livro de obra eletrónico

9.5. IMPIC, IP

Tipo de Diploma	N.º	Data	Texto
Despacho	212/2014	07-01-2014	Regulamento do Horário de Trabalho
Decreto-Lei	232/2015	13-10-2015	Aprova a orgânica do Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I. P.
Resolução de Conselho de Ministros	51/2017	19-04-2017	Aprova medidas tendentes à redução do consumo de papel e demais combustíveis de impressão na AP
Aviso	4143/2017	19-04-2017	Homologação da lista de ordenação final do procedimento concursal aberto pelo Aviso n.º 15756/2016, de 19.12
Aviso	4628/2017	28-04-2017	Homologação da lista de ordenação final do procedimento concursal aberto pelo Aviso n.º 8832/2016, de 15.07
Aviso	4629/2017	28-04-2017	Homologação da lista de ordenação final do procedimento concursal aberto pelo Aviso n.º 10677/2016, de 26.08
Despacho	3746/2017	04-05-2017	Descongelamento de carreiras
Lei	25/2017	30-05-2017	Aprova o regime de valorização profissional dos trabalhadores com vínculo de emprego público
Despacho (extrato)	49000/2017	05-06-2017	Autorizada a consolidação do trabalhador João Carlos Gonçalves Gomes Coelho
Despacho (extrato)	49001/2017	05-06-2017	Autorizada a consolidação do trabalhador Carlos Manuel Lopes Pereira
Aviso	6286/2017	05-06-2017	Celebração de contrato de trabalho com a trabalhadora Cláudia Sofia Vieira Ortega Guerreiro da Silva
Despacho (extrato)	6287/2017	05-06-2017	Celebração de contrato de trabalho com o trabalhador Rui Alberto Fernandes Charneira
Decreto-Lei	68/2017	16-06-2017	Cria a certidão judicial eletrónica, flexibiliza a emissão de certificados no âmbito do registo criminal on line e aumenta a capacidade do sistema de informação da classificação portuguesa das atividades económicas
Decreto-Lei	93/2017	01-08-2017	Cria o serviço público de notificações eletrónicas associado à morada única eletrónica
Decreto-Lei	102/2017	23-08-2017	Implementa a medida do Simplex + 2016 “informação ao consumidor mais simples”
Aviso	9790/2017	24-08-2017	Celebração de contrato de trabalho com a trabalhadora Maria Eugénia Gomes Pinto Serina
Aviso	9791/2017	24-08-2017	Celebração de contrato de trabalho com o trabalhador Ricardo Jorge Gomes Binhã
Aviso	11258/2017	27-09-2017	Celebração de contrato de trabalho com a trabalhadora Vânia Marisa Gonçalves Canhoto
Aviso	11259/2017	27-09-2017	Celebração de contrato de trabalho com a trabalhadora Bela Clara Rocha Lamelas



Tipo de Diploma	N.º	Data	Texto
Aviso	11260/2017	27-09-2017	Celebração de contrato de trabalho com as trabalhadoras Ana Filipa Correia Antunes Bento e Ana Raquel Figueira
Aviso	11261/2017	27-09-2017	Celebração de contrato de trabalho com a trabalhadora Sandra Maria Almeida Fragoso
Aviso	11262/2017	27-09-2017	Celebração de contrato de trabalho com a trabalhadora Patrícia Isabel Feio Pires Cardoso Machado Cruz
Aviso	12081/2017	10-10-2017	Conclusão do período experimental do técnico Superior José Luís Candeias de Almeida
Aviso	12771/2017	25-10-2017	Prorrogação da licença sem remuneração de Pedro Miguel Carreira Bastos
Aviso	13006/2017	30-10-2017	Celebração de contrato de trabalho com a trabalhadora Eugénia Maria de Almeida Neto
Aviso	13007/2017	30-10-2017	Celebração de contrato de trabalho com o trabalhador José Mário Lopes Freiro de Sousa
Decreto-Lei	138/2017	10-11-2017	Altera a Lei Orgânica do XXI Governo Constitucional
Aviso	13877/2017	21-11-2017	Homologação da lista de ordenação final do procedimento concursal aberto pelo Aviso n.º 10714/2016
Aviso	15355/2017	20-12-2017	Conclusão do período experimental
Aviso	15356/2017	20-12-2017	Conclusão do período experimental
Lei	113/2017	29-12-2017	Grandes Opções do Plano para 2018
Lei	114/2017	29-12-2017	Orçamento de Estado para 2018